



ANO XLIII — Nº 55

QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1988



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 11^a REUNIÃO, EM 25 DE MAIO DE 1988

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicações da Presidência
— Inexistência de **quorum** para a abertura da sessão.

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, dia 26, às 9 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2 — ENCERRAMENTO

1.3 — EXPEDIENTE DESPACHADO

1.3.1 — Comunicação

— Do Senador Almir Gabriel, de que se ausentará do País nos dias 25 a 31 de maio do corrente ano.

2 — ATOS DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

— Nºs 70 a 72, de 1988.

3 — PORTARIA DO 1º — SECRETÁRIO DO SENADO FEDERAL

Nº 6, de 1988.

4 — ATAS DE COMISSÕES 5 — MESA DIRETORA

6 — LÍDERES E VICE — LÍDERES DE PARTIDOS

7 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 11^a Reunião, em 25 de maio de 1988

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 48^a Legislatura

Presidência do Sr. Dirceu Carneiro

ÀS 10 HORAS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Áureo Mello — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — João Menezes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Edíson Lobão — Chagas Rodrigues — Álvaro Pacheco — Cid Sábia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Ney Maranhão — Mansueto de Lavor — Guiherme Palmeira — Diivaldo Surugay — Teotonio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Luiz Viana — Jutahy Magalhães — Ruy Bacelar — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Afonso Arinos — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Alfredo Campos — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Covas

— Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — José Richa — Jorge Bornhausen — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaca.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Entretanto, não há em plenário **quorum** regimental para abertura da sessão.

Nos termos do § 2º do art. 180 do Regimento Interno, o expediente que se encontra sobre a mesa será despachado pela Presidência, independentemente de leitura.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, convocando sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, às 9 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados,

destinada à apreciação das Mensagens nºs 71, de 1988-CN, e 73 a 80, de 1988-CN, referentes a decretos-leis, e à apreciação de matéria em regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Esta encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 35 minutos.)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO ART. 180, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO

COMUNICAÇÃO

Of. 073/88 Brasília, 24 de maio de 1988
Exmº Sr.

Senador Humberto Lucena

DD. Presidente do Senado Federal

NESTA

Senhor Presidente,

Reportando-me ao Of. 069/88, peço a V. Exª a fineza de mandar proceder alteração nas datas

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLEIR GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 950,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 6,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

em que estarei ausente do País, em viagem à Caracas, a convite da OPS/OMS, de 21 a 27 de maio, para 25 a 31 de maio do corrente ano.

Antecipadamente grato pela atenção, renovo meus protestos de consideração e apreço. — **Almir Gabriel**, Senador.

ATO DO PRESIDENTE **Nº 070, DE 1988**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005.833/88-4, resolve aposentar, voluntariamente Djalma Perácio, Inspetor de Segurança Legislativa, Classe "Especial", Referência NS-19, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III e 102, inciso I, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, 414, § 4º e 438 da Resolução SF nº 58, de 1972, artigo 2º, parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985, e artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, com proventos integrais, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 24 de maio de 1988. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE **Nº 071, DE 1988**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 005290/88-0, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do senhor Aluísio Raimundo de Carvalho para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 5 de maio de 1988, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Jarbas Passarinho.

Senado Federal, 24 de maio de 1988. — **Humberto Lucena**, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE **Nº 072, DE 1988**

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2 de 1973, revigorada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1983, de acordo com o disposto na Resolução nº 130, de 1980, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004486/88-9, resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, do senhor Marco Aurélio Nunes Pereira para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 20 de abril de 1988, com lotação e exercício no Gabinete do Primeiro-Secretário, Senador Jutahy Magalhães.

Senado Federal, 24 de maio de 1988. — **Humberto Lucena**, Presidente.

PORTARIA Nº 06, DE 1988

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso das suas atribuições regimentais, resolve:

Designar Afrâncio Cavalcanti Mello Júnior, Assessor Legislativo, Paulo de Tarso Bonavides Gouveia de Barros, Técnico Legislativo e Aureliano Pinto de Menezes, Técnico Legislativo para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 004558/88-0.

Senado Federal, 23 de maio de 1988. — Senador **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

1ª REUNIÃO, REALIZADA **EM 15 DE MARÇO DE 1988**

Às dez horas e trinta minutos do dia quinze de março de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, com a presença dos Senhores Senadores Leite Chaves, Nelson Wedekin, Saldanha Derzi, Severo Gomes, Marco Maciel, José Agripino, Lavoisier Maia, Aluizio Bezerra, Chagas Rodrigues, Cid Sabóia de Carvalho, João Calmon, Divaldo Surugay, Edison Lobão, Irapuan Costa

Júnior e Nelson Carneiro reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Francisco Rollemberg, João Lobo, Jarbas Passarinho e Itamar Franco. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se à apreciação da matéria constante de pauta e, ainda, a ouvir as exposições que farão os Senhores Sérgio Seabra de Noronha, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite e Raymundo Nonnato Loyola de Castro, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, acerca da missão para a qual estão sendo designados. Prosseguindo, o Senhor Presidente, atendendo ao preceito regimental, determina que a reunião torne-se secreta para ouvidos, bem como para deliberar sobre as seguintes da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Sérgio Seabra de Noronha, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Coveite, cujo Relator é o Senhor Senador Saldanha Derzi; nº 446, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Raymundo Nonnato Loyola de Castro, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República das Filipinas, cujo Relator é o Senhor Senador Nelson Carneiro; nº 145, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Murilo Gurgel Valente, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia, cujo Relator é o Senhor Senador Saldanha Derzi; nº 158, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Índia, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil, junto ao Reino do Nepal e República de Sri Lanka, cujo Relator é o Senhor Senador Saldanha Derzi; nº 206, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Aderval Costa, Embaixador do Brasil junto à República Cooperativa da Guia-

na, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto a São Vicente e Granadinas, cujo Relator é o Senhor Senador José Agripino; nº 210, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Jorge Ronaldo de Lemos Barbosa, Embaixador do Brasil junto à República do Zaire, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo, cujo Relator é o Senhor Senador Marco Maciel; e a de nº 211, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Guy Marie de Castro Brandão, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia, cujo Relator é o Senhor Senador Irapuan Costa Júnior. Reaberta a reunião em caráter público e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião, lavrando eu, Marcos Santos Parente Filho, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Luiz Viana**, Presidente.

**2º REUNIÃO ESPECIAL REALIZADA
EM 17 DE MARÇO DE 1988**

Às dez horas e trinta minutos do dia dezessete de março de um mil e novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, presente os Senhores Senadores Francisco Rollemberg, Aluizio Chaves, Pompeu de Sousa, Severo Gomes, Aluizio Bezerra, Ronaldo Aragão, Wilson Martins, Nelson Carneiro, Almir Gabriel, Fernando Henrique Cardoso, José Fogaça, Chagas Rodrigues, Ronan Tito, Olavo Pires e Afonso Arinos, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Irapuan Costa Júnior, Leite Chaves, Nelson Wedekin, Saldanha Derzi, Marco Maciel, João Lôbo, José Agripino, Jarbas Passarinho, Lavoisier Maia e Itamar Franco. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, Sua Excelência anuncia a presença do Senhor Gabriel Waldez, que comparece à Comissão, em atendimento a convite formulado por este órgão, a fim de fazer exposição política sobre o seu País. A seguir o Senhor Presidente concede a palavra ao visitante, que dá início ao seu pronunciamento, abordando o assunto, onde enfoca o momento político por que passa o seu País. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Fernando Henrique Cardoso, que fala em nome da Comissão. A seguir, o Senhor Presidente franqueia a palavra para interpelações, fazendo uso da mesma, os Senhores Senadores, Pompeu de Sousa, Afonso Arinos e Almir Gabriel. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Gabriel Waldez, enaltecendo o brilhantismo da fala de Sua Excelência e declara cumprida a finalidade de sua reunião, lavrando eu, Marcos Santos Parente Filho, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Luiz Viana**, Presidente.

**3º REUNIÃO REALIZADA
EM 24 DE MARÇO DE 1988**

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de março de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Luiz Viana, com a presença dos Senhores Senadores João Calmon, Jarbas Passarinho, Irapuan Costa Júnior, Nelson Wedekin, Chagas Rodrigues, José Agripino, Lavoisier Maia, Francisco Rollemberg, Aluizio Bezerra, Edison Lobão e Cid Sabóia de Carvalho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Leite Chaves, Nelson Carneiro, Saldanha Derzi, Severo Gomes, Marco Maciel, João Lôbo e Itamar Franco. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir Sua Excelência passa a palavra ao Senador Itamar Franco, que faz a leitura de parte do depoimento do Ministro Dilson Funaro na CPI da Corrupção, solicitando ao final a convocação do Sr. Embaixador do Brasil junto ao Governo Americano, Marcílio Moreira Alves, face à gravidade das denúncias apresentadas pelo referido Ministro, ficando então acordado entre os membros da Comissão que, antes da convocação será feita uma gestão junto ao Ministro das Relações Exteriores pelo Presidente da Comissão, Senador Luiz Viana, no sentido de colher maiores informações. Prosseguindo, Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se à apreciação da matéria constante de pauta e, ainda, a ouvir a exposição que fará o Senhor Renato Prado Guimarães, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela, acerca da missão para qual está sendo designado. Prosseguindo, o Senhor Presidente, atendendo ao preceito regimental, determina que a reunião torne-se secreta para ouvi-lo, bem como, para deliberar sobre as seguintes Mensagens: nº 101, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Renato Prado Guimarães, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela, cujo relator é o Senhor Senador Nelson Wedekin; nº 231, de 1987, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné-Equatorial, cujo Relator é o Senhor Senador Francisco Rollemberg; nº 39, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Domínica, cujo Relator é o Senhor Senador Francisco Rollemberg; e a de nº 56, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Fernando Silva Alves, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago, para, cumulativamente, exercer a Função de Embaixador do Brasil junto a Santa Lucia, cujo Relator é o Senhor Senador Nelson Wedekin. Reaberta a reunião em caráter público e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião; lavrando eu, Flávia Lima e Alves, Assistente **ad hoc** da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Luiz Viana**, Presidente.

**4º REUNIÃO, REALIZADA
EM 20 DE ABRIL DE 1988**

Às nove horas do dia vinte de abril de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da

Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Luiz Viana, com a presença dos Senhores Senadores Francisco Rollemberg, Nelson Carneiro, Saldanha Derzi, José Agripino, Itamar Franco, Chagas Rodrigues e Marco Maciel, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Albano Franco, Irapuan Costa Júnior, Leite Chaves, Nelson Wedekin, Severo Gomes, João Lôbo e Lavoisier Maia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir Sua Excelência passa a palavra ao Senador Itamar Franco, que faz a leitura de parte do depoimento do Ministro Dilson Funaro na CPI da Corrupção, solicitando ao final a convocação do Sr. Embaixador do Brasil junto ao Governo Americano, Marcílio Moreira Alves, face à gravidade das denúncias apresentadas pelo referido Ministro, ficando então acordado entre os membros da Comissão que, antes da convocação será feita uma gestão junto ao Ministro das Relações Exteriores pelo Presidente da Comissão, Senador Luiz Viana, no sentido de colher maiores informações. Prosseguindo, Sua Excelência comunica que a presente reunião destina-se à apreciação da matéria constante de pauta e, ainda, a ouvir a exposição que fará o Senhor Rubens Antonio Barbosa, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração, acerca da missão para qual está sendo designado. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente, atendendo ao preceito regimental, determina que a reunião torne-se secreta para ouvi-lo, bem como para deliberar sobre a Mensagem nº 108, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Rubens Antonio Barbosa, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração, cujo Relator é o Senhor Senador Francisco Rollemberg. Reaberta a reunião em caráter público e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião; lavrando eu, Marcos Santos Parente Filho, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Luiz Viana**, Presidente.

**5º REUNIÃO, REALIZADA
EM 4 DE MAIO DE 1988**

Às dez horas e trinta minutos do dia quatro de maio de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reunião da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador Luiz Viana, com a presença dos Senhores Senadores Francisco Rollemberg, Saldanha Derzi, João Calmon, Jarbas Passarinho, Chagas Rodrigues, Nelson Carneiro, Itamar Franco, Albano Franco, Irapuan Costa Júnior, Marco Maciel e Divaldo Surugay, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Leite Chaves, Nelson Wedekin, Severo Gomes, João Lôbo, José Agripino e Lavoisier Maia. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir Sua Excelência comunica que a presente reunião des-

tina-se à apreciação da matéria constante de pauta e, ainda, a ouvir a exposição que fará o Senhor Brian Michael Fraser Neele, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, acerca da missão para qual está sendo designado. Prosseguindo, o Senhor Presidente, atendendo ao preceito regimental determina que a reunião torne-se secreta para ouvi-lo, bem como para deliberar sobre a Mensagem nº 80, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, cujo relator é o Senhor Senador Chagas Rodrigues. Reaberta a reunião em caráter público e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião; lavrando eu, Marcos Santos Parente Filho, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Luiz Viana**, Presidente.

6º REUNIÃO, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1988

Às dez horas e trinta minutos do dia onze de maio de mil novecentos e oitenta e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador Luiz Viana, com a presença dos Senhores Senadores Albano Franco, Francisco Rollemburg, Irapuan Costa Júnior, Leite Chaves, Nelson Carneiro, Nelson Wedekin, Saldanha Derzi, Severo Gomes, José Agripino, Jarbas Passarinho, Aluizio Bezerra, Chagas Rodrigues, Cid Sabóia de Carvalho, João Calmon, Divaldo Surugay e Jamil Hadad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Marco Maciel, João Lobo, Lavoisier Maia e Itamar Franco. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir Sua Exceléncia comunica que a presente reunião destina-se à apreciação que fará o Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, indicado para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, acerca da missão para a qual está sendo designado. Prosseguindo, o Senhor Presidente, atendendo ao preceito regimental determina que a reunião torne-se secreta para ouvi-lo, bem como para deliberar sobre as seguintes Mensagens: nº 79, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha do Senhor Joaquim Ignácio Amazonas Macdowell, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia; nº 111, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Ronaldo Mota Sandenberg, Embaixador do Brasil junto à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular da Mongólia, cujo Relator é o Senhor Senador Nelson Carneiro; nº 110, de 1988, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Asdrubal Pinto de Ulysséa, Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel,

para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre, cujo Relator é o Senhor Senador Leite Chaves. Reaberta a reunião em caráter público e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião; lavrando eu, Marcos Santos Parente Filho, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente. — Senador **Luiz Viana**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Destinada a "avaliar os prejuízos da seca no Nordeste".

11º REUNIÃO, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1988

Aos dez dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e oito, às dez horas e trinta e cinco minutos, na Sala da Comissão de Relações Exteriores, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Lobo, Teotônio Vilela Filho, Gilherme Palmeira e Deputados César Cals Neto, Ubiratan Aguiar, Celso Dourado e Ismael Wanderley, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "avaliar os prejuízos da seca no Nordeste". Compatrecem, ainda, os Senhores Senadores Luiz Viana, José Agripino e Deputados Nilson Gibson, Ângelo Magalhães, Manoel Castro, Furtado Leite, José Santana, Átila Lira, Jorge Viana, Benito Gama, Waldeck Ornetas, Luiz Marques, Gilson Machado e Mário Lima.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Cid Sabóia de Carvalho, Raimundo Lira, Mansueto de Lavor, Ruy Bacelar, Fernando Henrique Cardoso, Virgílio Távora, Lavoisier Maia e Deputados Paulo Silva, Gonzaga Patriota, Cássio Cunha Lima, Orlando Bezerra, Edmê Tavares, Antônio Ferreira e Moema São Thiago.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado César Cals Neto, que assumindo, eventualmente, a Presidência, solicita a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Senhor Presidente esclarece que a presente sessão, destina-se ao depoimento do Senhor Paulo Ganem Souto, Superintendente da SUDENE, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Durante a sua exposição, o Senhor Paulo Ganem Souto define a seca como a realidade sócio-econômica e ecológica do Nordeste. Informa sobre a atuação da SUDENE nas áreas atingidas pela seca, nos planos econômico, social, cultural e administrativo, promovendo adequação das atividades produtoras, sobretudo agropecuárias, aos condicionadores do quadro natural; assegurando o acesso da força de trabalho regional aos meios de produção e elevando os níveis e melhorias de distribuição pessoal da renda.

Finda a explanação do Senhor Paulo Ganem Souto, assume a Presidência o Senhor Senador Teotônio Vilela Filho, Presidente da Comissão, passando-se à fase das interpelações.

Neste período, usam da palavra os Senhores Deputados Ubiratan Aguiar, César Cals Neto, Benito Gama, Celso Dourado, Ângelo Magalhães, Ismael Wanderley, Manoel Castro, Mário Lima e Senador João Lobo.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauly Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o anexo taquigráfico dos debates. — Senador **Teotônio Vilela Filho**, Presidente.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, DESTINADA A "AVALIAR OS PREJUÍZOS DA SECA NO NORDESTE", REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1988, ÀS 10 HORAS E 35 MINUTOS, DEPOIMENTO DO SENHOR PAULO GANEM SOUTO, SUPERINTENDENTE DA SUDENE, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO, PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Teotônio Vilela Filho**

Vice-Presidente: Deputado **Ismael Wan-**
derley

Relator: Deputado **César Cals Neto**.
(Integra do anexo taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (César Cals Neto) — Está aberta a reunião.

Comunico aos companheiros da Comissão que o nosso Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho, já está chegando, dentro em breve, mas para não retardar ainda mais este depoimento, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Quero dar início exatamente manifestando a nossa grande satisfação ao recebemos o Dr. Paulo Souto, como Superintendente da Sudene. Já temos conhecimento do seu trabalho como técnico renomado na nossa região nordestina e hoje o recebemos aqui como Superintendente da Sudene, sobretudo liderando a autarquia, o organismo que, sem sombra de dúvida, é o mais importante em termos da região nordestina. Nós estamos, Dr. Paulo, discutindo aqui os problemas decorrentes da seca. Já ouvimos depoimentos de vários Ministros de Estado; já ouvimos depoimentos de diversos Presidentes e diretores de autarquias federais; lideranças dos trabalhadores rurais; liderança do empresariado rural; enfim, procurando ir ao âmago da questão da seca. Na verdade, esta Comissão já está começando a dar resultados práticos, inclusive, há poucos dias atrás, foi aprovada emenda de autoria do nosso Presidente, Teotônio Vilela, e que se inspirou já nesses trabalhos da Comissão, determinando que 50% dos recursos destinados à região nordestina, em termos daquele adicional que foi fixado, da ordem de 3% fossem aplicados na região semi-árida. Isso já é mais um passo no sentido que a Constituinte deu, e volto a repetir, já com base nos trabalhos desta Comissão, no sentido de alojar recursos para a região semi-árida.

Nós temos, Dr. Paulo, na medida em que se realizam os pronunciamentos, constatado que há uma falta tremenda de decisão política em termos de combate à seca. Para que o Sr. tenha uma idéia, há depoimentos de diversos Ministros de Estado mostrando que enquanto no Nordeste existem 500 mil hectares irrigados, já na região Centro-Sul esse volume supera 1 milhão de hectares irrigados. Então, a decisão que houve de irriga-

ção foi no sentido de levar a irrigação para a região Centro-Sul e não para a região nordestina.

Foi manifestado aqui que, durante o período de seca, cerca de 2 bilhões de dólares foram transferidos para o Nordeste, especialmente através da Sudene, durante aqueles últimos 5 anos de seca, em que, segundo o testemunho de muitos, talvez pouco tenha restado exatamente por falta de um planejamento mais estrutural e pela necessidade de se aplicar esses dois bilhões de dólares de uma forma corrida, de uma forma emergencial como tem acontecido ultimamente no Nordeste.

Então, o depoimento do Dr. Paulo vem exatamente trazer um subsídio extremamente importante aqui para os companheiros que estão analisando os problemas da seca e a nossa idéia, Dr. Paulo, é dar consequência a isso. Uma proposta da CPI é de que logo após promulgada a Constituição nós possamos, no projeto de resolução dessa CPI, amarrar cada vez mais essa decisão política e, sobretudo, os recursos para que as decisões tenham consequência.

Eu passo a palavra, com satisfação, ao Dr. Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO — Sr. Deputado César Cals Neto, Relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que foi criada para avaliar os prejuízos da seca do Nordeste, mas que na verdade tornou durante o seu transcorrer um caráter muito mais amplo de discutir com maior abrangência os problemas relacionados à seca do Nordeste.

Srs. Deputados Federais aqui presentes e demais companheiros da Sudene que estão conosco nesse momento, meus Srs. e minhas Sras.:

Senhores Congressistas:

Com as responsabilidades do cargo que exerce, à frente da Sudene, atendo ao convite que me foi dirigido, a fim de trazer informações a este importante trabalho do Congresso Nacional sobre a ocorrência das secas no Nordeste brasileiro e as providências adotadas contra seus fatores causais e seus efeitos sociais.

De inicio, desejo registrar minha esperança quanto ao produto concreto dos trabalhos desta Comissão. A despeito da elevada qualidade e do indiscutível mérito dos depoimentos aqui prestados, o ponto focal dos interesses não há de ser a descrição nem mesmo a interpretação do fenômeno da seca e do seu cortejo de repercussões nefastas. No fundamental, o problema já tem sido dissecado à exaustão. De modo que novos pronunciamentos pouco ou nada acrescentam à clarificação dele, relativamente à sua natureza, à sua procedência e às categorias dos seus efeitos. Os acréscimos informacionais tocam apenas no acidental: na intensidade de que se reveste conjunturalmente o fenômeno.

De fato, não é de hoje que se conhecem as soluções básicas e estruturais da questão das secas do Nordeste. Desde muito estão elas formuladas. Investimos, agora, e persistimos é no seu aprimoramento. E esse esforço acaba contribuindo para a disseminação da idéia de que estamos envolvidos numa dissimulação imperdoável escamoteando a verdadeira face e a fonte real da questão: a necessidade de posição política, efetiva e não retórica, de superação definitiva do problema.

Significa dizer que a recorrência das secas — com freqüência cada vez maior e repercussões sócio-econômicas cada vez mais dramáticas —

não decorre da falta de solução técnica, mas sim da falta de resolução política. Resolução política envolvendo a sociedade e o Estado, porquanto não se trata de problema da exclusiva responsabilidade de governo. Resolução política ademais, identificada com o quadro geral de uma estratégia explícita e socialmente pactuada, apoiada num adequado sistema de instrumentos operacionais e institucionais e demarcada por um prazo fixo, compatível com a complexidade das soluções. É isso que se busca, nesta Comissão, segundo creio.

Ocorre-me lembrar, no entanto, a necessidade de escapar à tentação de se inventarem novas instituições, novos programas. A coragem cívica impõe que se encare de frente a questão. Nesse caso, ver-se-á que basta fortalecer as instituições incumbidas de enfrentar a seca na sua globalidade.

Na verdade, a seca é componente da realidade sócio-econômica e ecológica do Nordeste, de modo que precisa constar, expressamente, de todos os instrumentos de planejamento, sejam eles estratégicos ou operativos, estruturais ou conjunturais. Acresce que seca não é estiagem. É fenômeno sócio-econômico bastante complexo transcendendo as irregularidades do regime pluvial nordestino.

Existe a "seca hidrológica", associada à irregularidade quantitativa do regime pluvial, ou seja, à redução ou escassez das chuvas. Existe a "seca agrícola", associada à irregularidade qualitativa do regime pluvial, quer dizer, à má distribuição temporal das chuvas. Existe a "seca geral" ou "grande seca", associada, simultaneamente, à irregularidade de volume e de distribuição temporal das chuvas.

Apesar de conhecidas diversas soluções, de comprovada eficácia, para as "secas hidrológicas" (soluções referidas à infra-estrutura hídrica) e para as "secas agrícolas" (soluções ligadas à tecnologia agronômica), as secas continuam ocorrendo, com previsibilidade sempre mais segura, razão por que não se justifica o imobilismo em relação a medidas preventivas que, atacando seus fatores, evitem ou minimizem sua ocorrência.

A seca é momento de revelação da problemática do Nordeste, marcada pela pobreza social, porquanto são os mais carentes que a sofrem. É um instante de obscurecimento do potencial de recursos da Região, no que permite de divulgação negativa e de consolidação da imagem nacional de uma região de desperdício e malversação de recursos. De todo modo, ela atesta a vulnerabilidade da economia no Nordeste em face das condições ecológicas (que determinam fortes oscilações de desempenho no setor agropecuário), reduzindo os níveis de expansão do PIB regional e, sobretudo, os níveis de qualidade da vida e as perspectivas de investimento.

Considere-se, por exemplo, o que ocorreu na Região, entre os últimos meses de 1986 e os primeiros quatro meses de 1988. Como é sabido, no Nordeste brasileiro, fora dos períodos regulares de concentração das precipitações pluviais, as chuvas não podem remediar o comprometimento do calendário agrícola: o desenvolvimento das lavouras é perturbado ou bloqueado e a "seca agrícola" se instala. Quando, porém, dentro desses períodos conhecidos, o volume global das chuvas é inferior à sua média histórica, compro-

mete-se a recomposição dos níveis normais dos "recursos hídricos móveis" e configura-se a "seca hidrológica".

A partir dos derradeiros meses de 1986, ficou patente, nas áreas de cerrado, ao sul e oeste da Região, e no sertão sul, a redução do volume dos recursos hídricos superficiais, acusada pelo rio São Francisco, cujos reservatórios baixaram a níveis assustadores. Resultado imediato: racionamento energético, algo com que não contava o Nordeste.

Pelo prazo de 13 meses, a Região teve de submeter-s à diminuição do consumo de eletricidade em 15%, ou seja, em 570 mw médios, com expressiva queda na receita da Chesf e das concessionárias estaduais de energia, afora os custos diretos com obras compensatórias e as restrições a que foram submetidas as atividades produtoras, em especial as industriais. É preciso, no entanto, levar em conta outras perdas não computadas, referentes a investimentos produtivos desviados do Nordeste para outras Regiões brasileiras, a salvo dos riscos de contenção de energia, pelo menos nas próximas décadas.

A persistência da estiagem, ao longo dos diversos períodos chuvosos dos Estados, acabou redundando em severa "seca agrícola". O produto interno bruto do setor agropecuário da região, que em 1986, registrara um incremento de 14,2%, sofreu uma formidável queda, no ano passado: algo em torno de 23%, de acordo com as primeiras estimativas, naturalmente passíveis de correções.

Uma vez que todo o território regional foi afetado pela seca, nas suas variantes hidrológica e agrícola e na combinação de ambas, nenhuma das sub-regiões (identificadas pelo uso econômico dos recursos naturais) ficou imune às repercussões do fenômeno. Tais repercussões, porém, foram espacialmente diferenciadas, como resultado, em parte, da diferenciação temporal da estiagem.

Assim, as áreas canavieiras, cacauzeiras, subcosteiras e hortifrutigranjeiras da faixa oriental só vieram a experimentar os efeitos da seca ao final de 1987, prolongando-se pelo corrente ano. As áreas da pré-Amazônia, de manchas úmidas e dos vales irrigáveis sofreram perdas relativamente leves, na maior parte das lavouras, e, de certa forma, até contribuiram, sobretudo as últimas, para amenizar as quebras regionais de safra de várias culturas. Particularmente graves, no entanto, foram os efeitos sentidos pelas áreas de cerrado, sertão sul, meio-norte, sertão norte e agreste, sendo que as três primeiras acumularam perdas desde os meses finais de 1986.

Ao todo, o Nordeste contabilizou, em 1987, perdas de safra em 17 das suas 26 principais culturas agrícolas. Em pelo menos 16 delas, a causa decisiva foi a irregularidade das chuvas. As colheitas ficaram quase 5.400.000 toneladas abaixo das previsões e dos níveis do ano anterior. Medidos em valor, os prejuízos superaram os Cz\$ 48,5 bilhões. Desse total, estima-se que aproximadamente 90% (Cz\$ 43,9 bilhões) teriam sido decorrida das secas.

Considere-se, ademais, que a região perdeu 4.645.000 toneladas de alimentos básicos: 1.050.000 toneladas de arroz, 532.000 toneladas de feijão, 1.780.000 toneladas de mandioca e 1.284.000 toneladas de milho. Com isso, cerca

de Cr\$ 29,1 bilhões foram computados como prejuízo para a economia regional.

Por outro lado, os prejuízos dos campos, relativamente aos alimentos de primeira ordem, são transferidos para as populações urbanas, através da incontrolável alta de preços da cesta básica.

O exemplo da mandioca foi realmente, para quem acompanha, quem conhece o sertão, dramático. Eu ouvi muito isso na Bahia, o preço do aumento de farinha de mandioca, trouxe durante o ano passado uma situação, eu diria, quase que catastrófica para a população de baixa renda que tem naquele produto, infelizmente, a sua principal fonte alimentícia. Escassez da oferta interna e os elevados custos de importação desses bens acabam tornando-os proibitivos para uma grande parcela da população. Ao par disso, há também expressivas complicações urbanas, com a perda de quase 744.000 toneladas de matérias-primas de origem vegetal (no valor de pouco mais de Cr\$ 19,0 bilhões), comprometendo a produção industrial (à base de algodão, amendoim, cacau, fumo, mamona e sisal) e os serviços correlatos.

A seca alastrou-se por 1.278 dos 1.469 Municípios do Nordeste, afetando, direta e/ou indiretamente, 28 milhões de pessoas, das quais 17 milhões constituem o contingente rural. Em 7 dos 10 Estados que compõem a área de atuação da Sudene, a faixa territorial sob emergência cobriu mais de 90% de cada um deles. Como sempre, a saída, após algum tempo de estôrica resistência, tem sido a migração no sentido campo-cidade. E aí se verifica uma outra projeção urbana do impacto perverso da seca na economia rural: a "inchação urbana", agravando a já séria crise das cidades do Nordeste, 60% das quais tinham, em 1980, no máximo 5.000 habitantes, sem serviços, sem atividades e sem oportunidades de trabalho de natureza verdadeiramente urbana, são verdadeiras cidades rurais, se assim podemos falar.

Num quadro de penúria, como esse, as tensões sociais naturalmente se exacerbaram. Por isso mesmo, de 1987 até março do corrente ano, contabilizaram-se, no Nordeste, 61 invasões de sedes municipais, envolvendo 21.900 pessoas, e 65 saques, protagonizados por 54.600 flagelados. Tais movimentos são dirigidos, mais frequentemente, contra postos de merenda escolar, de saúde pública da LBA e do INAN, depósitos da Cibrarem e da Cobal, feiras livres, casas comerciais e padarias. Isso configura, na certa, um quadro social inquietante, reclamando providências rápidas, numa escala compatível com a dimensão do problema observado.

As primeiras ações do Governo, para fazer face aos efeitos da seca de 1987/88, foram adotadas em meados de julho do ano passado. O Ministério do Interior celebrou convênios com os 10 Estados do Nordeste, no valor de Cr\$ 1.550 milhões. Na sequência de apoio às comunidades castigadas pela estiagem, o Governo Federal, por intermédio da Sudene, celebrou diversos convênios com os Estados, totalizando Cr\$ 13.017 milhões. Além disso, a Sudene transferiu Cr\$ 1.170 milhões para o abastecimento de água às populações, através de carros-pipa. De sorte que, entre julho/87 e março/88, o Governo Federal, canalizou para o Programa do Nordeste Cr\$ 15.737 milhões.

De acordo com os princípios gerais da Política de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), aprovada pela Lei nº 7.499, de 25-6-86, o Governo

Federal delegou aos Estados todas as atividades executivas do Programa de Emergência. Os Estados, por sua vez, transferiram esse papel a Comissões Municipais e a diversas organizações da sociedade civil. Restou à Sudene a articulação e supervisão geral das ações. Presentemente, está-se procedendo a rigorosa avaliação do desempenho e dos resultados dessa inovadora forma de atendimento das populações vitimadas pelas secas.

Pelas informações disponíveis, vem-se fazendo um elenco diversificado de obras e serviços relativos à construção, ampliação, recuperação, limpeza, assentamento e perfuração de poços tubulares, minipócos, poços amazonas, barragens, açudes, aguadas, barreiros, cacimbas, cisternas, reservatórios, caixas d'água, redes, chafarizes, sistemas simplificados de abastecimento de água, canais, implúvios e obras complementares entre outras, com mobilização de emergenciados que chegaram a 800.000 trabalhadores. Conseguimos junto aos Estados, obter um levantamento de obras até fevereiro de 1988, e os resultados de forma bastante resumida, são os seguintes: açudes e barragens, entre construção e recuperação, cerca de 7.500 obras poços profundos 607; poços cacimbões e poços amazonas — 9.800 barreiros e aguadas 15.493; cisternas e tanques 7.600; hospitais, escolas creches, postos de saúde, lavanderias, abrangendo a recuperação e a construção 5.200, obras de arte, cerca de 1.100.

Além disso, vale referir a frota de 3.044 carros-pipa, contratados para o abastecimento de água em 807 Municípios da Região.

A monitoração do quadro climático do Nordeste, ao longo dos primeiros 4 meses de 1988, permite alimentar-se a perspectiva de um ano normal, em termos hidrológicos e agrícolas. Exceções poderão ocorrer em áreas bastante restritas principalmente na Bahia e Minas Gerais. De modo que as preocupações de hoje já não dizem respeito ao imediato. Ao invés disso, temos os olhos postos nas previsões do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), segundo o qual, aí pelos anos de 2003 a 2007, o Nordeste, muito provavelmente, enfrentará um novo período de seca, longo e dramático.

Previsto com esse prazo de antecedência, o novo período de grande seca não há de apanhar a região despreparada. Mais do que em qualquer outra oportunidade anterior, seria imperdoável a incônia. Ainda mais quando, segundo se espera da nova Constituição, o governo comprometerá obrigatoriamente uma importante fatia do Orçamento Federal no Semi-Árido do Nordeste.

A propósito, a versão encontrada, no texto constitucional em votação, para a vinculação desses recursos induz a muitas apreensões. Porque praticamente tira a oportunidade de serem eles aplicados em projetos públicos, ainda que de grande poder de transformação da base sócio-econômica rural — como os de valorização hidroagrícola — e ainda que aprovados e acompanhados pelo próprio Congresso.

Ora, desde logo, é preciso ter presente que as ações a serem empreendidas devem revestir-se de intensidade e continuidade. Com efeito, não se crião, no Semi-Árido, condições de resistência às secas e de convivência com elas sem investimentos expressivos ou relacionados a segmentos de alta capacidade de resposta. Por outro

lado, a história tem comprovado que o imediatismo vem comprometendo o bom êxito de alguns projetos corretamente concebidos e promissores. Daí a sua descontinuidade e substituição por outras iniciativas, antes de se alcançarem resultados significativos.

O fato é que as secas não são uma fatalidade. O conhecimento que hoje se tem dos recursos naturais do Semi-Árido, em termos de clima, de água superficial e subterrânea, de solos, de vegetação e de bens minerais, assim como a disponibilidade de soluções tecnológicas e econômicas para o aproveitamento desses recursos, inclusive no plano agronômico, permite inferir-se que "a seca não vem do céu", mas é produto das ações e instituições humanas. Portanto, é preciso investir, intensa e continuamente, na transformação das atividades desempenhadas na Região Semi-Árida e das instituições ali consolidadas.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste é organização que, promovendo o desenvolvimento regional e, por isso mesmo, a erradicação progressiva da pobreza, deve criar as bases sociais, econômicas e culturais para a "convivência com a seca", ou seja, para a coexistência (não traumática) com a "seca hidrológica" e a resistência (econômica) à "seca agrícola".

A seca reflete o subdesenvolvimento, na medida da fragilidade estrutural do sistema social e econômico do Nordeste, fortemente dependente de fatores de produção elementares (sobretudo da água), pelo que fica exposto e indefeso às suas oscilações. Por outro lado, subdesenvolvimento é carência de reservas (materiais, tecnológicas e/ou financeiras), para enfrentar com bom êxito eventuais alterações de comportamento do ambiente (política, mercado) e/ou do quadro natural (estiagem, enchente, terremoto, incêndio, poluição). Enfim, subdesenvolvimento é dependência cultural, pelo que se recebem (sem assimilar) padrões de comportamento exógenos, incompatíveis com a base prévia de recursos (naturais, humanos e tecnológicos), daí resultando desajustes freqüentes e graves entre expectativas (de produção agrícola, por exemplo) e resultados (frustrações de safras) e crises sociais..

Acresce que a seca reforça o subdesenvolvimento, porque amplia o nível de fragilidade da economia e da sociedade regional, anulando os esforços no sentido contrário, e cria resistência aos esforços e às propostas de transformação das estruturas sócio-econômicas incompatíveis com os avanços sócio-políticos pretendidos.

A Sudene tem por incumbência básica a superação dos fatores causais das secas, nos planos ecológico, econômico, cultural, social e administrativo. No plano ecológico, criando condições para a defesa das fontes dos "recursos hídricos móveis", a ampliação e preservação do estoque desses recursos, sob as mais diversas formas e escalas, e a proteção dos recursos de solo e de vegetação.

No plano econômico, a Sudene vem promovendo a adequação das atividades produtoras (sobretudo agropecuárias) aos condicionantes do quadro natural, particularmente aos "recursos hídricos localizados"; a diversificação do uso econômico do território regional do Nordeste (para intensificar seu nível de intercâmbio inter-regional e intra-regional e, portanto, criar formas de compensação, numa integração horizontalizada); a

formação de excedentes econômicos, para a resistência a eventuais perdas de produção e para criação de uma rede de cidades de funções autenticamente urbanas (portanto, sem risco de "inchação urbana").

No plano cultural, tem-se empenhado a Sudene em promover a elevação dos níveis de expectativa da população; mudanças de atitudes e práticas no uso dos recursos naturais e técnicos à mão e a incorporação maciça e pronta dos avanços tecnológicos disponíveis.

No plano social, a Sudene busca assegurar o acesso mais extensivo possível da força de trabalho regional mobilizável aos meios de produção (terra, água, tecnologia e financiamento) e aos mercados; e a elevação dos níveis e a melhoria da distribuição pessoal e espacial da renda real.

No plano administrativo, a Autarquia Regional tem promovido a racionalização da intervenção governamental, de forma a incorporar a contribuição da sociedade e a minimização das práticas clientelistas e assistenciais.

Também cabe à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste o combate aos efeitos sociais das secas, através do atendimento de emergência — imprescindível, enquanto se processa a transformação gradativa das estruturas, mas que deverá ser cada vez menos frequente e menos dispendioso e traumático — e de provisões acopladas às de superação dos fatores causais das secas (suplementando, reforçando e antecipando os programas e/ou projeto) e confiadas, na execução, cada vez mais às organizações da própria sociedade civil.

Não obstante o trabalho que vem sendo desenvolvido, as secas continuam ocorrendo no Nordeste, o que implica a necessidade de intensificação e aprimoramento (e não de abandono) dos esforços de caráter preventivo, em diversas frentes (ecológica, econômica, cultural, social, política e administrativa).

Para atacar os fatores causais da seca, vários programas (direta e/ou indiretamente preventivos) vêm sendo promovidos e supervisionados pela Sudepe:

- Inventário dos recursos naturais, com destaque para a questão da água (superficial e subterrânea), solo e vegetação;

- Pesquisas agronômicas experimentais;

- Programas e Projetos de infra-estrutura de irrigação; estudos de bacia e programas executivos;

- Infra-estrutura de saneamento: abastecimento de água;

- Programas de infra-estrutura viária;

- Programas de infra-estrutura energética;

- Programas de diversificação e modernização da estrutura produtora rural: programas de agroindústria, projetos agropecuários incentivados;

- Programas de comercialização e abastecimento;

- Programas de cooperativismo e colonização; e

- Programas especiais de desenvolvimento rural integrado.

No momento, a estratégia de ação governamental enfatiza a "transformação do mundo rural" nordestino, relativamente à sua questão fundiária, à sua base produtiva, à especialização dos seus diversos espaços agrários e ao conjunto das políti-

cias agrícolas que o afetam. Na verdade, têm raízes no campo os problemas básicos do Nordeste, pois, não obstante as conquistas regionais, nos setores e espaços urbanos — onde a indústria apresentou taxa média anual de expansão calculada em 6,6%, entre 1960 e 1987, e os serviços alcançaram 8,4%, no mesmo período — as atividades agropecuárias mudaram pouco, registrando a média anual de 2,8%.

As oscilações de comportamento das lavouras, sobretudo devidas às "secas agrícolas" (10 em 28 anos), respondem por essa média, pela queda de participação da agricultura na formação do produto interno bruto regional (30,4% em 1960, 21,8% em 1970, 18,6% em 1980 e 16,2% em 1986) e, naturalmente, pelo freio ao desenvolvimento sócio-econômico global da Região. Se, portanto, o Nordeste pretende acompanhar o ritmo de transformação e avanço da sociedade e da economia brasileira, no seu todo, é nas áreas rurais que tem de concentrar a atenção, sem prejuízo da consolidação das conquistas nos segmentos produtivos urbanos.

É claro que com o grande avanço do setor industrial a participação agrícola teria que cair, em termos da sua participação no produto interno bruto, mas o mais grave não é isso, o que é mais grave é que o seu desempenho, individualmente, mostrou taxas de crescimentos, há alguns anos, frequentemente negativas, e na média uma taxa de crescimento global que seguramente indica que não foram implementadas as soluções para o problema da agricultura nordestina.

Por isso mesmo, a estratégia de desenvolvimento regional explicita programas e projetos voltados para assegurar a "convivência com a seca", ou seja, para tirar partido das adversidades quantitativas e qualitativas dos "recursos hídricos móveis" e dos "recursos hídricos localizados". Essa estratégia visa, de modo específico, a reduzir, progressivamente, todas as formas especulativas e predatórias do uso da terra e, em contrapartida, a estimular a agricultura típica de mercado e agricultura semimercantil.

A promoção de uma agricultura moderna, no Nordeste, identificada com o modelo brasileiro de economia de mercado, compreende três linhas operacionais básicas: a concessão de incentivos financeiros a projetos privados nos setores agrícola, pecuário e agroindustrial; a implementação de projetos públicos de infra-estrutura (viária, energética, de telecomunicações e de armazenagem) constantes do Programa de Ocupação de Novas Áreas (PRONAR), sobretudo no oeste baiano, sudoeste do Piauí e sul do Maranhão, as quais vêm servindo à acelerada expansão da produção de grãos (especialmente soja e arroz); e a execução do Programa de Irrigação do Nordeste (Proine), simultaneamente confiado a entidades públicas e a empreendimentos privados.

A Sudene, graças aos mecanismos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), reforça o Proine, basta lembrar que, somente no corrente ano de 1988, cerca de Cr\$ 10 bilhões já estão destacados do Finor para projetos privados de implantação de agricultura irrigada.

Ao lado dessa linha estratégica, comprometida com a restruturação da base econômica rural do Nordeste e, portanto, com a superação do problema das "secas agrícolas", desenvolve-se uma outra, especificamente voltada para o segmento só-

cio-econômico mais suscetível ao impacto das secas: a agricultura semimercantil, também chamada de agricultura de auto-consumo. Com efeito, trata-se de uma economia praticada por pequenos produtores, com o concurso apenas da força-de-trabalho familiar e o propósito de manutenção da família. Sem reservas econômicas e financeiras, essas famílias, quando apanhadas pela falta irreversível das chuvas, simplesmente perdem sua condição de sobrevivência e constituem o grande contingente de flagelados e emigrantes.

Para desenvolver essa agricultura camponesa e transformá-la em agricultura semimercantil organizada, estão sendo implementados o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP) e o Programa São Vicente. O PAPP — destinado a atender, ao longo de 15 anos, 2 milhões de famílias de lavradores — visa a assegurar o acesso à terra, aos recursos hídricos, à tecnologia, aos mercados de insumos e produtos e ao crédito, assim como o apoio a pequenas comunidades rurais. Por seu turno, o Programa São Vicente vem estimulando o fortalecimento das organizações de pequenos produtores rurais, garantindo recursos financeiros para os projetos de sua iniciativa. Recentemente, foi criado o Programa Vida Nova (ou Programa Padre Cícero), que intenta assegurar a aceleração e ampliação das metas do PAPP — relativamente aos recursos hídricos — e o desenvolvimento da produção agrícola e pecuária.

A experiência vivida na implementação desses programas dita uma lição axiomática: é sobremaneira importante associar os planos, programas e projetos de reforma agrária a programas e projetos de dotação e uso de recursos hídricos, sejam eles de grande escala (como os de construção de açudes e perenização de rios, entre outros). Sejam eles tópicos e pontuais (como os previstos no PAPP, São Vicente e Vida Nova). Fora disso, não há saída para os pequenos produtores rurais: continuarão pobres e indefesos, ante os ciclos da natureza e os costumes do homem.

Todo o esforço transformador, porém — mantido no nível previsto dos recursos financeiros e organizacionais, ao longo da perspectiva temporal definida e, considerando-se a multiplicidade das ações envolvidas, condizendo simultaneamente nas suas diversas linhas — deverá criar a base física e econômica suficientemente forte para a sociedade regional, já na próxima década, conviver com a redução do volume e a má distribuição temporal das chuvas. Esse esforço é decisivo, não só pela responsabilidade histórica de a atual geração reagir ao "drama secular da terra" e do homem do Nordeste, como, sobretudo, pela necessidade de criar-se, nas áreas rurais da Região, uma economia estruturalmente forte, capaz de funcionar como contrapartida estável e significativa ao desenvolvimento hoje conduzido pelos setores e espaços produtivos urbanos.

Nesse contexto, é de suma importância o papel do Congresso Nacional. Antes de tudo, pela abertura da discussão da questão regional do Nordeste no plano nacional. Porque o projeto de desenvolvimento nordestino não se viabiliza apenas no âmbito da Região, muito embora seja também da sua responsabilidade. E porque é preciso legitimar esse projeto e criar as alianças sem as quais ele não passará de mera intenção.

A colaboração do Congresso Nacional propiciará a redefinição de novos compromissos e novas responsabilidades operacionais, de caráter inter-regional, e a fixação de prazos precisos para a estratégia e as normas a serem seguidas. Em função disso, o Plano de Desenvolvimento Regional será a consubstanciação de um autêntico pacto nacional pela superação do problema das secas no Nordeste. Esse Plano explicitará os papéis da Sudene e estabelecerá seus instrumentos de ação.

Quando, há quase 30 anos, o Congresso Nacional aprovou a criação da Sudene, vivia o Brasil um momento de grandes desafios frente ao seu futuro e diante do mundo. É de justiça reconhecer que essa instituição contribuiu decisivamente para a realização do projeto nacional daqueles idos. Há poucos anos do século XXI, o desafio do Brasil é reencontrar-se consigo mesmo. E, nesse reencontro, o Nordeste e a questão das secas do Nordeste têm de ser encarados com determinação.

A Sudene tem em mãos um projeto de Nordeste para o Brasil destes novos tempos. Não está, porém, em suas mãos garantir-lhe a exequibilidade política, porque a História vem mostrando que diversas "políticas regionais explícitas" têm sido anuladas pelas "políticas regionais implícitas", isto é, por dispositivos macroeconômicos que, a pretexto de resolver "problemas nacionais", na verdade concentram as atenções e os recursos nas regiões mais dinâmicas e, supostamente, de mais imediata resposta aos investimentos. No momento, por exemplo, investe-se acirradamente contra os incentivos governamentais à iniciativa privada, sem a devida consideração do variável espaço e, portanto, sem a ponderação das flagrantes disparidades regionais de desenvolvimento do Brasil. No caso do Nordeste, esquece-se que o sistema de incentivos fiscais e financeiros foi o único instrumento que se conseguiu preservar, ao longo dos 28 anos de atuação da Sudene e, por isso mesmo, apresenta resultados concretos inquestionáveis, na recomposição, na dinamização e no fortalecimento da economia regional, na modernização da sociedade regional e no reavivamento das finanças dos Estados e da própria União.

Todos os outros programas sofreram descontinuidade e o que é preciso, para os diversos programas de combate à seca, é, efetivamente, uma programação plurianual durante muitos anos em que os resultados sejam efetivamente encontrados.

É preciso levar em conta que as condições ecológicas do semi-árido nordestino, não obstante seu equilíbrio instável, detêm um potencial produtivo superior, em certos casos, ao de várias outras regiões brasileiras: em diversas áreas, a fertilidade dos solos é bastante alta e a insolação permite o desenvolvimento acelerado das culturas que, freqüentemente, propiciam mais de uma safra anual, o que beneficia sobremaneira as unidades agroindustriais reduzindo-lhes a ociosidade das máquinas e, em consequência, elevando-lhes os níveis de rendimento industrial.

De outra parte, a pecuária, responsável pela ocupação das áreas agrestinas e sertanejas do Nordeste, encontra nelas condições bastante favoráveis à sua reprodução e desenvolvimento, deste que praticada segundo as indicações da moderna tecnologia. No entanto, a agropecuária

permanece aí uma atividade econômica de alto risco, certamente bem maior do que em outras partes do País. É por isso que se justifica uma política de estímulos governamentais, indutores de investimentos privados no interior do Nordeste.

É do conhecimento geral que os investimentos tendem à concentração nos espaços geográficos onde são maiores as economias externas e as probabilidades de retorno mais rápido. Desse modo, empreendimentos igualmente rentáveis no Semi-Árido e nas áreas úmidas do Nordeste ou nas regiões mais desenvolvidas do País, muito provavelmente serão instalados nessas outras áreas, o que significa desperdiçar-se o potencial de recursos daquelas faixas semi-áridas. Assim, é preciso que se disponha de um instrumento que incentive os empresários a procurarem as áreas dos Agrestes e Sertões do Nordeste, bem como as faixas úmidas nelas encontradas (como as zonas serranas e os vales irrigáveis).

Os estímulos governamentais, concedidos segundo essa ótica, que, naturalmente, terão que ser aperfeiçoados, ajustam-se ao conjunto de diretrizes que consubstanciam a política global de desenvolvimento para a Região e às linhas estratégicas específicas estabelecidas no sentido de assegurar a "convivência com a seca". Os incentivos destinam-se a criar economias externas e a servir de efeito-demonstração, para que empreendimentos autônomos passem a convergir espontaneamente para o Nordeste.

De certa forma, está nas mãos do Congresso Nacional impedir a reedição de antigos jogos-defaz-de-conta, pelos quais se defendem políticas nacionais, para, no seu lugar, se instaurarem "políticas regionais implícitas", e, na prática, revogarem as "políticas regionais explícitas", como a dos incentivos fiscais e financeiros do Nordeste. Com ela, já é difícil induzir investimentos produtivos no interior da Região. Sem ela, apagam-se as esperanças de construção, no semi-árido nordestino, de uma economia verdadeiramente capaz de "conviver com a seca", — o que seria uma política nacional implícita.

Semana passada, vimos uma declaração de que durante cerca de 4 anos, simplesmente, a redução da correção monetária em financiamentos concedidos pelo BNDES atingiu qualquer coisa da ordem de 2 bilhões de dólares. Considerando que seguramente 1 a 1 bilhão e 500 seguramente foram destinados ao Sudeste e às Regiões mais desenvolvidas, aí está o exemplo claro de como a política global realmente acaba prejudicando a região nordestina, porque a forma como nós temos de ir até esses investimentos é seguramente muito mais frágil do que tem as áreas mais desenvolvidas.

Que o Congresso Nacional contribua para a preservação da coerência da política e estratégia definida para o Nordeste. Temos acompanhado com extrema simpatia e com cuidado o trabalho que vem sendo desenvolvido por um grupo apartidário de parlamentares nordestinos preocupados com o problema do Nordeste. Acho que os trabalhos desse grupo, seguramente, significaram um avanço muito grande ao que se estava realizando anteriormente.

Creio que esse exemplo continuará frutificando e certamente será muito importante que esse grupo homogêneo e coeso continue na legislação complementar, na legislação ordinária lutando

dessa forma para que as conquistas que foram obtidas sejam preservados e para que novos mecanismos sejam ampliados.

Em resposta, seguramente, a região não comprometerá a imagem do País desenvolvido, moderno e democrático com que todos nós sonhamos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Dr. Paulo Souto, em primeiro lugar, peço desculpas ao Sr. por ter atrasado a minha chegada aqui a este plenário. De qualquer forma, o Senhor foi muito bem representado pelo nosso querido Relator, César Cals.

Dr. Paulo Souto, é da maior significação a presença do Superintendente da Sudene nesta Comissão no momento em que as chuvas chegaram ao sertão, porque embora a seca hoje tenha acabado, o quadro no semi-árido não mudou, apenas o verde o encobre, por enquanto, a fome crônica, a miséria trágica; embora o sertanejo, hoje, não esteja reclamando do tempo e nem do céu, porque poucos, muito poucos conseguiram semente para plantar. Alguns plantaram grãos, mas sempre não. A técnica agrária no Nordeste, hoje, continua a mesma que os nossos colonizadores nos ensinaram; nem com os índios nós aprendemos; pelo contrário herdamos os vícios dos colonizadores, vícios técnicos dos colonizadores portugueses que tinham, sobretudo, uma tônica predatória em relação à terra e ao modo de trabalhar a terra.

O crédito cada dia está mais inacessível, mais distante do produtor rural. Então, Dr. Paulo, cresce muito a significação da sua presença nesta CPI porque isto é um balizamento, é um sinal de que agora, longe da emergência da seca nós podemos cuidar da urgência da miséria, porque esta existe antes e depois da seca e o que mata não é a seca, o que mata, no Nordeste — o Sr. como nordestino sabe disso — é a miséria e ela existe, como eu disse, antes das primeiras chuvas e subsiste, mesmo depois que as chuvas voltam. O que temos que cuidar — e o perfil da voz do Sr. foi neste sentido e isto nos anima — é de mudar as estruturas sociais do Nordeste para que, quando chegar uma nova seca, nós estejamos estruturalmente preparados, o homem esteja em condições de enfrentar e de conviver com a seca.

Dr. Paulo, vou passar a palavra aos Constituintes que desejam interpelá-lo e, depois, a Presidência dos trabalhos gostaria também de fazer algumas considerações às palavras de V. Ex*

Concedo a palavra ao Deputado Ubiratan Aguiar.

O SR. UBIRATAN AGUIAR — É um prazer muito grande recebê-lo nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as causas da seca do Nordeste e procura encontrar os caminhos para que possamos chegar ao desenvolvimento e fazer com que o nosso homem saia desse ciclo de fome, de miséria, de mão estendida que tem caracterizado o povo pobre, o agricultor durante toda a existência nossa. Mas eu queria enfatizar — e eu acompanho com muita atenção o seu pronunciamento e a posição que nos trouxe — mais alguns pontos e gostaria de saber a sua posição; e esses pontos se refletem ou se referem a uma política adotada pelo Ministro da Fazenda, Sr. Mailson da Móbrega, toda ela, na minha opinião,

contrária aos interesses da nossa Região. Embora nordestino, parece que esqueceu todas as agruras e o sofrimento do seu povo e, na prática, talvez, sensível aos apelos do Fundo Monetário Internacional, sensível aos apelos das forças externas e, talvez, até dos interesses de outras Regiões que interessam nos manter como mercado consumidor, também em uma prática de um colonialismo interno, talvez até mais selvagem perverso do que aquele que externamente é praticado, tem adotado algumas medidas, como a retirada do subsídio do juro da agricultura e da pecuária em nossa Região, tratando igualmente situações desiguais, o que fatalmente — é o que eu tenho observado — vai decretar a falência da agricultura e da pecuária em nossa Região. Os bancos vão se transformar nos maiores latifundiários porque o nosso homem não vai poder pagar e vai ter que entregar a sua terra e o seu rebanho. Este é um ponto. Como vê V. S^a esta posição da retirada dos subsídios ao juro para o Nordeste, do subsídio que, anteriormente, era fixado em 3, 6 e 8% e hoje aplicado a taxas altíssimas, com correção plena. O segundo ponto. O Fiset, o que fizeram com o Fiset? A transformação de debêntures fizeram com que os incentivos inibissem a ação dos investidores na área. A nascente agroindústria do coco e do caju, que futuro está reservado a ela?

Terceiro ponto, o Finor tem recebido o apoio, o aporte de recursos do Governo Federal, na medida das suas necessidades, para atender aos fins para o qual ele foi criado, ou na mesma proporção dos primeiros momentos de sua vida? São essas as indagações que eu trago ao pronunciamento, parabenizando também pelas afirmações contidas aqui no texto do seu depoimento.

O SR. PAULO G. SOUTO — Deputado Ubiratan Aguiar, vamos começar pelo último ponto. V. Ex^a pergunta se o Finor tem recebido o aporte de recursos federais, compatível com as suas necessidades. Acho que nós temos que ser, absolutamente, francos em relação a isso.

Primeiro, é preciso entender que o Finor não é uma receita de Governo, não é o Governo que diz quanto vai dispor para o Finor. O Finor é a resultante das empresas que optarem, na declaração do seu imposto de renda, em fazer investimento no Nordeste. Na verdade, não está, eu diria, na atribuição do Ministro da Fazenda, colocar mais ou menos recursos para o Finor, o que precisamos ter é uma avaliação correta de quais foram esses recursos da opção e preservá-los. A esse respeito eu tenho que ser justo com o Ministro Mailson, devo declarar que o relacionamento do Ministro e da Secretaria da Receita Federal, com a Sudene, nesses últimos tempos, tem sido muito mais aberto do que era habitualmente.

Por exemplo, este ano, além de termos um orçamento, inicialmente corrigido até bem acima da expectativa da inflação àquela época, nós já obtivemos liberações desde o mês de março e ainda se sabendo que no primeiro semestre a arrecadação de Imposto de Renda não é tão grande, nós já estamos com cerca de 12 bilhões de cruzados que já foram e estão sendo ainda liberados. Há ainda entendimentos a serem feitos em relação ao Ministério da Fazenda, mas eu seria injusto se não dissesse que está havendo um relacionamento — o Ministro colocou claramente que ele quer que os recursos do Finor sejam recursos do Finor — ainda há algumas arestas a aparar,

algumas coisas que até dependem de entendimentos da própria Sudene, mas não há dúvida que esse relacionamento tem sido melhor. É claro que vamos acompanhar as opções e ver se esses recursos são compatíveis com os que foram estabelecidos, inicialmente, pelo Ministério da Fazenda. Agora, o que nós temos que ter consciência e não ter, absolutamente, nenhum constrangimento em declarar, é que a Sudene tem ao longo do tempo, aprovado um número muito maior de projetos do que ela tem capacidade de apoiar, temos que reconhecer isso. Nós não podemos imaginar que o Fundo de Investimento do Nordeste, de alguma forma vá cobrir quaisquer que sejam os números de projetos aprovados pela Sudene. O ideal seria isso. O que prova até que a região tem um certo dinamismo, ou seja, ela apresenta projetos que demandam recursos maiores do que a nossa capacidade de fazer face a essa procura.

O segundo ponto, com relação ao reflorestamento; na parte do Fiset, naturalmente o Governo deve ter seus motivos para ter agido dessa forma, é claro que isso traz alguns problemas como o Sr. qualificou. Não acredito que traga problemas, por exemplo, para o reflorestamento das grandes empresas industriais, quer dizer, aqueles projetos de celulose, que o reflorestamento, por exemplo, de eucalipto vá servir para a indústria. Acredito que estas empresas poderão efetivamente fazer face a essa nova modalidade. Os outros projetos referidos acho que eles poderão ser, diria, financiados de maneira normal à implantação dessas outras culturas pelo Fundo de Investimento do Nordeste.

Não há dúvida que numa situação de carências de capital e de exacerbada de correção monetária, seria preferível para o Nordeste que se mantivesse o sistema de participação acionária ou invés de debêntures.

Por fim a questão de retirada de subsídios para a região. Durante todo esse período sentimos claramente que isso era unanimidade desde o pequeno produtor, no PAPP, até o grande produtor. Conversei com todos esses segmentos de produtores no Nordeste e o impacto da retirada dos subsídios foi realmente uma coisa muito forte, temos que reconhecer isso. Vi grandes produtores, por exemplo, temerosos de fazer uma pequena capineira para socorrer o seu gado porque ele tinha que fazer um investimento em eletrificação e ele não queria ir ao banco com essa correção. E vi o pequeno produtor do PAPP que já tem até 50% de sua correção subsidiada ainda temeroso do que poderia acontecer. Não há dúvida que essa retirada de subsídio teve impacto muito forte na agricultura do Nordeste, tenho certeza de que as próprias autoridades econômicas têm consciência disso. Eles sabem que temos uma agricultura ainda em estágio de desenvolvimento e que precisaria desse subsídio. Entretanto, chegamos a uma dificuldade de situação tamanha que ao Governo não restou outra alternativa senão essa. Tenho certeza que o Governo tem consciência de que o Nordeste realmente precisa ter um sistema de correção monetária compatível, diria, com a estrutura tecnológica até de sua agricultura, e com as dificuldades ecológicas e climáticas. Isso é uma consciência e penso que existe por parte do Governo. Certamente a retirada da correção monetária atendeu a uma

dificuldade extremamente grave que estamos assistindo, mas, acredito que esse problema ainda pode ser reestudado passada essa situação de dificuldade embora concorde perfeitamente que ele traz consequências muito sérias, difíceis mesmo para a agricultura nordestina.

O SR. LIBIRATAN AGUIAR — Sr. Presidente, peço permissão para me retirar porque tenho assuntos ainda, na Câmara, o projeto está sendo posto na Ordem do Dia. Quero agradecer as respostas e apenas dizer, acrescentando que o momento é da união de todos aqueles que exercem funções técnicas de desenvolvimento da região e dos parlamentares para revogação dessas medidas. Costaria de ver uma coragem imensa do Sr. Ministro Mailson da Nóbrega, retirando o subsídio e doando-o para São Paulo e eu me conformaria com a retirada do subsídio dos juros da agricultura do Nordeste. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Tem a palavra o Relator desta Comissão, Deputado César Cals Neto.

O SR. RELATOR (César Cals Neto) — Vamos procurar ser bastante breve porque a pauta de inscritos é grande.

Mas Dr. Paulo fez uma exposição bastante elucidativa e com dados bastante concretos a respeito da realidade nordestina o que bate com o que estamos constatando. O Dr. Paulo coloca, por exemplo, que nestes últimos vinte ou trinta anos, a participação da agricultura no produto interno da região caiu de 30,4% para 16,2% e que a taxa de crescimento dessa mesma agricultura foi, aproximadamente, 1/3 da taxa média de crescimento no setor de serviços, e menos da metade da taxa média de crescimento do setor industrial, que mostra realmente a grande distorção que existe em termos da agropecuária, da agricultura nordestina até mesmo os resultados.

Falávamos no início da exposição do Dr. Paulo que de um milhão e meio de hectares irrigados que existem no Brasil, um milhão está exatamente na região Centro-Sul e 500 mil no Nordeste. Estes números estão perfeitamente sintonizados com os resultados. Temos que nos preocupar muito com o fortalecimento da Sudene que sei que é meta prioritária do nosso Superintendente. Até porque a Sudene diferente do Ministério da Fazenda e de outros organismos federais, tem a sensibilidade, o conhecimento e a competência dos problemas da nossa região. Perguntaria ao Dr. Paulo como é que tem se comportado, em termos reais, o orçamento da Sudene nos últimos dez anos. O que tem acontecido? Porque, na prática, a decisão política tem que se concretizar em termos de recursos — como é que o Governo Federal tem tratado a Sudene em termos orçamentários, de preferência até em dólares? Não sei se o Dr. Paulo tem essa informação nos últimos 10 anos.

Perguntaria, ainda, também, sobre o Projeto Padre Cicero, que tem sido referido inclusive, pelo Ministro do Interior e que todo mundo considera importante, foi lançado pelo Presidente da República, mas que, até o momento, sobre ele não se tem nada de concreto. Finalmente, perguntaria sobre os investimentos concretos em termos de ocupação de novas áreas do Nordeste. O que existe alocado em termos de orçamento?

O SR. PAULO GANEM SOUTO — Eu não tenho aqui os dados a respeito da evolução do orça-

mento nos últimos 10 anos, mas, seguramente, esses orçamentos vêm caindo. Isso me parece uma constatação. A Sudene, basicamente, administra o programa de incentivos, que é um recurso vinculado do Imposto de Renda, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, que é um programa que está atingindo uma fase de maturidade e que nós, seguramente, vamos ter bons resultados na frente. É preciso um pouco de paciência. Esses programas integrados têm uma estrutura institucional complexa. O que não se pode é, quando se inicia um programa desses, ele sofrer qualquer tipo de mudança ou descontinuidade. É preciso insistir e penso que, este ano, os resultados já vão ser bem melhores. Esses são basicamente os dois programas da Sudene. Quer dizer, toda aquela parte de recursos destinada a saneamento, toda a parte de recursos destinada à infra-estrutura não têm sido mais colocados no orçamento da Sudene. Eu não diria que não têm sido colocadas para o Nordeste. É até possível — existem estudos que poderão elucidar isso — que esses recursos tenham sido alocadas setorialmente, mas, realmente, quando nós detalhamos a participação dos investimentos governamentais na área, esses dados são significativos, esses recursos não têm sido de modo a permitir a intensificação dos investimentos na região nordestina.

De modo, deputado, que, conquanto não tenha esse detalhe, o sentimento que tenho, de forma geral, é de que a Sudene não tem conseguido manter os seus níveis de investimentos na área.

Quanto à pergunta sobre o programa de novas áreas, eu até me permitiria uma digressão antes de falar especificamente sobre a pergunta. Penso que, onde existem tantas áreas com dificuldades, nós temos que ter consciência de que é preciso, na áreas com grande potencialidade, realizar programas que dêem resultados de curto prazo. Esse é o caso típico do Programa de Novas Áreas. São áreas que já estão respondendo muito bem a investimentos do setor privado e que, seguramente, também, vão responder de uma forma muito mais intensa, se o Governo entrar, principalmente, com investimentos na área de infra-estrutura. É o caso típico do sul do Piauí, sul do Maranhão, oeste da Bahia e até de algumas áreas do Ceará relacionadas a Ibiapaba e regiões que têm uma potencialidade muito grande. É preciso ter consciência de que essas áreas, tendo intensificada a sua exploração, poderão contribuir para tornar menos densa a ocupação de outras áreas do nosso semi-árido, que têm dificuldades em suportar uma população tão grande com escassez de recursos naturais. Esse movimento pode fluir naturalmente e permitir que o programa do semi-árido se dê com mais eficiência. Esse seria o primeiro ano do Programa de Novas Áreas e os recursos alocados, realmente, foram pequenos, aproximadamente da ordem de 600 milhões de cruzados. Mas, agora, o Governo está estruturando um programa chamado Brasil-Central que abrange este programa e no qual se espera, realmente, a alocação de novos recursos, sem se falar na possibilidade de uma negociação externa para financiamento desse programa. Estou convencido de que esse é um dos bons programas que temos, naturalmente tendo em vista, um daqueles aspectos que é chamado agricultura mercantil, uma agricultura empresarial e um programa que pode ter reflexos muitos fortes na agri-

cultura nordestina. Com relação ao Programa Padre Cícero foi realmente formulado, mas ainda não foi iniciado, entretanto o Ministério do Interior, conforme informações da semana passada, manteve entendimento que, a partir destes, julgo bastante provável que esse programa ainda seja iniciado neste trimestre. De modo que realmente houve um atraso, não há por que deixar de reconhecer no início desse programa. Um programa destinado basicamente a reforço dos recursos hídricos mas há uma forte determinação do Ministério do Interior para conseguir que este projeto seja iniciado no atual trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Tem a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA — Sr. Presidente, congratulo-me com V. Ex^a pela felicidade do convite de trazer hoje à CPI da Seca, o Dr. Paulo Souto, Superintendente da Sudene, um dos homens mais qualificados da nossa região e que o seu pronunciamento, sob a minha ótica, tecel considerações de caráter técnico-administrativo e, acima de tudo, político como poucos que já vieram nesta CPI.

Mas, Sr. Superintendente Paulo Souto, à página 11, do seu pronunciamento V. S^a, aborda uma questão que considero de extrema importância que é o subdesenvolvimento, é a dependência cultural, são suas palavras. Pelo que se recebe sem assimilar padrões de comportamento exógenos incompatíveis com a base prévia de recursos daí resultando os desajustes freqüentes e graves entre expectativas de produção agrícola, por exemplo, e resultados, frustrações de safra e crises sociais.

Dr. Paulo Souto, a dependência cultural do Nordeste é uma questão extremamente grave, e não estarei exagerando muito se citasse que a discriminação com a região estaria basicamente nos mesmos parâmetros, para dar um exemplo, que o dia 13 de maio nesta sexta feira, a discriminação que existia com o negro no Brasil.

O nordestino é tratado, de Brasília para o Centro-Sul, como um brasileiro de segunda categoria. Digo isso como nordestino, não humilhado mas apenas com a avaliação política. É uma constatação realmente que todo o dia encontramos em Brasília, no Centro-Sul onde todos os benefícios advindos do Governo Federal e tudo o que a economia possa gerar de bem-estar e de melhoria na qualidade de vida ela é realmente voltada para a Região Centro-Sul.

Temos milhares de exemplos e podemos até constatar o caso do trigo. O Brasil subsidiou trigo quase trinta anos, subsidiando apenas a "pizza" do pessoal do Sul, evidentemente, com todo o respeito aos brasileiros do Centro-Sul, mas apenas para constatar uma decisão política da maior gravidade. Financiava-se a "pizza" e o pão de que se toda a população do Centro-Sul, no Nordeste o subsídio da alimentação é praticamente nulo. E esta dependência cultural é uma barreira que temos obrigação, homens públicos ou privados da região, de realmente lutar para que se acabe com tudo isso e voltemos a ser brasileiros iguais e o nordestino passe a ser um brasileiro igual a um e não igual à metade como sempre falamos nas reuniões da região.

Um outro item do seu pronunciamento, Sr. Paulo Souto, é que V. S^a apresenta um programa,

de que na Sudene existe realmente um diagnóstico do que precisa ser feito para resgatar a região dessa posição incômoda em que se encontra desde o descobrimento do Brasil. Nesse diagnóstico em que V. S^a lista o inventário de recursos minerais, pesquisas agronômicas, enfim, infra-estrutura, saneamento, etc. e tal, que considero da mais alta importância, faltando apenas recursos, que é a nossa grande luta; e nessa falta de recursos é que eu entendi a convocação de V. S^a a nós, políticos da região, ao Congresso Nacional, para lutarmos juntos, o Poder Legislativo e o Executivo, para viabilizar, realmente, esse elenco de projetos e programas, para minimizar o sofrimento da nossa gente, não somente na época da seca, mas, também, em condições normais, como é o caso da posição de hoje, que não existe a seca, mas existem os seus resquícios, seus dobramentos.

E, por fim, eu queria fazer uma colocação, aliás, queria ler, mais um item do seu pronunciamento — está na página 18 — porque eu considerei isso aqui a maior pérola do seu pronunciamento.

"Que a Sudene tem em mãos um Projeto do Nordeste para o Brasil destes novos tempos. Não está, porém, em suas mãos garantir a execução política, porque a História vem mostrando que diversas "políticas regionais explícitas" têm sido anuladas pelas "políticas regionais implícitas".

Esta é uma verdade, é uma pérola do seu pronunciamento. Nós temos de lutar por tudo isso, para viabilizar, politicamente, o que nós temos, naquela região, em termos de projetos, de programas, e da vontade e determinação de nós, nordestinos, inserir aquela região de pobreza no contexto do Brasil, e, depois, no contexto das pessoas mais ou menos civilizadas e alimentadas, como é o nosso objetivo.

São as minhas considerações.

O SR. PAULO GANEM SOUTO — Bem, eu agradeço ao Deputado Benito Gama, e, naturalmente, acho que tem de ser feito o desconto de algumas considerações que ele fez, porque eu tive a honra de trabalhar com ele durante muito tempo e, juntos, aprendemos, na administração pública, um com o outro, de modo que, seguramente, ele exagerou um pouco nas considerações que fez a meu respeito.

De qualquer sorte, acho que estes três pontos são importantes, o problema da dependência cultural tem que ser enfrentado — é o que nós falamos aqui — temos que agir na melhoria da criação de expectativa no Nordeste. Não é possível que o nordestino se conforme com aquilo que seja considerado apenas o essencial para que qualquer um tenha uma vida digna: é preciso, realmente, mudar profundamente esse quadro, mas isso é uma dificuldade, efetivamente, muito grande. Aliás, a imprensa tem tratado, ultimamente, dessa questão, como certas regiões do País vêem a figura do nordestino, até enveredado por um caminho que eu acho um pouco complicado.

É claro que consideramos essencial o engajamento do Congresso, dos Parlamentares nessa luta que estamos empreendendo. Mas insisto que houve, neste último ano, um avanço que considero palpável; a união dos parlamentares do Nordeste levou, realmente, à criação de um grupo forte e unido, que teve ganhos excepcionais. Isso não tenho dúvida, e o que eu espero é que este

exemplo muito firme que foi dado, ele continua frutificando, porque as lutas que estão pela frente, seguramente, poderão ser mais duras do que as que foram travadas até este momento.

E, por fim, a questão colocada a respeito das políticas realmente, é muito importante. Quando se fala na política para o Nordeste, a sua exploração cria toda uma expectativa, nós colocamos muito a claro o que é que são essas políticas, e, às vezes, as outras políticas nacionais que são colocadas, normalmente, elas praticamente, anulam as vantagens de todas estas políticas regionais, e trazem consequências muito sérias para a região.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Com a palavra o nobre Deputado Celso Dourado.

O SR. CELSO DOURADO — Mais uma reunião da CPI da seca, e, sem dúvida alguma, traz contribuições bastante significativas. O Dr. Paulo Souto, que é nordestino, especialista nessa área de recursos hídricos, poderia nos dar algumas informações que consideramos bastante pertinentes à situação do Nordeste, neste momento.

Tem-se falado bastante que a grande esperança no Nordeste é a irrigação. Então, eu gostaria de ter algumas informações sobre os investimentos nesta área. Mas, além deste tipo de informação, saber se a Sudene, que foi sempre pioneira na pesquisa, está dando alguma contribuição para a preservação de nossos rios, que contêm perigo com os grandes projetos de irrigação, o problema da poluição; e, também, os recursos hídricos subterrâneos. Em algumas áreas, sobretudo, áreas de calcário, como é o vale do São Francisco, está se disseminando a pequena irrigação com água de poço, água subterrânea. Então, estamos prevendo um grande perigo no futuro, de que esses reservatórios sejam poluídos. A poluição orgânica não tem pergunta, só que, realmente, eu não sou, como o Deputado falou, com certa bondade, um especialista em recursos hídricos. Mas, de qualquer sorte, nós temos que ter muita preocupação com isso.

Eu acho, de modo geral, perfeitamente procedente uma certa preocupação com a utilização dos mananciais subterrâneos. Até mesmo, eu diria que, antes mesmo, uma preocupação com relação à sua provável poluição, antes mesmo disso, uma preocupação que me parece maior é uma preocupação com a superutilização em algumas áreas. A possibilidade de poluição existe; maiores consequências, mas a poluição química poderá causar um desastre muito grande, no futuro. E a Sudene, que foi sempre zelosa e pioneira, mesmo em pesquisas, tem naturalmente, uma grande responsabilidade em relação a isto. Ela, por sinal, foi a primeira a estimular e motivar as perfurações. Lembro-me da atuação da Conesp, e mesmo que hoje ela esteja um pouco distante dessa área, na realidade, muitas empresas surgiram estimuladas pelo trabalho da Sudene. E, hoje, isso está se generalizando, e nós estamos começando a ficar preocupados porque, especialmente na região do vale do São Francisco, onde a predominância é o calcário, e a infiltração aí é muito fácil, e como esses projetos, o emprego de inseticidas; emprego de adubo químico; isso está trazendo algumas preocupações para nós que somos da região, para técnicos que têm levantado essa questão e, infelizmente, o nosso agricultor

realizando tudo de uma maneira muito espontânea, sem saber que, no futuro, poderemos ter problemas muito sérios. Gostaria de ouvir a sua palavra sobre o assunto, já que o Dr. Paulo é geólogo, e acho que é uma questão que ele, também, tem preocupações neste campo.

O SR. PAULO GANEM SOUTO — Eu vou começar por essa segunda hoje, eu diria que não é um perigo imediato, mas deve ser uma preocupação, tanto que temos, no grupo de planejamento de recursos naturais, um grupo de ecossistema e na divisão de planejamento setorial um grupo de saneamento ambiental que tem cuidado desses assuntos e que pretende intensificar essa questão. Eu não diria que hoje o problema de poluição desses mananciais subterrâneos é uma possibilidade, mas não é uma coisa que preocupe já, mas acho que temos que diagnosticar essa situação e, naturalmente, tentar evitar uma situação que pode se tornar irreversível, mas antes disso, ter muito cuidado com o problema de superexploração de água subterrânea em algumas regiões. Talvez fosse necessário um entendimento com o órgão responsável por isso, quem sabe o Departamento Nacional de Produção Mineral, que, seguramente, também tem essas preocupações e, por que não, investigar em algumas regiões se isso já está se dando. Não afirmo que isso esteja se dando, mas acho que em algumas áreas é preciso ter essa preocupação, ter em mente a possibilidade de que não façamos uma exploração predatória desses recursos de água subterrânea. É preciso ter cuidado para que um recurso tão importante como água subterrânea, em algumas áreas, não venha a se tornar carente, como inclusive já aconteceu em alguns outros países e sabemos disso.

De modo que há, realmente, na Sudene uma preocupação com isso e acho que estamos em condições de, conjuntamente com os Estados e com alguns órgãos federais, intensificar estudos, nessa área.

Com relação à irrigação, é claro que criado o Ministério de Irrigação os investimentos estão sendo preferencialmente conduzidos por esse Ministério. As informações que estão sendo colocadas aqui dizem respeito a investimentos privados e a investimentos públicos em diversos Estados nordestinos.

Com relação à Sudene, este ano, como eu disse, vamos nos constituir num instrumento de apoio importantíssimo ao programa de irrigação. A Sudene resolveu destacar uma parte do seu orçamento, através do Fundo de Investimento do Nordeste, para apoiar projetos de irrigação. E fez isso com o maior cuidado e com a maior objetividade, ou seja, procuraremos analisar esses projetos com a maior rapidez possível, destacamos um setor só para análise das cartas, consultas, e dos projetos; eliminamos o prazo de carência para a liberação desses recursos, a carência de seis meses que existe para os projetos comuns na Sudene, seis meses após a sua aprovação receber os recursos, não vai existir essa carência nos projetos de irrigação. E, o que é importante, destacamos um orçamento. Qual é a importância de se destacar esse orçamento? E já dissemos, no lançamento do programa, que só vamos receber projetos até o limite do nosso orçamento. Com isso, vamos evitar uma nova fila de projetos sem

financiamento, iremos suspender não é financiamento, a participação da Sudene, através do seu mecanismo usual que é Finor, suspenderemos esses projetos quando eles já absorverem os orçamentos que temos para esse ano, que, inicialmente, está calculado em 10 bilhões de cruzados, o que é um orçamento considerado bastante significativo para os níveis de investimento. E, como estamos falando, investimento privado tanto a irrigação pequena, embora a irrigação que venha a se mostrar econômica, como os grandes empreendimentos empresariais. Porque, realmente, a irrigação em muitas culturas exige uma certa tecnologia, que é uma tecnologia, de certo forma, avançada.

De modo que, estou convicto de que este ano estamos, realmente, juntando os esforços do Ministério do Interior e da Sudene aos esforços do Ministério da Irrigação, para que o programa de irrigação realmente irá cumprido, gradativamente, as metas a que se propôs.

Com relação aos investimentos globais, foram calculados em 78 bilhões de cruzados para 1988; 116 para 1989; e 128 para 1990. Agora, os 10 bilhões a que me referi são investimentos adicionais da Sudene, que já estão, orçamentariamente, destacados, e que eu tenho certeza absoluta que irão significar uma alavancagem muito grande no programa. Essa foi uma preocupação do Sr. Ministro do Interior e foi possível, com isso, na Sudene, já na próxima reunião do Conselho de Administração, estarão sendo levados, ao Conselho Deliberativo, cerca de 4 ou 5 projetos de irrigação no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Com a palavra o Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — Dr. Paulo Souto, quero em primeiro lugar, parabenizá-lo pela exposição que o Senhor fez, na Casa, que nós acompanhamos e vamos relevar.

Ao longo da sua leitura pudemos verificar que muitos pontos abordados são, verdadeiramente, resultado daquela competência que organismos como a Sudene, aprendem ao longo da sua vida, e que V. Ex^a absorveu.

Vou, apenas me reduzir a dois ou três tópicos do seu pronunciamento. O Centro Aeroespacial já identificou para o ano 2007, 2010, uma grande seca no Nordeste que deverá destruir — pelo menos no nosso conceito — quase toda essa fraça infra-estrutura que o Nordeste possui, para enfrentá-la.

Nós, nordestinos — quase todos nós somos nordestinos — temos já o hábito de ver aquela ironia dos céus azuis, nas épocas em que devem estar nuvens e chuvosas, aqueles céus, calcinando o Nordeste inteiro, secando os açudes, as aguadas, destruindo as plantações e, tudo isso causa uma enorme preocupação.

No ano 2007 ou 2010, entre o ano 2007 e 2010, deve acontecer um período trágico desse. A minha primeira pergunta, Dr. Paulo, é o que se está fazendo no sentido de enfrentar essa época? Eu não acho que esteja muito longe ainda esse tempo. Tive oportunidade de ver, visitei há poucos meses, na Califórnia, um projeto de irrigação que foi iniciado no ano de 1930 e, apesar dos recursos maciços e grandiosos que o governo dos Estados Unidos possui, esse programa ainda estava em vigência, ainda estava sendo implan-

tado. Não vejo muita continuidade nesses combates no Brasil. Então, fico muito preocupado, Dr. Paulo, em saber o que se está fazendo, quais são as medidas, qual é o projeto que está prevento a chegada da seca do ano 207 ou 2010?

O outro assunto — eu serei breve, Dr. Paulo, porque são muitos os que gostariam de perguntar — vou só formular as outras perguntas que eu gostaria. Sobre os subsídios aos juros do Nordeste. Isso eu acho que é um problema de política.

Vi, há poucos dias atrás, um escritor francês e ele dizia que o subdesenvolvimento é uma opção política, quer dizer, se não existe uma política certa, nós estamos caracterizando um país subdesenvolvido. Acho que isso é muito válido, atinge um pouco daquilo que o Senhor mencionou como hábitos culturais e etc. Acho que o subsídio, no Nordeste, parece, assim, uma alma do outro mundo, nunca foi enfrentado com o devido cuidado.

Eu, certa vez, tive oportunidade de falar ao Presidente José Sarney, e pedi-lhe que fizesse um cálculo, mandasse fazer um cálculo, em quanto importava esse subsídio ao Nordeste, esse célebre subsídio que serve de cavalo de batalha, que tem sido a tortura e a angústia de todos nós. Porque se esses juros não forem subsidiados os investimentos no Nordeste vão continuar muito lentamente, se é que vão continuar, se é que o Nordeste tem capacidade para enfrentá-los.

Então, eu gostaria de saber, já formulei esta pergunta ao Senhor Presidente, depois aos Ministros da Fazenda, dois ou três Ministros da Fazenda. Para só explicitar a coisa; eu sei que o Banco do Brasil emprega, em todo o Nordeste, apenas 12% do seu capital, do seu movimento, enquanto que só no Rio Grande do Sul, este mesmo Banco usa 22% do seu capital circulante. Eu gostaria de ver quanto era, realmente, em quanto importava, realmente, esse subsídio, esse célebre subsídio aos juros para o Nordeste, uma vez que o Nordeste é tão inexpressivo nos quantitativos nacionais.

O outro ponto a que eu gostaria de me referir, de sua exposição, era sobre a Sudene, especificamente, o Finor. Desde 83 que tenho freqüentado a Sudene como representante do Senado, na Comissão de Assuntos Regionais, e sou daqueles pelo menos eu estou sentindo, nestes últimos anos, que há uma espécie de esmorecimento, uma espécie de parada nos estímulos da Sudene, do seu próprio funcional, não há aquela disputa por estes lugares. Eu conheço vários técnicos de muito valor, da Sudene, que já saíram para a iniciativa privada, porque perderam o estímulo de continuar, e esta continuidade do quadro da Sudene, da experiência da Sudene me parece fundamental. Eu sei, e vi, quando V. Ex. disse, aqui, na sua exposição, que no caso do Nordeste, esquece-se que o sistema de incentivos fiscais e financeiros foi o único instrumento que se conseguiu preservar, ao longo de 28 anos. E aos trancos e barrancos, nós sabemos que a Sudene tem preservado esse sistema de incentivos e que ele é vital para o desenvolvimento do Nordeste.

Quem, como eu, que conheci aqueles Estados nordestinos, como o Maranhão, como o Piauí, como o Ceará, onde tudo o que existe sobre pecuária foi incentivo da Sudene, incentivo fiscal. Hoje, o Maranhão cria gado, cria zebu, a pecuária maranhense tem o mesmo nível, o mesmo Know

how da que eu vi em Uberlândia e Uberaba. Não há nenhuma diferença entre os criadores de gado do Maranhão, do Ceará, da Bahia, dos de Minas Gerais ou de Mato Grosso. E isso foi provocado pelos incentivos, pela administração do Finor, que a Sudene tem feito.

Então, Dr. Paulo Souto, eu acho que a conclusão de sua exposição é uma fecho de ouro, e eu gostaria de parabenizá-lo, novamente. Eu acho que isto é muito certo. Está nas mãos do Congresso Nacional impedir a reedição de antigos jogos de faz-de-conta, pelos quais se defendem políticas nacionais, para em seu lugar se instaurarem políticas regionais implícitas. Na prática, revogam-se as políticas regionais explícitas, como a dos incentivos fiscais e financeiros do Nordeste. Com ela, já é difícil induzir investimentos produtivos nessa região; sem ela, apagam-se as esperanças de construção no semi-árido nordestino de uma economia verdadeiramente capaz de conviver com a seca e conviver com o resto do Brasil. Se não tiver esse incentivo, se não existirem, se não forem preservados, os incentivos no Nordeste, dificilmente essas áreas do Nordeste, esse Nordeste da Sudene, conseguirá se equiparar, se aproximar das outras regiões do Brasil.

Acho que nós, nordestinos, evidentemente que nós somos representantes de todo um País, mas nós, nordestinos — nós todos somos brasileiros — nós devemos juntar nossos esforços, juntar a nossa atenção para que esses incentivos, esses organismos como Sudene, como Denocs sejam inteiramente preservados, porque eles têm muito ainda a contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Eu gostaria de aproveitar a intervenção do Senador João Lobo, quando ele alerta para uma política, por parte do Governo, uma política estrutural para resolver o problema do Nordeste, que são estruturais e não conjuturais, para que, em definitivo, nós possamos desenvolver uma vida digna para os nordestinos.

E, quando o Senador se refere ao Finor — e eu concordo — eu vi alguns projetos do Finor com uma qualidade de retorno econômico, técnico e social muito bons. Mas alguns, Senador — eu queria aqui aproveitar, porque o Dr. Paulo já respondeu conjuntamente — para ler alguns trechos, e isto é muito importante porque o que nós buscamos nesta CPI é uma sugestão. Esta CPI, Dr. Paulo, que foi originariamente criada para avaliar os prejuízos da seca do Nordeste no ano de 87, terminou se transformando num fórum de debate sobre a questão nordestina, porque nós terminamos nos debruçando diante de um prejuízo muito mais grave, muito mais cruel, que é o prejuízo social; foram 3 milhões e meio de nordestinos que morreram na seca de 79 a 83. Isso é um número 40 vezes maior do que os mortos da bomba de Hiroshima. Pois bem, então, a essa seca, que é o que mata, aliás a miséria, que é o que mata e não a seca, advém de uma política secularmente equivocada, distorcida, muitas vezes corrupta por parte do Governo em relação à realidade nordestina.

Pois bem, o Presidente Sarney criou, em março de 1985, através de um decreto, uma comissão de avaliação dos incentivos fiscais, uma comissão formada por membros da Seplan. Essa comissão

concluiu os trabalhos, há pouco tempo, e eu gostaria aqui de ler alguns trechos dessa comissão. Ela diz o seguinte: "De 75 a 85, o Finor agropecuário recebeu 1,5 bilhão de dólares". Segundo a comissão, aqui vou passar a ler trechos:

"O Finor agropecuário limitou-se a incentivar a modernização do latifúndio, orientando-se basicamente para as grandes propriedades com superfície média superior a 4.500 hectares."

Pelo censo agropecuário de 86, o tamanho médio da propriedade nordestina era de apenas 37 hectares, ou seja, 121 vezes menor do que a média trabalhada pelo Finor agropecuário. É um dado muito importante, porque ele simboliza essa elitização dos recursos do Finor, que tem apontado como uma das graves demandas do homem trabalhador nordestino que tem sofrido nas secas.

Continuando aqui, lendo trechos do relatório da Comissão de Avaliação dos Incentivos.

A Sudene parece admitir que existia um ganho de escala com o aumento de área da produtividade. Não houve ganhos. Mesmo os projetos considerados empresas rurais têm um rendimento na pecuária de 8,48 cabeças por hectare. Os latifúndios por exploração têm rendimentos de 8,26 cabeças por hectare. Então o rendimento da chamada empresa rural do Finor é o mesmo das propriedades nordestinas, sem qualquer tipo de incentivo.

A conclusão, diz o relatório, é que a grande propriedade se torna um modelo equivocado de desenvolvimento rural. Mais ainda existem superinvestimentos, desperdícios de recursos e concentração de renda.

Continua o relatório: as empresas candidatas ao Finor têm terras praticamente improdutivas. A maioria é classificada no Incra como latifúndio por exploração e a maioria também sequer consegue sair dessa situação. Em 51 projetos aprovados entre 79 e 83, 30 continuavam, em 84, como latifúndios por exploração, ou seja, apenas 21 haviam se transformado em empresas rurais, ainda assim com níveis baixíssimos de rendimentos já vistos. Muitos dos projetos do Finor agropecuário sequer têm as suas terras regularizadas junto ao Incra. Em julho de 84, dos 158 projetos examinados, 52 não se encontravam sequer cadastrados juntos ao Incra, mesmo projetos já aprovados há 15 anos não tinham ainda cadastros. As metas — diz o relatório — normalmente não são atingidas. A média de cumprimento de metas é de 16%. Também não se observam os prazos de implantação, que são de 4 anos, com uma tolerância máxima de atraso de 8 meses. Desses 158 projetos examinados em 84, por exemplo, 100 estavam com atraso superior a 4 anos. O custo de reaquisição das ações do Finor agropecuário era de 9 vezes menor do que o valor real dos recursos recebidos pelos empresários. Significa que os optantes pelo incentivo fiscal perdem 89% do investimento realizado. Ninguém se interessa pelas ações do Finor agropecuário, sequer os próprios empresários do projeto.

O relatório, aqui resumido, isso aqui são trechos escolhidos do relatório, faz três itens de conclusão. Primeiro o Finor agropecuário tem servido basicamente para a modernizar o latifúndio; segundo, o Finor agropecuário tem se transformado mais em instrumento — vejam só, o relatório é enco-

mendado pelo Presidente Sarney — de doação de recursos às empresas do que de capitalização que fortaleça o mercado de ações. Segundo a Comissão, o Finor agropecuário é uma verdadeira doação de recursos públicos ao setor privado. Terceira conclusão: o objetivo em promover atividades auto-sustentáveis está, na verdade, financiando investimentos deficitários.

Dante disso, Dr. Paulo, e aproveitando o ensejo das colocações do Senador João Lobo...

O SR. JOÃO LOBO — Eu gostaria, antes de V. Ex^a passar para as mãos de Dr. Paulo, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Eu queria só agora formular algumas questões dentro destes trechos lidos do relatório, dentro da pergunta do Senador João Lobo, no sentido de o que a Sudene está fazendo em termos estruturais, de infra-estrutura social para evitarmos um genocídio semelhante ao que ocorreu no período de 79 a 83, quando três milhões e meio de brasileiros morreram de fome e de subnutrição.

O que há de concreto? Qual a proposta da Sudene?

Dentro disso, essas colocações.

Quantos projetos aprovados e quantos efetivamente implantados na área do Finor Agropecuário?

Qual a superfície média por propriedade incentivada até hoje?

Existem auditorias sistemáticas, inclusive auditorias externas, para os projetos incentivados pelo Finor agropecuário?

O que foi feito em relação aos atrasados? Como a Sudene consegue admitir atrasos superiores a 10 anos e, ainda assim, continuar liberando recursos?

Como admitir que projetos aprovados, incentivados pelo setor público, não cumpram sequer a legislação federal do Incra?

Esses projetos que não passam de modernização de latifúndio, conforme o relatório, que não conseguem mais do que o rendimento das demais propriedades, não aumentam, antes, o problema da concentração fundiária e a improdutividade da região? Até que ponto se pode usar o dinheiro público para contemplar o desperdício e a ineficiência?

As críticas em relação ao Finor agropecuário se repetem, embora em escala ao Finor industrial, numa escala menor ao Finor industrial. O que a Sudene tem feito para melhorar os mecanismos de fiscalização e controle dos projetos incentivados?

Há dezenas de exemplos de empresas dadas pela Sudene como implantadas e em funcionamento que sequer existiam mais — fecharam, faliram, já, algumas há muito tempo — o que a Sudene faz nesses casos? Que controle a Sudene tem sobre esses projetos?

Uma das indústrias mais lucrativas da Sudene é a aplicação dos projetos para burlar os prazos de implantação, para continuar recebendo os incentivos; muitos dos empresários do Finor, antes mesmo que implantem os seus projetos, pedem ampliação do projeto original. Por que se concede a ampliação? Afinal, o objetivo do Finor é financeirar empresas auto-sustentáveis e não investimentos que não conseguem andar sem recursos públicos de incentivos.

Uma das conclusões da Comissão de Avaliação de Incentivos é de que os projetos apropriaçários têm um custo social muito elevado sobre os da pecuária de corte. Por que a Sudene insiste neles?

Dr. Paulo, esta Comissão fez um trabalho sobre o período de 75/85; todos nós sabemos que o Sr. não estava na Sudene neste período, mas, como Superintendente do órgão, é de extrema importância para esta CPI que V. Ex^a nos responda, para que possamos, ao longo dos trabalhos, formalizar um conjunto de informações, para que o nosso Relator possa, ao final, aprovado por este Plenário, levar uma sugestão, não somente ao Presidente Sarney, mas uma sugestão a todos os Governos que venham nos dirigir, para que consigamos uma solução em definitivo para a questão do Nordeste.

O SR. JOÃO LOBO — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Pois não, Senador.

O SR. JOÃO LOBO — Antes de V. Ex^a passar a palavra para o Superintendente, quero dizer que estou assim, meio, até, surpreendido. Quem é autor desse libelo que V. Ex^a leu contra o incentivo fiscal? Quem são os autores?

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — O Presidente Sarney, através de um decreto de março de 1985...

O SR. JOÃO LOBO — Sim, entendi. Quero saber quem são os autores desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — É a Comissão. É essa Comissão, isso aqui são trechos da Comissão.

O SR. JOÃO LOBO — Eu gostaria de discutir e de contestar...

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Eu aqui não acrescentei não. Eu só li trechos da Comissão, o relatório da Comissão.

O SR. JOÃO LOBO — Eu entendi. Ficam nos termos desse relatório isso que sempre existiu contra a Sudene e contra o incentivo fiscal. Esse relatório deve ter sido feito com interesses escusos do Centro-Sul, dessa região que sempre se opõe aos incentivos fiscais. Eu acho que acusações do teor dessas que V. Ex^a acaba de ler são inteiramente falsas, caciços. É um absurdo o que está escrito nesse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Por isso que nós estamos reunidos aqui, para discutir isso.

O SR. JOÃO LOBO — Eu não estou, evidentemente, criticando V. Ex^a. V. Ex^a não é o autor do relatório. Eu quero só dar o meu parecer. Eu acho isso uma inverte, ou pelo menos ultrapassa tudo o que eu tenho de conhecimento da Sudene. Projetos com o Incra irregular na Sudene? Tramitar na Sudene projetos, áreas e fazendas ou empresas com Incras irregulares, eles nunca receberiam nenhum incentivo da Sudene se este fosse o caso, até onde eu conheço a mecânica e o mecanismo da Sudene.

Outra coisa, é um dado absolutamente falso dizer que a rentabilidade — como foi o termo Ex^a? — econômica dos projetos incentivados pela Sudene têm quase que o mesmo percentual de

incentivo dos tradicionais nordestinos, isso é uma verdadeira. Eu disse e quero repetir, os projetos de incentivo, os projetos pecuários que eu conheço do Nordeste, criam gado com a mesma capacitação técnica de Uberlândia, do Mato Grosso do Sul, e do Mato Grosso. Esta Comissão está montada, pode verificar o que eu estou dizendo. Os projetos pecuários da Bahia, de Minas Gerais, do Maranhão, principalmente, e do Piauí — por que não? — incentivados pela Sudene têm o mesmo apuro técnico e a mesma rentabilidade, guardadas as devidas proporções, porque a maior parte dos projetos da Sudene ainda estão em fase de implantação. Por isso é que elas não têm a resposta imediata. Nós vivemos numa região difícil, numa região incentivada — fazer pasto no Nordeste não é a mesma coisa que fazer pasto no Centro-Sul, em São Paulo, no Paraná, no Mato Grosso do Sul. A gente sabe o que representa conservar. Eu quero só dizer que esses percentuais de rentabilidade dos projetos pecuários para os projetos nacionais, isso é falso. Esta Comissão, e eu até pediria a V. Ex^a que mandasse fazer uma pesquisa, por que é que nós não podemos verificar isso *in loco*? Nós estamos numa Comissão, devemos nos louvar nos nossos próprios olhos, e não na capciosidade de um relatório como esse que foi apresentado. Dizer que o Nordeste era imenso em terras devolutas, pelo menos o meu Estado e o Maranhão, que só existiam terras devolutas, as áreas são enormes, ninguém pode criar gado numa região como o Piauí em áreas restritas de 100 hectares, de 200 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Senador João Lobo, gostaria de sugerir a V. Ex^a, como temos ainda vários colegas inscritos, que nós ouvíssemos o Dr. Paulo, e, ao final da reunião, nós poderíamos combinar um grupo desta Comissão para, junto à Sudene, discutir esse relatório.

O SR. JOÃO LOBO — Exato. Era essa minha sugestão. Eu queria contestá-lo para fazer essa sugestão a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Eu agradeço.

O SR. JOÃO LOBO — A contestação que faço só tem esse sentido, de V. Ex^a conseguir fazer uma análise mais em profundidade, *in loco*, desse problema. Isso é um absurdo, esses números, as áreas dos projetos pecuários têm que ser amplas, têm que ser vastas. Ninguém pode fazer propriedade pecuária criar gado no Piauí com 37 hectares. Vou depois juntar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Senador, sei que V. Ex^a está indignado, mas...

O SR. JOÃO LOBO — Nunca vi tanta maldade em um relatório apresentado. Isso aí é um resumo do que nós temos verificado, durante toda vigência dos incentivos fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Deputado Celso Dourado, o Deputado Benito Gama já havia pedido a palavra. Ainda que apreciemos bastante o trabalho da Sudene e a grande contribuição que tem dado, devo dizer que esse relatório da Comissão tem de ser levado em consideração, ele é bastante relevante, não é capcioso, pode haver até determinados exageros em alguns pontos — isso é questão de se examinar —, mas,

Senador João Lobo, o que está aí é verdade. Nós, nordestinos, temos de estar conscientes, temos de ser críticos disto. Há muito projeto no Nordeste que foi absolutamente financiado por recursos públicos para pessoas que nem a terra possuíram. Foram comprar terra com o dinheiro público. Aliás, a origem de muitos latifúndios neste País são os recursos públicos, o dinheiro público. E nós, nordestinos, temos de estar conscientes disso, temos de ser críticos, examinar cuidadosamente o assunto para o interesse do próprio Nordeste. Tem a palavra o Deputado Benito Gama.

O SR. BENITO GAMA — Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem. Quanto a esse decreto presidencial que criou essa Comissão de avaliação da Sudene, existe também a avaliação para subsídios implícitos do Centro-Sul como subsídios ao frete ferroviário para transportar o aço e cimento em São Paulo? Não está criada uma Comissão para avaliar os 400 milhões de cruzados que o País perde mensalmente com o transporte do carvão em Santa Catarina?

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Não sei informar a V. Ex^a...

O SR. BENITO GAMA — Existe aí algum subsídio ao crédito para aquisição de empresas tipo Aracruz Celulose?

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Eu, como Presidente da CPI da Seca, tomei conhecimento da existência deste relatório...

O SR. BENITO GAMA — Trata-se apenas de uma questão de ordem. Não estou contestando nem endossando as palavras do relatório nem de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — O relatório é específico sobre incentivos fiscais.

O SR. BENITO GAMA — Quanto a esse decreto do Presidente, existe esse relatório sobre o Fiset, sobre o florestamento no Espírito Santo e aqui no Oeste do Brasil, onde há realmente o maior escalado entre...

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — O relatório tece considerações sobre todos os incentivos fiscais. Apenas, detive-me na questão final, que é o que interessa à CPI da Seca.

O SR. BENITO GAMA — Estou formulando esta questão de ordem para, em seguida, formular a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Trata-se de um relatório enorme, amplo, com mais de mil páginas. Aqui está apenas um resumo, alguns pequenos trechos do que dizia respeito ao Finor. O relatório abrange todos os tipos de incentivos fiscais.

O SR. BENITO GAMA — Sr. Presidente, no caso, acredito que seria interessante que V. Ex^a distribuisse o relatório inteiro para nós não fazermos uma avaliação, por exemplo, de uma Miss Brasil, olhando somente a sua mão, ou a sua perna. É preciso olhar o corpo todo para fazer uma avaliação melhor.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Obrigado pela sugestão, Deputado. Tomarei esta providência ainda hoje.

O SR. BENITO GAMA — E se, por acaso, no decreto do Presidente não estiverem incluídos es-

ses subsídios implícitos, eu gostaria de formular um documento ao Presidente para que criasse uma comissão idêntica para se avaliar também os subsídios e incentivos.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Obrigado pela sugestão. Tomarei providências neste sentido.

O Deputado Ângelo Magalhães discorrerá sobre esta questão.

Tem a palavra S. Ex^a

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES — A opinião da Sudene foi dela própria? E há muita coisa que a Sudene pode esclarecer. É imprescindível que a Sudene, em contato com os membros da Comissão e com aqueles interessados que querem defender o Nordeste, a resposta da Sudene a esse relatório... Isso é fundamental.

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES — Sr. Presidente, parabéns, porque V. Ex^a trouxe esse relatório. Entendo que ele deve ser levado em consideração. Quanto às outras reformas das outras regiões nós também devemos criticá-las e pedir aos demais Congressistas das demais regiões que estejam atentos, porque talvez essas reformas estejam prejudicando demais o desenvolvimento do nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Tem a palavra o Dr. Paulo Ganem Souto.

O SR. PAULO GANEM SOUTO — Eu gostaria de dizer da nossa preocupação com o conhecimento exato do sistema de incentivos que estamos praticando. Estamos concluindo agora um diagnóstico completo sobre o setor industrial. Estamos iniciando, não uma amostragem mas um verdadeiro censo sobre todo o setor agropecuário. À Sudene não interessa, de nenhuma forma, eventualmente, esconder qualquer imperfeição nos seus mecanismos de apoio. Realmente, não nos interessa isso.

E tanto estamos dentro dessa linha que, neste momento, estamos promovendo um censo absolutamente detalhado; não é uma amostragem, mas um censo completo dos projetos agropecuários, para revelar, com a maior exatidão possível, o diagnóstico desse setor agropecuário.

Então, essa é a primeira questão que eu queria colocar para os Deputados e para o Presidente da Comissão, e preocupo-me em falar isso, sobretudo para dar essa expectativa, para dar esse conhecimento. Quer dizer, já foram feitos alguns estudos desse tipo, mas agora estamos procedendo a um diagnóstico, inclusive e principalmente, do setor agropecuário, para que possamos avaliar bem o comportamento do sistema de incentivos para esse setor.

Um outro ponto, de natureza geral, sobre o qual eu gostaria de falar, informou-me aqui o Dr. Jorge Santana, que é um técnico renomado, muito respeitado em todo o Nordeste e que tem naturalmente a história da Sudene nas suas mãos, é que ele identificou alguns trechos com um relatório feito por volta de 1983. De modo que pairou uma dúvida sobre se esse relatório é realmente decorrente do trabalho desta Comissão, ou se é um trabalho mais antigo que já teria, inclusive, merecido respostas de um relatório detalhado da Sudene que não teria sido considerado.

Mas isso parece-me que não é uma coisa...mas a informação dele é que teria sido um relatório produzido por um técnico, que identificou algumas frases, que não sei se são exatamente dessas Comissão criada pelo Presidente Sarney. Parece-me que foi um trabalho feito pelo IPEA.

O SR. PAULO GANEM SOUTO — Esse, realmente, é o último relatório a que estamos procedendo. Então, o Sr. faz perguntas — como é que eu diria — muito exaustivas, e acho que a posição tem que ser essa. Acho que, seguramente, embora tenha idéias e possa já afirmar algumas coisas aqui, mas eu não atenderia a V. Ex^a, se me dispusesse aqui a responder ponto por ponto esses itens que estão colocados.

Acho que o mais conveniente para os objetivos a que todos nós estamos nos propondo é que eu me comprometesse a responder e, inclusive, já mostrar trabalhos que a Sudene fez sobre esse relatório. Mas, de qualquer sorte, eu queria revelar, neste momento, a nossa preocupação nessa avaliação, embora confesse que realmente fiquei surpreendido com o caráter de algumas dessas observações.

Acho que há coisas que podem ser consideradas criticáveis, mas há algo de tendencioso. Por exemplo: comparar o tamanho dos projetos agropecuários com o tamanho da propriedade média no Brasil é uma indução ao raciocínio absurdo, porque estamos sabendo que não nos interessa, por exemplo, manter o pequeno agricultor, com 20 hectares no Nordeste, porque isso é condená-lo a uma miséria completa.

Então, há coisas, realmente, não conheço, mas acho que a Sudene responde a isso, mas há informações, no relatório, que revelam uma tendenciosidade. E o que posso dizer sobre muitos desses pontos é que fica, portanto, o meu compromisso da identificação desse relatório e de que, mesmo de maneira informal, a Sudene venha à Comissão, porque é de sua obrigação, revelar ponto por ponto as coisas que foram aqui colocadas.

De qualquer sorte, o que devo dizer é que muitos desses problemas, se eles existiram, foram equacionados. Todo mundo sabe disso. Até, há quem, por outro lado, considere que isso não é próprio. Não estou nem entrando no mérito, mas a Sudene, considerando uma série de questões, suspendeu, temporariamente, os projetos de pecuária de corte no Nordeste; tem limitado áreas, tem feito zoneamentos; só tem aprovado projetos depois de completa regularização do Incra, tem destinado, em seus projetos, área para colonização e para agricultura de subsistência. De modo que há toda uma série de medidas que foram tomadas. Quem tem ido aos conselhos da Sudene tem assistido, por exemplo a atuação, o Presidente José Sarney, democratizando o Conselho, ali colocou representante dos trabalhadores, que tem defendido, que tem pedido vista, que tem, enfim, exaurido os estudos desses projetos agropecuários. Na penúltima reunião, o representante da CONTAG retirou cinco projetos de pauta. Fomos para o campo, pedimos a sua colaboração, esclarecemos, e os cinco projetos, na reunião subsequente, foram inteiramente aprovados, sem que houvesse qualquer contestação.

Desta forma, há, nas considerações feitas, muitas questões que têm sido gradativamente aperfeiçoadas; a questão da área, por exemplo, a questão

do Incra, a destinação para colonos e para a agricultura de subsistência. Creio que são todos esses avanços sensíveis. Realmente, se recuarmos no tempo, seria um pouco de ingenuidade admitir que, há 15 ou vinte anos, alguém fosse para o oeste da Bahia fazer pecuária com quinhentos hectares. Isso, realmente, seria uma coisa que, àquela época, seria extremamente difícil admitirmos. Mas isto tem sido aperfeiçoado; temos limitado áreas; feito zoneamento; exigido, em todos os projetos, a nível de projeto executivo, por exemplo, acomodações dignas para os trabalhadores rurais; construído habitações nessas áreas.

Sr. Presidente, creio que, como se trata, efetivamente de um relatório do Governo, pelo que conheço da Sudene, esse relatório, seguramente, mereceu do órgão, eu não diria a contestação, porque nem sei se é o caso da contestação, e parece-me que, em muitos dados, sim, mas mereceu do órgão uma resposta que será, naturalmente, trazida ao conhecimento da Comissão. E o que não estiver claro, procuraremos deixar claro, porque, como eu disse, não interessa a ninguém esconder o que seriam deformações nesse projeto. Confesso, entretanto, que, pela leitura rápida que V. Ex^a fez, muita coisa mepareceu com um certo nível de tendenciosidade, e muitas outras dessas foram objetos, já, de aperfeiçoamentos e de modificações que têm sido, eu diria, perfeitamente absorvidas pelos empresários que estão na área; preocupação, por exemplo, com a legalização do Incra, do IBDF; não colocamos projetos na pauta — e quem é conselheiro da Sudene sabe disso — sem que o MIRAD dê o seu OK a toda situação fundiária do projeto.

Com relação a reflorestamento, a mesma coisa. Esses projetos têm sido discutidos exaustivamente com o IBDF. Claro que a Sudene tem feito auditorias; e acho que a questão da auditoria externa, que V. Ex^a colocou, é uma coisa que tem que ser refletida — e prometo refletir sobre esta situação — mas temos consciência de que a auditoria da Sudene tem realizado o seu trabalho da maneira mais eficiente possível. Mas eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para me revelar preocupado. Acredito, e o Deputado Celso Dourado colocou muito bem, que é preciso ter o espírito aberto para isso tudo, ou seja, não vamos proteger instintivamente um sistema, se temos restrições aí. Acho que devemos ter cuidado. Mas estou preocupado, efetivamente, com o recrudescimento, absolutamente, que não parece haver uma justificativa maior, que tenha havido, eu diria, nos últimos 15 dias, a respeito do problema dos incentivos. São páginas e mais páginas de jornais que têm feito algumas observações sobre o sistema de incentivo, e não podemos, absolutamente... Temos que manter uma postura crítica, porque ela é essencial, mas não podemos ter uma postura, eu diria, de uma crítica exacerbada a respeito desses assuntos. Por exemplo, o famoso relatório do IPEA, que muitas vezes é citado, a respeito do FINOR, até fiquei estarrecido quando li, por exemplo, resultado das avaliações. O primeiro parágrafo do relatório é o seguinte: "como um todo, a avaliação do FINOR é positiva." Isso é o que disse o IPEA num relatório exaustivo. Precisamos até saber se estamos falando a mesma coisa. Vou ter o cuidado de investigar isso, o que mostra que realmente não se pode, à primeira vista, crucificar esse sistema de incentivo.

Mas preocupa-me essa situação; preocupa-me como um fundo sem retorno. Por exemplo, a avaliação que fizemos, há pouco tempo, mostra que, se nós tomarmos apenas as cem maiores empresas incentivadas no Nordeste, das mil e tantas ou duas mil, o que elas têm recolhido de IPI foi o equivalente a todos os recursos do FINOR no ano passado. As cem maiores empresas, no passado, recolheram aos cofres federais, resultantes do IPI, doze bilhões de cruzados, o que foi o orçamento do FINOR, o que significa uma certa auto-sustentação do sistema. Não estamos falando do Imposto de Renda, do ICM dos Estados. Eu diria até, consciente de que não estou praticando nenhum exagero, que, não fosse esse sistema, até mesmo com algumas das deformações que têm sido apontadas, hoje o que estaria acontecendo é o Governo Federal, ao invés de estar incentivando o investimento produtivo, estaria transferindo recursos, para que os Estados pagassem a sua folha de pessoal. Para isso, basta que examinemos qual o significado da entrada do ICM das empresas incentivadas dos Estados do Nordeste. É preciso manter uma postura crítica, isso é essencial. Eu revelo a preocupação da Sudene com isso, ao dizer que estamos fazendo um exaustivo censo de projetos agropecuários na região. De modo que não estamos com a venda nos olhos, sem avaliação do que está se fazendo. Isso, revela, a meu ver, uma preocupação nossa. Como disse a V. Ex^a, algumas das coisas procurei responder, certamente não poderia fazer em todas elas, mas o que vai ficar é o nosso compromisso de verificar se a Sudene respondeu a esse relatório, ou, se não o fez, voltar aqui à presença da Comissão, para uma resposta detalhada de todas as colocações que foram feitas por V. Ex^a a partir desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Dr. Paulo, no momento, quero já propor a criação de uma Comissão dentro desta Comissão. Convocaria o Deputado Celso Dourado, o Senador João Lobo e o Relator da Comissão, Deputado César Cals Neto, para acompanhar a questão desse relatório. Em primeiro lugar, vou distribuir a todos os mesmos desta Comissão, assim como enviar ao Dr. Paulo Souto, a cópia do relatório, sobre o qual, li alguns trechos, para identificar qual foi. Peço à sua assessoria que deixe conosco uma cópia do relatório do IPEA, que é importante para o nosso acerto, pois eu não o conhecia.

Essas questões foram colocadas para que possamos nos debruçar sobre elas. V. S^a, juntamente com sua assessoria, providencie as respostas para as questões aqui formuladas e, se for o caso, será muito interessante para esta Comissão e uma honra para nós tê-lo aqui novamente para discutirmos em cima desse relatório. O que pretendemos é procurar um caminho, para que essas políticas, em relação ao Nordeste, venham realmente beneficiar o Nordeste, tenham um retorno social, porque o que verificamos é uma convivência diária com a miséria, com a fome e milhares de irmãos nossos vivendo abaixo da linha de miséria absoluta.

Passo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Ismael Wanderley.

O SR. ISMAEL WANDERLEY — Sr. Presidente, não vou me referir ao relatório, que já está bem debatido e uma Comissão vai averiguá-lo. Acho

que, ao contrário de nos desunirmos, temos é que fortalecer a SUDENE. E vejo, por exemplo, que o projeto do Presidente José Sarney de um milhão de hectares irrigados está fracassando, exatamente porque esses recursos deveriam estar destinados à SUDENE e não se criar um Ministério da Irrigação, sem nenhum sentido para isso. Os recursos deveriam ser através da SUDENE. Parabenizo o Dr. Paulo por esse plano de dez milhões, porque acredito que é o que vamos ter, porque, na semana passada mesmo, estive no Banco do Brasil, levando projetos aprovados do Rio Grande do Norte de dois, dez e vinte milhões, e a resposta que tive foi simplesmente que os recursos do PROENE zeraram.

Então, é uma falácia esse projeto de um milhão de hectares. Acredito que, feito através da SUDENE, aí, sim, teríamos realmente implantado, se não um milhão, mas 500 mil hectares, que contribuiriam para o desenvolvimento da nossa região, de forma efetiva.

Vamos, companheiros, fortalecer a SUDENE. Peço, também, ao Superintendente da SUDENE que nos encaminhe, para que possamos reclamar do Poder Público a apropriação indébita que foi feita pelo Governo Federal, quando não corrigiu valores expressivos dos recursos, que não eram do Imposto de Renda, destinados à SUDENE. Todos nós sabemos disso. Recursos expressivos. E o Sr. disse que há um volume de projetos a mais aprovados. Mas esses recursos, no nosso entender, se não atenderiam todos, pelo menos atenderiam grande parte, se fossem corrigidos. Houve uma apropriação indébita; houve um crime, como se, amanhã, eu, empresário, deixasse de recolher o IPI. Houve uma apropriação indébita do Governo Federal para com a SUDENE.

Temos é que, acima de divisões partidárias e políticas, nos somarmos, os nordestinos, pelo fortalecimento da SUDENE. Acho que este é o nosso objetivo maior e espero que esta Comissão entre exatamente os caminhos para isso. O nosso objetivo não é denegrir. Fatos passados de 15 anos devemos sepultá-los mesmo, como já sepultamos essa ditadura, e caminharmos para encontrarmos os caminhos da irrigação, sobrevivência e desenvolvimento da nossa região.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Ângelo Magalhães, eu queria, só para registro, deixar claro que o pensamento desta Presidência é fortalecer a SUDENE. A SUDENE é o grande veículo sobre o qual devemos nos unir para fazermos as transformações no Nordeste. Apenas, esta Comissão não pode fechar os olhos aos desvios, aos desvirtuamentos que venham justamente causar esta miséria sobre a qual esta CPI está motivada.

Passo a palavra ao nobre Deputado Ângelo Magalhães.

O SR. ÂNGELO MAGALHÃES — Sr. Presidente, Sr. Superintendente da SUDENE, pelo que ficou demonstrado na leitura objetiva do Superintendente, mudou a mentalidade da SUDENE. Não vamos mais tapar buracos com frentes de serviço. O trabalho é construir obras que levem a minorar secas futuras.

Por isso mesmo, Sr. Superintendente, chego à conclusão, depois dos debates e dos esclareci-

mentos, de que se colocou o homem certo no lugar certo. V. S^o ganhou a confiança da Casa e a SUDENE também. Vai haver, como já disseram antes outros que me antecederam, uma união para o fortalecimento da SUDENE.

Por isso mesmo, e com certeza, animo-me a formular uma pergunta a V. S^o sobre que objetivos teria a SUDENE, em referência ao Sistema Irecê, com a barragem de Mirovós, hoje, paralisada? É só esta a minha pergunta, já se fala muito em irrigação, em milhares de hectares e a SUDENE quer realmente favorecer a agricultura naquela área tão sofrida.

O SR. CELSO DOURADO — Deputado Ângelo Magalhães, Sr. Presidente, gostaria de aproveitar a pergunta e dar algumas informações sobre essa realidade, porque sou da região e entendo bem desse problema, preocupando-me muito com ele.

A barragem de Mirovós está construída em termos de reservatório. Ela tinha o objetivo de fornecer água às cidades e localidades da região. Isto não foi cumprido até hoje, apesar da grande contribuição que foi dada a nossa região, segundo informação do nobre Deputado Delfim Netto, com quem mantive conversa a respeito do assunto relacionado a essa barragem. Afirmou-me ele que mandou o dinheiro para fazer a adutora para servir água a todas as localidades da região que não tinham água. Disse a ele: "Nobre Deputado, o Sr. vai ter que me ajudar para descobrir onde ficou o dinheiro, porque lá não chegou." A barragem está construída e dando uma ótima contribuição, apesar de não ter chegado a todos os seus objetivos, porque ela, praticamente, já pereceu o Rio Verde, e já algumas irrigações estão sendo feitas pela iniciativa privada. Essa a situação atual.

Desculpe-me a interferência, Dr. Paulo Sauto, mas realmente eu precisava fazer essa colocação.

O SR. BENITO GAMA — Sr. Presidente, apenas para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Espero que o Senhor seja breve, porque temos o tempo da Constituinte.

O SR. BENITO GAMA — Serei breve. É com relação ao próprio assunto, para saber se fica mais claro para o Superintendente a pergunta do nobre Deputado, de "onde está o dinheiro". Em fevereiro último tive a oportunidade de estar em Washington, no BID, e o Diretor do Banco Mundial para o Brasil me afirmou e me mostrou um documento que expressa que o Governo do Estado da Bahia deixou de utilizar vinte milhões de dólares para este projeto, e o BID estava cancelado por falta de uma ação administrativa nesse aspecto. Era apenas um esclarecimento.

O SR. CELSO DOURADO — Esse um problema que pode ser atual, mas a informação do Deputado Delfim Netto não é de agora, mas sim ao tempo em que ele estava no Ministério do Planejamento.

O SR. BENITO GAMA — Não estou querendo polemizar com V. Ex^e, mas apenas uma informação.

O SR. CELSO DOURADO — Não tem nada a ver um dinheiro com o outro.

O SR. PAULO GANEM SOUTO — Bem, não há dúvida que o programa da barragem de Miro-

rós é integrado, da maior importância, o Governo Federal fez, digamos assim, os investimentos que estavam a seu encargo. Ele construiu a barragem, que realmente é um investimento pesado, e como um dos objetivos principais da barragem é o suprimento de água — o Deputado sabe que é isso — porque para o abastecimento doméstico a água de poços é problemática, porque ela é uma água altamente carbonatada.

Então, a adutora iria proporcionar serviço de abastecimento d'água a Irecê e a diversas cidades e aos povoados próximos.

Mas o que está faltando, realmente, imagino que sejam os recursos para a execução da adutora que passa a ser, naturalmente, uma atribuição do governo estadual, porque é uma obra que está, inclusive, sujeita a empresa de saneamento, porque ela se destina a abastecimento de água.

Tenho certeza que sanadas essas dificuldades na área de financiamento, o Governo do Estado colocará como prioridade, e tenho certeza que é uma prioridade. Acho que essa é uma das obras mais importantes, quer dizer, a conclusão daquela adutora que parte da barragem do Jacuípe. E a execução dessas obras na região de Irecê, parecem que são duas obras da maior importância, porque é uma área em franca atividade econômica, com cidades e povoados próximos, da maior importância.

De modo que, embora não tenhamos recursos na SUDENE, eu diria que específicos para isso, se, entretanto, alguns dos nossos projetos que estão sendo negociados na área internacional realmente tiverem êxito, não teremos dúvida alguma de que colocaremos esse projeto como de máxima prioridade, porque estará atendendo a uma região produtiva, importante, do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Deputado Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS — Sr. Presidente, vou fazer coro com todos os Parlamentares que me antecederam, e me congratular com S. Ex^e o Sr. Superintendente da SUDENE, pela grande contribuição que trouxe. Aos debates dessa CPI.

Há muito tempo ouço dizer que a questão do Nordeste é uma questão nacional. Mas pela primeira vez vejo colocada em termos oficiais a denúncia da falência do modelo das políticas regionais explícitas que ganham muito destaque nos jornais, criam um impacto muito forte na opinião pública, mas que, na verdade, têm historicamente representado, para a nossa região, apenas migalhas. É preciso, sim, vermos a política do Nordeste, não como uma política isolada, mas como parte integrante e essencial da política nacional de desenvolvimento.

Tenho a impressão de que a este respeito conseguiu-se na Constituinte avançar alguns passos, e criar bases, instrumentos e mecanismos que nos assegurem esse tratamento.

Dessa forma, ou não obstante, e ainda assim, mesmo aqui na Constituinte senti desde a Subcomissão de Municípios e Regiões uma certa resistência, uma falta de consciência, eu diria, de uma parcela dos próprios Constituintes, no sentido de ver-se a diversidade regional do País, e tomar-se isso como um dado de trabalho. Foi há pouco citado pelo Superintendente o exemplo da política de subsídios aos financiamentos do BNDES. São

estágios que vão se obtendo e o BNDES passou já agora de uma fase que antes não regionalizava, depois passou a regionalizar o seu orçamento, ou seja, a dizer, ponho à disposição da região tal tantos por cento, mas sem uma política específica voltada para a região. Não basta termos políticas econômicas nacionais, como se culturais elas fossem, porque elas trazem implícito um componente espacial, que distorce, que concentra, pela própria inércia do processo de acumulação do capital. O que é que ocorre?

Hoje o BNDES, e registro aqui com satisfação, acaba de divulgar um documento embrionário, é certo, que busca identificar quais as possibilidades, as oportunidades de investimento do Nordeste por aquela agência de financiamento. Mas não basta isso, é preciso que as linhas de crédito tenham parâmetros de custos financeiros, de carências, de prazos, de amortização compatíveis com as necessidades dos diversos segmentos.

Eu vejo e registro com satisfação, por conseguinte, essa mudança de atitude, não apenas por parte da Sudene, como também por parte do BNDES, como se fosse, e imagino que seja, diagnóstico como tal, um estágio a que nós estamos chegando. E gostaria de formular uma pergunta ao Superintendente, justo em relação à atitude da SUDENE em face dos incentivos fiscais. Ele já, de certa forma, tocou no assunto, porque ao responder questão relativa aos incentivos agropecuários fez questão de, com referência a parâmetros que estão sendo estabelecidos, seja em termos territoriais, sub-regionais, subespaciais na região, seja em termos de linhas setoriais de atuação, mas me parece que há uma necessidade de a SUDENE definir também quais são essas aspirações da região nesse momento, quais são as necessidades em termos de política industrial, em termos de política agrícola, etc., para que nós aqui no Congresso Nacional, e a sociedade como um todo, em todas as frentes, possamos nos dar as mãos e trabalharmos pelo desenvolvimento da região, buscando concretizar aqueles que sejam os seus objetivos maiores. Neste sentido, e como disse o próprio Presidente, essa Comissão é um fórum de debate sobre o Nordeste, não apenas da questão da seca. É preciso que nós façamos, sim, a autocritica dos incentivos fiscais do Nordeste, mas esta Comissão não pode incidir no equívoco que sempre marcou a política de desenvolvimento do Nordeste, de ver a região autárquica isolada, fechada, voltada para si mesmo. Consta que somente 5% dos incentivos vigentes no País são destinados à nossa região.

Então, não basta fazermos a avaliação do passado e, se houve desvios, reconhecê-los, e com isso servir de instrumento para que os incentivos do Nordeste sejam cancelados, mas é preciso que nós avaliemos, concretamente, que medeamos isso rigorosamente, qual é o volume de incentivos que vai para a região, dentro do sistema de incentivos da economia nacional.

Acho que esse enfoque, por parte desta Comissão, seria a contrapartida, a grande contribuição, que o Superintendente Paulo Souto trouxe hoje, aqui. É preciso ver o Nordeste como parte integrante da economia nacional e, não, o Nordeste como uma parcela isolada, destacada, para um tratamento isolado.

O SR. PAULO GANEM SOUTO — O esclarecimento que eu gostaria de fazer ao Deputado é

que, realmente, todas as avaliações que têm sido feitas mostram que os incentivos regionais constituem uma parte muito pouco significativa dos incentivos totais. Basta que, por exemplo, se compare com os incentivos de exportação, que estão muito mais concentrados nas regiões mais desenvolvidas.

Então, não há dúvida alguma que esse ponto é importante, temos que manter essa postura crítica e etc., mas, também, ter muita consciência de que isso tem significado muito pouco. O que deu, realmente, bons resultados, ao FINOR — hoje estou convencido — foi a sua persistência ao longo do tempo... Talvez tivessem sido necessárias avaliações mais freqüentes para a correção de rumos que, efetivamente, já existiram, mas, se formos sempre pensar comparativamente, não há dúvida alguma de que eles significaram muito pouco e que hoje, digo, já é um sistema auto-sustentado, hoje é um sistema que já se auto-sustenta pelo retorno do IPI, do Imposto de Renda, do ICM.

Estou muito à vontade para fazer essa afirmação, porque, afinal de contas, realmente não contribuí para os méritos desse sistema, não estava na SUDENE. Portanto, fico muito à vontade para dizer que vejo com a maior preocupação qualquer mutilação muito forte nessa questão. Quer dizer, hoje nós somos uma região que dependemos de poupanças extra-regionais para continuarmos nos desenvolvendo. O Nordeste ainda não tem capacidade de poupança para se desenvolver com os seus próprios recursos. Isso é muito nítido. E, não tenham dúvida de que os grandes projetos industriais dificilmente viriam se não tivessem, realmente, um certo estímulo dado pelos incentivos. O Sul e o Sudeste ainda detém 70, 80% do grande mercado nacional, na área industrial, na área agrícola etc.

Então, por que viriam para essa região? Por que grandes grupos que, hoje, estão instalados viriam para a região? Por que se iria desbravar aquelas regiões do Maranhão, do Piauí, da Bahia, se não houvesse um estímulo adicional? Essas todas são reflexões que nós, realmente, devemos nos fazer. Estou certo, Sr. Deputado, de que é preciso, talvez, uma posição mais firme com relação à definição, por exemplo, de uma política industrial para a região. Toda vez que se pensa em fazer isso, acaba-se caindo numa constatação de que é uma região tão carente, tão necessitada, que, aparentemente fica difícil a escolha de determinadas prioridades. Mas acho que isso pode ser contornado, é preciso que, dentro dessas dificuldades, realmente venhamos a escolher o que é mais produtivo, o que pode significar retorno mais rápido, o que pode significar maior utilização de mão-de-obra, que é uma outra questão sobre a qual se tem falado, às vezes, até, com certa irresponsabilidade. Quer dizer, eu já vi até alguém que criticou o polo petroquímico, porque — disse — que ele é pouco empregador de mão-de-obra.

Hoje, sabemos, que uma grande possibilidade dos investimentos sociais que foram feitos no Estado da Bahia, pelo seu Governo, tornaram-se possíveis, porque o governo passou a ter uma renda tributária que tornou possível esses investimentos na área social. Quando falo em investimentos na área social, falo em serviços de água no interior, falo na eletrificação de pequenas propriedades e de comunidades, que teriam sido

muito difíceis de ocorrer, se não tivesse sido tomada essa decisão.

Agora, precisamos, realmente, dar uma prioridade para aqueles setores onde a mão-de-obra é realmente intensiva; mas ela é necessária. Então, a indústria de confecções, a indústria de calçados, que podem absorver intensivamente a mão-de-obra, com produtividade — com produtividade — deve ser uma preocupação.

De modo que estou convicto de que esse debate foi efetivamente proveitoso, Sr. Presidente, e concordo com V. Ex^s de que poderemos continuar, que seguramente ele não vai se esgotar aqui, para que todas as questões sejam esclarecidas.

O SR. MANOEL CASTRO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) — Posi não. Tem a palavra V. Ex^s

O SR. MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, a contribuição que o Presidente da SUDENE nos trouxe foi tão importante que eu não gostaria de me deter em questões tópicas. Mas, à vista da discussão anteriormente havida em relação ao Projeto Mirorós e etc. no fui secretário do Planejamento nos últimos 4 anos na Bahia, eu gostaria de trazer uma informação: é a de que a construção da Barragem de Mirorós foi feita pelo próprio Governo Federal. De maneira que o Deputado Celso Dourado não vai precisar ir muito longe, S. Ex^s vai ter que procurar esses recursos aqui mesmo, na vastidão do Planalto Central.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Com a palavra o ilustre Deputado Manoel Castro.

O SR. MANOEL CASTRO — Sr. Presidente, Sr. Superintendente da SUDENE, Dr. Paulo Souza: A rigor, o meu companheiro de Constituinte e de Bancada baiana, Waldeck Ornelas, já se antecipou com considerações que as minhas, em grande parte, seriam repetitivas, quanto ao aspecto da política de incentivos fiscais e quanto, principalmente, à falta de clareza, a nível nacional, quanto a uma política de desenvolvimento regional verdadeira, inclusive a incorporação de uma política de ordenação do território que, felizmente, foi incluída entre os objetivos desta nossa nova Constituição.

Evidentemente que essa visão, em que pese todo o esforço, todo o trabalho a nível nordestino quanto à política de desenvolvimento industrial, quanto à política de incentivos fiscais, continua a merecer forte restrições por parte, não apenas de outros segmentos do Governo Federal como da própria iniciativa privada levando a se transformar cada situação tópica numa verdadeira batalha.

Envolvi-me pessoalmente, por razões circunstanciais, recentemente, e por coincidência na disputa de um projeto que envolvia interesses do Estado do nobre Presidente desta Comissão e do Estado da Bahia, a que estou vinculado, numa disputa onde, embora fossem inequivocáveis as vantagens de localização no Nordeste de uma determinada planta industrial na área petroquímica, ainda assim, a política de desenvolvimento industrial colocou, em primeiro instante, com vantagem e prioridade que só não se realizou por algumas razões de natureza empresarial, desistências de

empresários de fototecnologia, o projeto no Rio Grande do Sul.

Estamos vendo isso permanentemente e V. Ex^s, Sr. Superintendente, citou dois projetos onde tive intensa participação durante a minha presenças no Governo da Bahia, na Secretaria da Indústria e do Comércio, que foi a tentativa de, ao lado dos projetos do porte do polo petroquímico do Nordeste, na Bahia, e do projeto como Caraíba, de projetos como o do Centro Industrial de Aratu, tentar, a nível do Nordeste, um programa voltado para as indústrias transformadoras e de grande utilização de mão-de-obra, entre elas a área de confecções, a área de móveis, a área de calçados, inclusive com estratégia mercadológica que moveu vários Estados, que realizaram inúmeros eventos e que, no entanto, entraram numa situação do competitividade, a nível de mercado e a nível empresarial, com toda a incapacidade do Governo em ajudá-las, ao ponto de o Distrito Industrial de Calçados, na Bahia estar sofrendo hoje uma forte crise, embora tenha contratos firmes com o exterior, para efeito de exportação, e que o Nordeste tenha dado uma grande contribuição em termos da balança de pagamento, que é positivo no Nordeste há muitas décadas.

Portanto, diante de tudo isso, não me resta dúvida alguma de que, ainda, poderiam ser abordados alguns outros aspectos. Por exemplo: quando se coloca entre os insucessos do problema de incentivos algumas empresas citadas — e convivi intimamente com a situação dessas empresas — umas delas foi a CIBRA, recentemente objeto de decisão governamental da política de privatização. E essa empresa esteve quase que fechada e foi a obstinação, a determinação dos homens do Nordeste que garantiu àquela empresa que tinha condições de viabilidade, de ser recuperada, acabar, porque era também uma empresa poluidora e conseguimos superar o problema da poluição, torná-la rentável, e terminou sendo recentemente privatizada.

Quando se fala em sucesso em relação ao Nordeste, fala-se, por exemplo, na USIBA. No entanto, a questão da USIBA está muito mais relacionada, porque temos indicações, sugestões, alternativas para sua recuperação que dependeriam de uma política não implantada pela Siderbrás. Pelo contrário, até mesmo levou empresas, como no caso da Petrobrás, que todos nós defendemos intransigentemente, a não ter uma política de preços adequada para resolver o problema da USIBA.

São tantos os fatos que não vamos desviar a atenção desta importante Comissão e da presença aqui do Sr. Superintendente da SUDENE para discutir isso. Ficamos, porém, muito felizes e fazemos coro, com os que nos antecederam, numa posição clara e lúcida da SUDENE em relação a essa postura de se atentar, através das chamadas políticas implícitas, por V. S^r, prejudicando as políticas de desenvolvimento do Nordeste.

Não me pude furtar a essas colocações, mas eu queria fazer uma pergunta a V. Ex^s, pedindo um pouco mais de detalhe. V. Ex^s afirmou — aqui estava um documento — de que a política da SUDENE, ao lado da área de incentivos fiscais, teve uma atuação muito grande na área do Programa do Apoio ao Pequeno Produtor —, (PAPP), esse Programa mereceu, inclusive, o apoio do Banco Mundial; tivemos uma solenidade, ainda quando V. S^r não estava na Superintendência da

SUDENE, em que houve a mobilização de todos os Governadores do Nordeste, para a solenidade do convênio com o Banco Mundial. Vejo, nessa oportunidade, também uma decisão política da SUDENE de atuar de uma forma mais democrática, incorporando os pequenos produtores da região nordestina, mas também me preocupo, porque informações, reveladas recentemente, em outros setores do Governo, dão conta de que alguns desses programas estavam tendo dificuldades com a contrapartida nacional de recursos.

Gostaria de ter um pouco mais de informações sobre a situação real do PAPP hoje, inclusive quanto ao aporte de recursos do Banco Mundial e a contrapartida por parte do Governo brasileiro em relação a esse importante programa que, acredito, venha a preencher uma lacuna que se fazia exigir na atuação da SUDENE em relação ao setor rural do Nordeste brasileiro.

O SR. PAULO GANEM SOLTO — Realmente quanto ao Programa do PAPP, no passado, os apartes nacionais teriam ficado defasados, uma certa percentagem considerada significativa. Entretanto, o que está realmente acontecendo — e os estados entenderam perfeitamente isso, e no início do ano havia uma postura completamente diferente — é que havia uma demanda muito grande pelos recursos nacionais e, em contrapartida, os estados estavam captando muito pouco os recursos internacionais, para os quais existiam um mecanismo um pouco mais complicado, principalmente com relação à prestação de contas. Essa defasagem também foi provocada dessa forma, isto é, estavam demandando muito os recursos externos. Quando falo em recursos externos, refiro-me aos recursos nacionais, enquanto que havia os recursos disponíveis do Banco Central, para que os estados pudessem alocar.

O que estamos fazendo agora é um equilíbrio dessa questão. Os estados entenderam isso; o desempenho dos estados nesses primeiros quatro meses foi extremamente positivo, no sentido de equilibrar isso, ou seja, captar mais os recursos externos. E desse equilíbrio, seguramente, vai resultar um equilíbrio maior com relação aos recursos nacionais e externos.

A partir daí, acredito que poderemos ter este ano um fluxo regular de recursos nacionais e externos, desde que os estados realmente se convergem que é preciso ir à fonte dos recursos externos, porque o projeto foi todo estruturado, financeiramente, dessa forma.

A minha visão, Deputado, é que este ano temos um ano de consolidação grande do PAPP.

Reconhecemos que o programa institucionalmente é difícil, envolve muitas linhas de ação, mas acho que já está havendo um amadurecimento e a sensação que tenho é de que, este ano, do ponto de vista da sua implantação, deve ser um ano positivo, apesar de algumas dificuldades, como por exemplo a questão do crédito que está assustando. A linha de crédito, pelos mesmos motivos que já falamos, embora a correção monetária seja apenas de 50%, ainda assim para o pequeno produtor ele tem muito receio, quer dizer, é quase uma coisa psicológica. Até fizemos uma proposição de vincular, de alguma forma, o pagamento da correção ao pagamento dos encargos, de modo geral, à valorização do seu produto. Inclusive encaminhamos esse estu-

do e estamos aguardando para ver como isso se comporta, porque, efetivamente, na parte de crédito ao pequeno produtor, ainda com esse subsídio, a incerteza do preço dos produtos tem levado muitos agricultores a não irem ao crédito.

O SR. CELSO DOURADO — Sr. Presidente, pela ordem. É apenas uma ligeira interferência, para dizer ao Deputado Waldeck Ornelas que nós todos, baianos, que estamos aqui, temos uma grande responsabilidade com os problemas da Bahia e eu estou muito confiado na competência, sobretudo, porque o Deputado Waldeck Ornelas se sente muito bem situado aqui nessa amplidão do Planalto Central e tenho certeza de que a contribuição dele será decisiva para resolver algumas carências do nosso estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Com a palavra o Deputado Mário Lima.

O SR. MÁRIO LIMA — Sr. Presidente, eu gostaria de estar aqui há mais tempo, mas outros compromissos me prenderam.

No Nordeste, que já acompanhamos de há muito tempo, as siglas que existem se multiplicaram e as soluções são poucas. Eu queria fazer uma pergunta objetiva ao Ilmo Superintendente da SUDENE — não sei nem se seria atribuição da Sudene — mas eu pegar dois problemas que hoje são cruciais para o Nordeste. Um diz respeito a todo o Nordeste: é a Usina de Xingó, que está sendo construída entre Sergipe e Alagoas e que vai, após concluída, suprir o Nordeste de energia elétrica. Pelo que lemos nos jornais, as obras se arrastaram num ritmo que não é o esperado, a ponto de os trabalhadores das empreiteiras ameaçaram parar as atividades por falta de recebimento, e que as empreiteiras alegam que não têm nenhuma culpa, porque os cronogramas não estão sendo obedecidos, porque o Governo não vem repassando a quantidade de recursos e nos prazos necessários. Então, já estamos vendo que no futuro o episódio de 1987 vai se repetir: racionamento de energia, que é o insumo básico para que a Sudene possa continuar no seu trabalho de impulsionar o desenvolvimento do Nordeste.

O segundo é um problema específico da Bahia, os jornais estão noticiando e hoje, mais uma vez, voltam a noticiar que já chegam a quase 100 mortes na região de Paulo Afonso, Glória, Rodelas, causados pela gastroenterite, e a causa já está detectada: eles estão bebendo água poluída. E a promessa de suprir a população com água potável não está se efetivando. Eu perguntaria se a Sudene teria condições de dar uma ajuda nesse problema. O problema é grave, estão morrendo inúmeros patrícios nossos e há necessidade de medidas de emergência. Pode ser até que a Sudene já esteja com as comunicações.

Neste País tão deficiente, pode ser até que as coisas já estejam em outro estágio e hoje a imprensa ainda não esteja informada dessas providências e pinte esse quadro que não devia existir. É isso que eu gostaria de saber do ilustre Superintendente da Sudene.

O SR. PAULO GANEM SOLTO — Com relação a Xingó não há dúvida de que essas obras foram, infelizmente, desaceleradas no início deste ano, mas tenho conhecimento de que os entendimentos feitos pelo Presidente da Chesf, pelo Ministro Aureliano Chaves com a área econômica, estão

definindo um novo esquema de recursos para que essas obras sejam, não diria retomadas, mas alcancem o seu ritmo normal. Eu considero um problema gravíssimo e não podemos correr o risco de que aconteça em 92 o que aconteceu no ano passado. Parece que há possibilidade de que recursos do FND venham realmente alavancar essa obra e creio que esse é um dos aspectos em que deveria haver toda uma consciência de setores, inclusive do Congresso, pois realmente essa obra não pode correr o risco de que aconteça em 92 que aconteceu em 87. Tenho confiança de que esse problema possa estar equacionado nos próximos dias.

Com referência ao problema que V. Ex^a se referiu, posteriormente, do ponto de vista da Sudene, nós fomos consultados pelo Governo do Estado, e como era um assunto que não tínhamos prática no seu encaminhamento, pedimos que rapidamente o Governo nos encaminhasse um programa para ver que tipo de atitude a Sudene poderia ter.

Quer dizer, realmente, não sei o que vão significar carros-pipas para uma população imensa. Como é que vamos suprir de água? Porque isso é nas cidades. Que significado podia ter isso?

São esses elementos que nós pedimos para que, eventualmente, se pudermos ajudar neste caso, efetivamente, nós iremos fazê-lo.

Agora, me parece que é um problema que não está apenas restrito às populações da margem do Lago de Sobradinho, em Pernambuco, inclusive isso foi visto em outras áreas, o que não significa que pode ter sido agravado naquele dia da barragem.

Enfim, Deputado, o Governo fez uma solicitação, através do escritório de Salvador, e nós estamos aguardando informações para ver de que forma nós podemos, de alguma forma, ajudar a contornar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Deixaria a palavra franqueada ao Superintendente da Sudene para alguma consideração final que queira fazer.

O SR. PAULO GANEM SOLTO — Sr. Presidente, apenas rapidamente eu diria que considerei extremamente proveitosa a minha presença nesta CPI, onde fui arguido por diversos membros da Comissão e por outros Deputados. Acho que tudo que esteve ao meu alcance debater e responder, dentro das minhas limitações, eu o fiz e, esteja V. Ex^a convicto de que questões que, por ventura, não foram aqui definitivamente esclarecidas nós iremos nos empenhar, para que os membros dessa Comissão, os membros do Congresso Nacional, fiquem com todas informações disponíveis para que, ao final dos trabalhos, possam apresentar um relatório que venha contribuir para a melhoria de situações que aqui já nos referimos.

De modo que, quero agradecer a V. Ex^a, a todos os Membros da Comissão, dos Deputados aqui presentes e continuar me colocando, e toda a Instituição que dirijo, inteiramente à disposição desta Comissão e do Congresso para quaisquer esclarecimentos futuros que forem considerados necessários.

O SR. PRESIDENTE (Teotonio Vilela Filho) — Dr. Paulo, finalizando mais uma reunião desta CPI, gostaria de dizer poucas palavras.

V. S^e não tem maiores aproximações com a figura deste Presidente, não me conhece muito, quero lhe dizer que sou um empresário da Zona da Mata, nasci e cresci entre uma touceira de cana e um curral de boi, pisando na lama, chão úmido, longe da seca, distante de todas essas preocupações em relação ao semi-árido.

Mas agora, nesta legislação, depois de indicado Presidente de CPI da seca e tendo estado em contato com vários depoimentos, com muitas informações e caminhando quase dez mil quilômetros, ali por dentro da caatinga, testemunhando a fome, a morte e a miséria, nós fomos forçados, fomos conduzidos a mudar a orientação, a tônica desta CPI que, inicialmente, era mais para averiguar a questão econômica dos prejuízos causados pela seca, e talvez V. S^e tenha estranhado as minhas colocações com uma preocupação estreitamente social, mas não é bem assim — volto a dizer — eu sou empresário. Mas é que nos deparamos, como disse aqui, com um prejuízo muito maior e muito mais significativo do que os econômicos, que foram os prejuízos sociais. Três milhões e meio de mortos na seca de 79 a 83. Agora, nessa seca mesmo, no Nordeste, tem morrido gente que ninguém nem pode contar.

No Cemitério de Santana do Ipanema, um líder sindical me convidou — eu passei uma hora na porta do Cemitério Santana do Ipanema, lá nas Alagoas — assisti ao enterro de oito crianças. E eu perguntei se aquilo acontecia todos os dias. Ele me disse: "O Senhor venha amanhã aqui!"

Então, essa questão social tem realmente que nos nortear, é muito importante o desenvolvimento econômico, é importante o papel da Sudene no desenvolvimento econômico. Mas nós temos que ver — eu pelo menos entendo — que o objetivo maior do investimento social, do investimento do Estado é o retorno social. Daí a nossa preocupação quando vimos o relatório a respeito, o relatório desta Comissão que analisou o Finor.

O Deputado Ismael Wanderley diz, com muita propriedade, que nós não devemos estar olhando o passado, coisa de dez anos atrás, quando temos tantos problemas pela frente a que nos debruçar. E é verdade! Mas o que me preocupa, o que preocupa esta Presidência não são os desmandos de dez anos passados, apenas os lamentos, mas a minha preocupação é com o que está acontecendo agora, por isso estas perguntas: Como é que andam os investimentos do Finor? Como é que estão sendo distribuídos? Onde é que estão as preocupações sociais? O retorno social? Porque a verdade é que onde nós caminhamos, por aquele semi-árido, o que encontramos é o capim substituindo o boi, o capim substituindo a roça de milho, a roça de feijão, o homem substituindo o boi, e muitos projetos que originariamente foram concebidos, visando o social, na verdade, têm mais prejudicado o homem, têm mais agravado os problemas reais do Nordeste que são basicamente o emprego, a produção de alimentos, a fixação do homem na terra. Realmente, se formos analisar esses projetos do Finor, como aqui foram colocados pela Comissão, eles têm mais atrapalhado do que ajudado o homem do sertão.

Então, Dr. Paulo, foi diante desse quadro trágico que esta Comissão presenciou no Nordeste, que o eixo das nossas averiguações se deslocaram

um pouco. Mas é importante, não podemos nunca deixar isso em segundo plano, que o genocídio que ocorreu de 79 a 83, um número quase igual ao dos judeus mortos na Segunda Guerra Mundial, volte a ocorrer. A propriedade desta CPI é para que genocídio nunca mais!

Dr. Paulo, muito obrigado pela contribuição que V. S^e acaba de dar a esta CPI, e esperamos ainda, ao longo dos outros depoimentos, que possamos dar ao nosso Relator condições para que esta CPI elabore um documento que possa, efetivamente, ajudar aos Governos do Brasil.

Muito obrigado a V. Ex^e

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a "Investigar o acidente com o Césio-137 em Goiânia e a política de fiscalização governamental sobre experimentos nucleares e material radioativo".

1^a REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1987

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, na sala de reuniões da Comissão de Economia, os Srs. Senadores Iram Saraiva, Odacir Soares, Severo Gomes, João Menezes, José Inácio Ferreira, José Paulo Bisol, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "Investigar o acidente com o Césio-137 em Goiânia e a política de fiscalização governamental sobre experimentos nucleares e material radioativo". Comparece ainda, Sr. Deputado Mauro Miranda.

De acordo com o preceito regimental, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador João Menezes, que declara abertos os trabalhos.

Em seguida, o Sr. Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, o Sr. Senador João Menezes convida o Sr. Senador Odacir Soares para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Iram Saraiva 07 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Lourival Baptista 05 votos

Senador Dirceu Carneiro 02 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Senadores Iram Saraiva e Lourival Baptista.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Iram Saraiva agradece em nome do Sr. Senador Lourival Baptista e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Senador Odacir Soares para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

3^a REUNIÃO, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 1988

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezessete de maio ano de mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões da Comissão de Agricultura, presentes os Srs. Senadores Iram Saraiva,

Presidente e Odacir Soares, Relator reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a "Investigar o acidente com o Césio-137 em Goiânia e a política de fiscalização governamental sobre experimentos nucleares e material radioativo".

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos.

O Sr. Presidente solicita ao depoente, Sr. Licínio Marcelo Seabra, Presidente da Nuclebrás, que proceda à leitura do juramento. Em seguida, é concedida a palavra ao depoente que, após sua exposição, coloca-se à disposição dos Srs. Senadores para quaisquer esclarecimentos.

Continuando, o Sr. Presidente solicita ao Sr. Senador Odacir Soares que assuma a Presidência, para inquirir ao depoente.

Reassumindo a Presidência, o Sr. Senador Iram Saraiva concede a palavra ao Sr. Senador Odacir Soares.

Finalizando, o Sr. Presidente agradece a presença do Sr. Licínio Marcelo Seabra, Presidente da Nuclebrás e, determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

"ANEXO À ATA DA 3^a REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR O ACIDENTE COM O CÉSIO-137 EM GOIÂNIA E A POLÍTICA DE FISCALIZAÇÃO GOVERNAMENTAL SOBRE EXPERIMENTOS NUCLEARES E MATERIAL RADIOATIVO", A FIM DE OUVIR O DEPOIMENTO DO SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA, PRESIDENTE DA NUCLEBRÁS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Iram Saraiva.

Relator: Senador Odacir Soares

(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o acidente com o Césio-137, em Goiânia, e a política de fiscalização governamental sobre experimentos nucleares e material radioativo.

Hoje, esta Comissão terá o prazer de ouvir o Dr. Licínio Marcelo Seabra, DD. Presidente da Nuclebrás. Convido-o a participar da Mesa.

Solicitaria a V. Ex^e que, de pé, fizesse o juramento.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Juro, como dever de consciência, a dizer toda a verdade, nada omitindo que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o acidente com o Césio-137, em Goiânia, e a política de fiscalização governamental sobre experimentos nucleares e material radioativo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O Dr. Licínio Seabra fará uma exposição e, ao término

desta, os Srs. Senadores terão o prazo para formularem suas perguntas.

Concedo a palavra ao Dr. Licínio Seabra.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Sr. Senador Iram Saraiva, Presidente da Comissão, Senador Odacir Soares, Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados e Representantes da Imprensa:

Manifestamos a nossa satisfação em prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e esperamos poder adicionar informações que contribuam para o seu objetivo de investigar causas e recomendar medidas que venham a evitar ocorrências com os efeitos similares do lamentável acidente radioativo de Goiânia.

A oportunidade deste depoimento vem nos permitir, também, relatar aos ilustres Senadores de forma suscinta os objetivos e os esforços que estão sendo realizados pela Nuclebrás no Programa Nuclear.

Como é do conhecimento dos senhores, os objetivos legais e sociais das empresas do Grupo Nuclebrás não abrangem atividades relacionadas com a finalidade de tecnologia nuclear e de diagnóstico e tratamento médico.

Não temos por esse motivo contribuições ou informações a prestar sobre as causas do acidente de Goiânia ou sobre medidas preventivas que poderiam ter evitado a sua ocorrência.

A Nuclebrás, porém, esteve presente nos trabalhos relacionados com os efeitos desse acidente desde o alerta inicial, ao atendimento às vítimas e a descontaminação do ambiente. Atendendo à solicitação da CNEN, a Nuclebrás imediatamente mobilizou seus recursos humanos e materiais especializados em tecnologia nuclear para atendimento da emergência de Goiânia. Durante o período desta emergência prestaram cooperação onze médicos e vinte e oito técnicos das nossas equipes especializadas em radioproteção e efeitos de radiação ionizante.

O objetivo das investigações desta Comissão abrange, também, o exame da organização institucional de normatização, licenciamento e fiscalização da utilização da energia nuclear e, dentro desse objetivo, entendemos a principal justificativa para o depoimento do Presidente da Nuclebrás.

Sobre esse aspecto julgamos importante caracterizar diferenças fundamentais entre a atividade média relacionada como acidente de Goiânia e as atividades industriais relacionadas com a geração de energia nucleoelétrica. No caso de Goiânia, a energia nuclear ou a tecnologia nuclear estavam sendo utilizadas como meio ou instrumento cuja atividade fim era a medicina; de forma similar como procedem, por exemplo, os usuários de energia elétrica, de gás combustível, de petróleo e de produtos químicos, em variadas e múltiplas aplicações envolvendo riscos individuais e coletivos. Caracteriza-se, nesses casos, uma dispersão de usuários requerendo um procedimento abrangente de controle e fiscalização para proteção do público.

Nas atividades nucleares para fins de energia elétrica, a energia nuclear e a tecnologia nuclear são atividades fins concentradas em poucas instituições e onde, por princípio e como parte integrante da tecnologia a segurança tem um tratamento intensivo e prioritário. Essa prioridade pode ser aferida pelo volume de investimento que é

aplicado em segurança, e que atinge cerca de 20% do custo global de uma usina nuclear.

Essas instituições estão sujeitas a permanente atuação autônoma e independente de órgãos governamentais com atribuições legais de normatização, licenciamento e fiscalização — a CNEN, a SEMA e a Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho.

Os riscos tecnológicos que podem afetar o meio ambiente e o homem não estão limitados a energia nuclear. Vazamentos de petróleo, as toxinas mortais da indústria química, a contaminação do ar e da atmosfera pelos combustíveis fósseis — todos já dispararam seus alarmes a nível mundial.

Estranhamente todavia, há uma aparente aceitação desses riscos e durante várias gerações vêm sendo tolerados os seus tangíveis e trágicos efeitos.

No entanto, a energia nuclear sofre restrições para sua utilização, embora seja, paradoxalmente, uma tecnologia que mais desenvolveu, em qualidade e intensidade, os meios para sua segurança, a sua detecção e os seus efeitos sobre o organismo humano.

Existem hoje em dia cerca de 400 centrais nucleares gerando mais de 300 milhões de kw em vários países do mundo; quando balanceados os riscos *versus* benefícios com aqueles de outras fontes a energia nuclear apresenta os melhores índices de segurança.

Essa performance do fato da tecnologia nuclear priorizar a segurança e o meio ambiente e de adotar soluções que minorizam as possibilidades de falhas nos sistemas e a redução e contenção das consequências da evolução de um acidente.

Um ponto freqüentemente usado contra a geração de energia nuclear de fonte nuclear é a existência do rejeito radioativo gerado pela fissão do urânio. Quantitativamente esse rejeito é extraordinariamente menor do que os milhões de toneladas de rejeitos lançados na atmosfera na utilização dos combustíveis fósseis. Por outro lado, o rejeito pela utilização da energia nuclear é passível de ser armazenado, e não disperso no meio ambiente ao contrário do rejeito das usinas térmicas convencionais. A tecnologia já desenvolvida, de alta confiabilidade, garante o armazenamento desse rejeito sem prejuízos para o meio ambiente, assim como o seu aproveitamento para geração de energia e outras aplicações, cuja limitação está situada basicamente em termos econômicos a evolução tecnológica e econômica permitirá com o aproveitamento energético do urânio e do plutônio e o tratamento adequado da pequena parcela de elementos transurânicos, um armazenamento seguro dos rejeitos por período da ordem de 100 anos, desfazendo os argumentos contrários à energia nuclear que profetizam milhares de anos.

Srs. Senadores:

A economia mundial e das nações, individualmente, que propiciam a grandeza ou a prosperidade e bem-estar das populações, estão sujeitas a um crescente impacto de novas tecnologias, cujo desenvolvimento é acentuadamente acelerado.

A economia industrial está aceleradamente se desacoplado, não só da economia dos produtos primários como também do emprego de mão-de-obra; a riqueza e a grandeza dos países passarão a ser aferidas mais pelo volume de compra e

venda de tecnologia do que pelo tradicional Produto Interno Bruto.

Neste cenário mundial de evolução tecnológica, as vantagens comparativas de mão-de-obra barata e abundante, de reservas minerais insustentáveis e de grandes territórios para ampla produção de alimentos e matéria-prima renováveis tenderão a se transformar de vantagens em desvantagens comparativas, caracterizando um verdadeiro "colonialismo tecnológico".

As legítimas aspirações de desenvolvimento social estão inexoravelmente vinculadas ao desenvolvimento econômico nacional dentro de um contexto de participação na economia mundial, preservados os limites de soberania econômica e política.

Desenvolvimento econômico nacional, hoje e cada vez mais acentuadamente, requer um esforço de aceleração do desenvolvimento tecnológico, constitui o grande desafio dos países em desenvolvimento, carentes de poupança para investimentos e com grandes problemas de distribuição de renda e desequilíbrios econômicos regionais. Priorizar investimentos em educação de suas populações e em desenvolvimento tecnológico são fundamentais a atingir.

Dentro dessa realidade de desenvolvimento econômico é que situamos a meta de domínio da ciência e tecnologia nucleares nas suas múltiplas aplicações na agricultura, na produção e conservação de alimentos, na indústria, na prospecção e pesquisa mineral, na medicina na produção de calor industrial e na geração de energia elétrica.

O programa que objetiva capacitar tecnologicamente o País para atender a uma necessidade de geração nucleoelétrica e para sustentar a médio prazo o balanço energético nacional, situado no âmbito do MME, compõe o esforço nacional para o desenvolvimento da tecnologia nuclear.

Os cenários de desenvolvimento econômico do País indicam que, decorridos os próximos vinte anos, com aproveitamento econômico do potencial hidroelétrico, o atendimento aos requisitos de energia elétrica dependerá da energia térmica primária. As recentes conclusões do planejamento do setor elétrico para o período de 1988/2010, indicam que, decorridos os próximos 12 anos, as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste deverão estar importando energia da Região Norte, requerendo progressivamente a implantação de aproveitamentos hidroelétricos situados a longa distância dos centros consumidores. Sem qualquer conotação de sua inviabilidade, as possíveis incertezas quanto ao prazo de efetiva implantação dos grandes projetos na Região Norte, entre outros fatores que poderão retardar ou inviabilizar outros aproveitamentos nas regiões Sul, constituem indicadores positivos da necessidade de um acréscimo na participação termoelétrica.

Essa expansão progressiva da geração termoelétrica deverá fundamentalmente estar baseada no aproveitamento das reservas de urânio e carvão.

Por outro lado, a localização das reservas de carvão, os parâmetros de competitividade econômica entre usinas nucleares e o carvão, assim como os efeitos sobre o meio ambiente, deverão favorecer uma crescente participação da energia nuclear.

Esse cenário de desenvolvimento de energia nucleoelétrica é perfeitamente compatível com as projeções do indispensável desenvolvimento econômico nacional, consideradas a sua extensão geográfica, a sua potencialidade em recursos naturais e ser um país que projeta uma população superior a 200 milhões de cidadãos por volta do ano 2010.

São ilusórias ou utópicas as hipóteses por vezes levantadas sobre a renúncia à tecnologia nuclear atualmente desenvolvida, na expectativa do advento de novas tecnologias supostamente mais seguras ou de menor custo. É igualmente ilusório admitir-se que o País terá acesso às novas tecnologias ainda mais sofisticadas, como a da energia por fusão nuclear, sem que detenha o domínio da tecnologia nuclear atual nas suas múltiplas especializações.

A nível mundial, os 400 reatores em operação, os 142 em construção e a experiência acumulada em cerca de 4.600 reatores-ano, a especificidade de uso e a escassez dos combustíveis fósseis — constituem inequívocos indicadores da utilização da energia nuclear por fissão como uma fonte de energia a preponderar no decorrer do próximo século.

O domínio e aplicação dessa tecnologia em prol do desenvolvimento nacional pressupõe, no entanto e fundamentalmente, um investimento que a sociedade precisa suportar, de preparação e manutenção de um programa contínuo de capacitação tecnológica, concentrado na formação, treinamento e aperfeiçoamento de equipes de pessoal habilitado no grande desafio de combater o subdesenvolvimento. Pressupõe também que a sociedade avalie racionalmente os riscos e benefícios da tecnologia nuclear. A energia mais perigosa para paz mundial, o meio ambiente e o desenvolvimento social é a falta de energia. Há mais de 35 anos os diferentes governos da República buscam atingir progressivamente o ingresso do País no domínio da ciência e da tecnologia nucleares. Na área de energia nucleoelétrica os primeiros passos positivos nessa direção foram dados com a decisão de implantação da usina de Angra 1, um empreendimento de caráter pioneiro que permitiu, sem dúvida, o ingresso real do País na tecnologia de geração nucleoelétrica.

Em 1975 outro significativo passo foi dado, na mesma direção, com assinatura do Acordo de Cooperação com a República Federal da Alemanha, dentro de um ambicioso plano de aceleração do domínio da tecnologia nuclear.

A conjuntura de dificuldades econômico-financeiras que atingiu o País no início dos anos 80, a identificação de novos potenciais hidroelétricos, entre outros fatores, vieram modificar radicalmente o desenvolvimento desse programa.

A partir de 1985 as metas desse programa foram revisadas, concentrando-se os esforços na continuidade de construção das usinas de Angra 2 e 3 e nos empreendimentos do ciclo do combustível, à exceção da etapa de reprocessamento, assim como uma retomada dos trabalhos de prospecção e pesquisa mineral. Cabe destacar a manutenção do Acordo de Cooperação com a RFA para transferência de tecnologia em áreas específicas do programa, como instrumento válido de desenvolvimento tecnológico não conflitante com os esforços de desenvolvimento autônomo.

O objetivo básico e fundamental do programa a cargo da Nuclebrás é promover, com decisão e equilíbrio, a maioria de uma tecnologia própria para o atendimento de um requisito de médio prazo de energia elétrica.

Desenvolvimento tecnológico representa desenvolver a nacionalização de recursos humanos e materiais aplicados em atividades multidisciplinares, tecnológicas e gerenciais em áreas tais como engenharia, construção, fabricação de equipamentos e operação de instalações.

Desenvolvimento tecnológico, quer seja autóctone ou por transferência, requer tempo, recursos financeiros e um mercado para sua aplicação com um ritmo de continuidade que justifique e motive o engajamento de técnicos e de empresários.

A sofisticação da tecnologia nuclear, como de outras tecnologias de ponta, os interesses econômicos e políticos internacionais que a elas se relacionam, tornam imperativo esse pré-requisito.

Um significativo saldo positivo já foi atingido na execução do Programa Nuclear, acumulando um importante patrimônio nacional nessa área, especialmente concentrado no contingente de equipes de pessoal treinado, seja nas entidades estatais seja na iniciativa privada.

As dificuldades que vêm comprometendo a execução do programa são somente de ordem financeira, consequência da difícil conjuntura econômico-financeira sendo enfrentada pelo País há vários anos e que não discrimina o Programa Nuclear — criando constrangimentos gerais de expansão e crescimento econômico.

O grande esforço no qual está empenhado o MME em relação ao Programa Nuclear, consiste em preservar o patrimônio tecnológico já construído, com a visão estratégica da indispensabilidade dessa tecnologia para a consecução dos grandes objetivos nacionais de desenvolvimento e maior bem-estar para um maior contingente de brasileiros.

Srs. Senadores:

O lamentável acidente radioativo de Goiânia deverá contribuir para uma maior conscientização das responsabilidades inerentes ao progresso tecnológico, indispensável para o nosso desenvolvimento econômico-social.

Essa conscientização não deveria limitar-se às aplicações da energia nuclear — estigmatizando-a perante a opinião pública como nociva e dispensável. Há inúmeras outras atividades que afetam a segurança individual e coletiva e causam um volume maior de fatalidades.

Essa conscientização requer intensificação e aprimoramento da educação em todos os níveis e da eficiência do mecanismo institucional de proteção ao público e ao meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Encerrada a exposição do Dr. Licínio Seabra, onde inclusive na sua fala ele deixou claro que entrava na segunda parte a que se refere a esta Comissão, que é a fiscalização governamental sobre experimentos nucleares e material radioativo, motivo pelo qual, inclusive, S. Ex^a foi convocado para depor perante esta Comissão. (Pausa.)

Passo a Presidência ao ilustre Senador Odacir Soares para que eu possa formular algumas questões ao Dr. Licínio Seabra.

O SR. PRESIDENTE (Odacir Soares) — V. Ex^a tem a palavra.

O SR. IRAM SARAIVA — Dr. Licínio, em princípio, não somos contra as questões nucleares, lógico que todo povo que busca o desenvolvimento e tende a alcançá-lo não pode prescindir desta questão fundamental. Agora, é preciso também que entendamos, e na sua fala ficou claro, que passamos por momentos difíceis. Um País subdesenvolvido, do terceiro mundo. País reconhecidamente rico no seu potencial de mananais que poderão gerar energia hidroelétrica e nos últimos dias fomos surpreendidos com uma matéria no jornal **FOLHA DE S. PAULO**, do dia 27/04, de 88, onde há uma preocupação, não só por parte da imprensa, mas desta Comissão e logicamente do País, de que o Brasil estaria predisposto e, segundo as informações que obtivemos através dessa publicação, a entrar em uma empreitada de construção de mais quatro usinas nucleares. Isso remontaria cifras de aproximadamente 7,8 bilhões de dólares.

Assim sendo, sobre esta questão é que começo a formar algumas indagações a V. Ex^a. A primeira: qual o grau de segurança contra o acidente da usina de Angra 1?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, antes de responder especificamente a pergunta sobre Angra 1, gostaria de prestar uma informação adicional a respeito das notícias vinculadas pela imprensa sobre a perspectiva de quatro novas centrais nucleares. A origem dessa notícia decorre do seguinte fato: recentemente foi terminado um planejamento a nível da Eletrobrás do setor elétrico — mencionei na apresentação — que faz um planejamento de médio e longo prazo, com perspectivas de crescimento da economia, da energia elétrica, abrangendo um período que vai até o ano de 2010. Nesse planejamento, foi o que procurei dizer, na apresentação original, que está caracterizado que dentro do crescimento até em condições, eu diria são nada exagerados, são até moderados na economia nacional, caracterizando uma situação e, a partir de 2010, todo o aproveitamento econômico e elétrico estará feito. Quer dizer, o País teria usado todo o seu potencial elétrico e econômico.

O SR. IRAM SARAIVA — Até 2010?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Exatamente, é uma previsão.

Há, então, dentro deste plano, uma indicação de que o País não pode colocar-se em uma posição — digamos em 20 anos a partir de agora — de aguardar o término, o esgotamento do potencial elétrico e a solução para atendimento do crescimento do mercado teria de ser feito fundamentalmente em bases técnicas. Então, há uma recomendação de continuidade do programa nuclear que está em execução. Não há qualquer decisão ou orientação de se iniciar imediatamente ou partir para algum investimento de novas centrais. O que foi dito e confirmado — infelizmente a notícia da imprensa não foi muito fidedigna — é que, dentro deste horizonte, neste cenário de desenvolvimento do setor elétrico e dentro das perspectivas de desenvolvimento nacional, a energia nuclear será uma necessidade real, para o atendimento do mercado elétrico, e para continuidade do programa tecnológico, após o término, em sequência, a Angra 2 e 3, estão previstas neste cenário, até 2010, mais quatro centrais iguais.

Não há, entretanto, nenhuma definição, nesta fase atual, sobre os investimentos. Há um grande esforço que está sendo feito de se poder ter recursos financeiros para terminarmos inicialmente Angra 2, que é a primeira prioridade, já que a mesma está com 65% do investimento feito, em seguida a Angra 3. As outras quatro usinas foram apenas uma indicação, está no planejamento, de uma perspectiva no cenário de desenvolvimento que está previsto até 2010 o programa de continuidade tecnológica, de atendimento do mercado de energia elétrica, a perspectiva de mais quatro usinas, inclusive com um custo estimado de 1.500 dólares por KW, o que é um preço razoável, compatível com a tecnologia.

Estou detalhando um pouquinho mais este aspecto, Senador, porque acho importante o destaque que estamos dando, pelas previsões do desenvolvimento econômico. Doze anos a partir de agora, portanto, na virada da ano 2000, as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste basicamente — acho uma exceção o Sul que supostamente poderia ter o carvão — passam a depender, para atendimento do mercado normal, de usinas já da margem direita do Amazonas. Isso significa o aproveitamento que está sendo feito na área do Xingu, completando esse aproveitamento, do rio Tocantins, que representa a entrada em operação de grandes sistemas de transmissão de longa distância, 2.500 a 3.000km. São aproveitamentos — como foi dito na apresentação original — inicialmente não vai querer conotação de que sejam potenciais não aproveitáveis, antieconômicos. Mas são empreendimentos de grande porte, que podem sofrer, e é natural que possam ocorrer atrasos, dificuldades, até que possam ser realmente implantados.

Com isso, então, caracteriza-se a importância de o País não perder esse avanço tecnológico que já foi atingido na tecnologia de construção de centrais, fabricação de componentes, a indústria nacional de captação de materiais, montagem, construção civil, etc.

Estou detalhando um pouquinho, Sr. Senador, deixando como fundamental, no nosso entendimento, que o objetivo básico do programa da Nuclebrás, do programa como traçado, não é, realmente, construir duas centrais. Está-se dando continuidade a um trabalho que será capacitar o País tecnologicamente para atender a uma necessidade futura, real, com o maior grau possível de nacionalização e de independência. Esse o grande objetivo.

Para isso é preciso haver um mercado de aplicações. Quer dizer, é preciso que haja usinas em construção para que a indústria nacional continue existindo, para que haja engenheiros e técnicos que fiquem engajados no programa, etc.

O primeiro esclarecimento é este, Sr. Senador, não tenho preocupação, como o Sr. colocou, de que estaria havendo decisões, definições, entendimentos ou compromissos financeiros de investimentos. Não existe nada com respeito a isso. É um cenário de desenvolvimento futuro, e hoje o grande esforço é a obtenção de recursos, para terminar Angra 2 e há grande dificuldade para isso tendo em vista a situação de dificuldades financeiras do País como um todo.

O SR. IRAM SARAIVA — Complementaria no debate com V. Exª mais adiante, mas já que nesse

seu preâmbulo, antes de responder à primeira indagação, com relação à segurança, quer dizer, então, que a informação dada pela **Folha de São Paulo** termina sendo especulativa, porque quando S. Exª coloca que esses mananciais, esse potencial que temos para a energia hidrelétrica estariam exauridos, ou começariam a se exaurir por volta de 12 anos, aí teríamos que, automaticamente, adentrar na área da energia nuclear?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Justo. Mas o ponto, Sr. Senador, não é uma posição, diria assim...

O SR. IRAM SARAIVA — Matemática.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não, não se pode aguardar a extinção, quer dizer, o aproveitamento total e, em seguida, qual seria a solução? Então, o programa nuclear tem como objetivo, quando chegar essa época, que é por volta de 2010, pode ser um pouco mais tarde ou um pouco mais cedo, vai depender muito da evolução econômica do País, mas, quando chegar essa época, se o País não dispuser de uma capacitação nacional em engenharia, tecnologia, qual vai ser a solução? O País terá que partir para importar, maciçamente, usinas nucleares, combustível, etc.

O SR. IRAM SARAIVA — Mas essa experiência adquirimos com Angra 1, que não terminou sua etapa ainda. E começaremos com Angra 2 e 3 que são para...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Justamente, Sr. Senador, isso é que eu queria explicar ao Sr., dar essa ênfase. Angra 1 foi um primeiro passo, inclusive no sentido de criar uma capacitação nacional, foi um passo inicial, a participação da indústria nacional foi muito pequena, foi da ordem de 6% apenas, a engenharia nacional também participou muito pouco. Houve mais um avanço na tecnologia, na parte de licenciamento, na parte de construção civil e na parte operacional.

Angra 2 e 3 já é outro programa. Então, essa tecnologia e essa capacitação não serão atingidas construindo-se uma usina ou duas. É preciso que haja um programa que tenha uma continuidade. Se o Sr. imaginar uma indústria, tem que haver inclusive desenvolvimento na iniciativa privada, temos várias indústrias em São Paulo, na iniciativa privada, que inicialmente se engajaram no programa de construção de Angra 2 e 3 e hoje a nacionalização dos equipamentos de Angra 2 e 3 está previsto para 35%, um passo enorme. Mas várias dessas indústrias, pela descontinuidade da construção de Angra 2 e 3 estão, hoje, inclusive nos propôndo cancelar contratos, eles não querem mais continuar. É razoável.

Qualquer empresário, qualquer iniciativa privada investe mediante o mercado de trabalho e esse mercado precisa ter continuidade. Esse é o problema. Angra 1 trouxe alguma tecnologia, Angra 2 e 3 irão trazer mais, mas esse programa tem que ser contínuo. Na construção de usinas, num nível mínimo, suportável pela economia, para que os engenheiros continuem se dedicando, a fim de que a tecnologia se desenvolva. Essa é a continuidade. Estão previstos mais quatro usinas que se encaixariam perfeitamente dentro do mercado consumidor de energia elétrica, dentro de uma sequência, porque a prioridade continua sendo, evidentemente, do hidrelétrico. É uma pequena parcela do mercado de energia elétrica que seria atendida pela energia térmica, nucleoelétrica,

com a finalidade de poder criar essa tecnologia interna. Procedimento semelhante está sendo dado ao carvão, para que se crie uma capacitação mais ampla e nacional, de construção, de equipamentos para usinas térmicas, para o nosso carvão, no Sul.

No que diz respeito a Angra 1 — V. Exª perguntou-me sobre o grau de segurança e vou responder genericamente. Estive em Furnas que é quem opera Angra 1 — Furnas Centrais Elétricas e neste caso a Nuclebrás não tem nenhuma interferência ou nenhuma participação direta, este é um programa feito por Furnas diretamente. Estive na presidência de Furnas durante 7 anos, durante a fase em que se completou a instalação de Angra 1. Então, poderia dar um testemunho, uma informação dos acompanhamentos que foram feitos nessa fase. Angra 1 é uma usina que tem todos os dispositivos de segurança reconhecidos pelas normas internacionais, com a devida fiscalização e acompanhamento da Comissão Nacional de Energia Nuclear. É uma usina que tem todos os sistemas de proteção dentro das condições internacionais e usuais de segurança, de qualquer outra usina nucleoelétrica. Angra 1 tem uma confiabilidade operacional, vamos dizer uma performance operativa que, realmente, não tem causado qualquer decepção, mas isso nada tem a ver com a sua parte de segurança, porque ela tem todos os dispositivos de segurança a nível internacional, e se não fosse isso ela não estaria em operação, não estaria licenciada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que aplica todos os critérios, e regulamentos, para o licenciamento de usinas.

O SR. IRAM SARAIVA — Apenas para esclarecer, a pergunta a seguir que tenho, ainda a fazer versa sobre a questão de segurança: quais são os planos de emergência em caso de acidente? V. Exª já deixou claro que nos parâmetros internacionais ela mantém esse equilíbrio, mas quais seriam os planos de emergência em caso de acidentes?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, vou pedir permissão, porque não posso lhe dar informações detalhadas sobre esse aspecto. Porque estando hoje na Presidência da Nuclebrás, como disse inicialmente, ela não tem uma participação direta nesses estudos de operacionalização dos planos de emergência.

Sei que existem os planos que são fundamentalmente coordenados pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, e desse plano participa naturalmente Furnas, que tem responsabilidade no plano dentro da sua propriedade imobiliária, vamos dizer, e fora dessa área há uma atuação da Secretaria Especial de Defesa Civil em coordenação com vários órgãos, o DNER, órgão de Segurança Pública estadual e também das Forças Armadas juntos que colaboram.

Não tenho condições de informar, em detalhes quais são esses planos e como é que estão estruturados hoje, porque realmente não participamos dessa organização. Eu diria que essa informação poderia ser dada à Comissão, em melhores condições, ou pela Secretaria Especial de Defesa Civil, ou talvez pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Seriam informações até mais — eu diria isentas — porque Furnas é uma parte, ela não tem realmente o controle nem o comando desse

plano de emergência. Esse comando está fundamentalmente, com a Comissão Nacional de Energia Nuclear que é apoiada por vários órgãos.

Lamento, mas não posso adicionar detalhes a respeito dessa questão.

O SR. IRAM SARAIVA — Mas, é importante, porque a medida que V. Ex^a nos coloca assim, como a Comissão está começando a ouvir, já vamos começando a conhecer quem é quem no setor nuclear no Brasil, por isso muitas vezes reiteramos determinadas perguntas.

A minha terceira indagação é com relação ao treinamento da população para enfrentar qualquer emergência. Não sei se o Dr. Lícínia teria algum esclarecimento sobre isso, se a população vem sendo treinada para qualquer emergência, porque estas usinas estão exatamente em locais de núcleos populacionais enormes.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Diria que isto faz parte de um trabalho que está sendo desenvolvido basicamente, sob a orientação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e o órgão executor tem sido a Secretaria Especial de Defesa Civil.

É um assunto importante, Senador, e, realmente, é preciso fazer um esclarecimento junto à população. Mas por outro lado, aí já entra a minha opinião pessoal, a forma de se efetuar o treinamento, entendendo como treinamento a simulação real de evacuação de uma área, é um assunto um pouco mais complexo que tem que ser muito bem avaliado; isto cria uma dificuldade, um transtorno na sociedade. V. Ex^a já imaginou fazer um plano de evacuação real em uma cidade, como Angra dos Reis que é bem próxima, pelo que sei a política que me parece está sendo aplicada, é um trabalho que vem sendo feito, através da Secretaria Especial de Defesa Civil, o de informar a toda a população sobre o que representa, quais são os riscos e como deve ser o procedimento caso haja uma situação de alarme, de emergência, como a população deve se comportar. Agora a execução, propriamente dita, do treinamento das simulações é feita através da atuação dos órgãos envolvidos; o pessoal de Furnas, da Secretaria Especial de Defesa Civil, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, tem o problema de acesso às estradas; então, é feita a simulação dos agentes que vão atuar em uma emergência, mas não propriamente com a participação da própria população.

Confesso Senador, não tenho condições de lhe dar todas as informações detalhadas sobre este assunto, é uma especialidade bastante detalhada que eu diria que a própria Comissão Nacional de Energia Nuclear, ou talvez a Secretaria Especial de Defesa Civil, do Ministério do Interior, assim como ela se prepara para problemas de defesa civil, como tipo de enchentes, catástrofes, de um modo geral, que afetam o público, essa atividade que é um aspecto ligado à segurança que se quer dar à instalação nuclear é a exigência de existir um plano de emergência previamente estruturado e planejado; é um fator a mais de segurança nas instalações, ou é próprio da tecnologia nuclear. Outras instalações que oferecem riscos, as hidrelétricas, barragens, por exemplo, instalações químicas, na área industrial perto de São Paulo, já houve até acidentes, não existem esses planos previamente estabelecidos e há probabilidade de haver riscos, de haver acidentes que

afetem o público. Por todos os estudos que são feitos, um acidente em uma energia nuclear tem uma probabilidade muito menor de ocorrência do que o rompimento de uma barragem, o que é bastante sério e grave, mas a probabilidade existe e, no entanto, não tem um plano previamente traçado, avisos à população de como deve ser feito o escoamento, etc. são medidas improvisadas na ocasião.

O caso de Goiânia que seria praticamente impossível de se imaginar que pudesse haver um plano que o prevenisse, que tivesse todo um esquema armado para a proteção do público, em consequência do acidente com o césio, em Goiânia, que foi de grande infelicidade, um acidente que talvez aconteça uma vez e nunca mais irá acontecer em nenhum lugar do mundo; mas seria inviável que a Comissão Nacional de Energia Nuclear, por exemplo, ou qualquer outro órgão, tivesse um contingente de especialistas, perto de 100 pessoas — não sei exatamente quantos foram preparados para isso, como o Corpo de Bombeiros, porquanto incêndios acontecem muitas vezes — agora, por um acidente do tipo N, foi coincidência de ser um cloreto de césio solúvel, e da forma como ocorreu exigiria que houvesse um mecanismo, um esquema preparado de proteção ao público e num acidente como aquele seria realmente muito difícil que isso pudesse existir.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Minha preocupação é exatamente essa, ligada à Goiânia; foi dado um sensacionalismo a nível Chernobyl, que foi um absurdo para o meu Estado.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Certamente foi.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Essa cápsula de césio gerou um alarido tão grande, e causou tal prejuízo para o Estado, em relação à publicidade, que não iremos recuperar isso tão cedo. É essa a questão que nos preocupa. Se uma cápsula nos levou a isso, o que nos levaria uma usina, por exemplo? Então, a preocupação em perguntar que tipo de treinamento, não seria apenas com relação à defesa civil, e aos demais organismos, mas à própria população ter conhecimento, daí a razão da minha pergunta. Como a própria população se defenderia? Muda-se do local, ou que tipo de conhecimento se poderá dar? Isso é que eu pergunto ao Presidente da Nuclebrás.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Eu acho que existe, Senador, eu não tenho mais detalhes para lhe fornecer. Há um trabalho, que está em execução — eu não sei realmente em que nível está, feito pela Defesa Civil, com o objetivo de instruir a população que vive numa área que poderá ser atingida por uma eventual emergência, explicando o que é energia nuclear, quais os cuidados que devem ser tomados. Qual a autoridade em que eles devem se basear para ter informações corretas? Por que estão sujeitos a um alarme falso e evidentemente isso seria um transtorno. Então esse trabalho está sendo feito, através de divulgação, palestras, e o pessoal da Defesa Civil age ali, naquela área toda, para justamente informar, no caso de haver um problema, qual deve ser o procedimento. As pessoas têm que tomar tais e tais precauções, ou ficam dentro de casa ou saem, ou vão para um ponto de encontro; enfim,

é o órgão local das populações que se incumbe disso. Agora, no caso particular de Goiânia, Senador, eu concordo totalmente com o Sr.: foi uma colocação totalmente imprópria e isso está ligado a um certo ambiente extremamente emocional que se dá na energia nuclear. Realmente evoluí, haja vista o sensacionalismo feito em torno do acidente de Goiânia, influencia demais, com graves prejuízos econômicos para o Estado, e outros fatores, que o Sr. conhece.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É, e agora a situação da saúde que começa a aparecer; quer dizer, domingo, agora mesmo, televisões já começam a mostrar os efeitos, e esses efeitos eles acontecem bem a posteriori, nós sabemos disso, e nós ainda não temos uma medicina totalmente voltada para isso e novos estudos terão que ser feitos.

Mas eu ainda indagaria, apesar de que na sua peça vestibular, aí, já havia colocado, mas voltamos a insistir, porque nós temos um potencial hidrelétrico. Então qual a justificativa para a construção de mais quatro usinas nucleares, tendo em vista que o domínio da tecnologia estaria já alcançado com uma usina, tendo em vista o enorme potencial hidrelétrico do País e o custo elevado em kw?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Bom, Senador; volto tentando reforçar, até na minha resposta, sempre pegando nessa colocação que o Sr. fez, que tecnologia estaria dominada com a função de uma central. Esse é o ponto fundamental, Senador, em que eu quero voltar a insistir. Quer dizer, o programa nuclear que está sendo feito, quando se coloca tecnologia, Senador, ela tem uma caracterização que é a de desenvolver uma capacitação nacional, e esta capacitação tem que ter uma atividade contínua. Eu posso me explicar melhor. Para se dominar a tecnologia de uma central nuclear, construção, engenharia etc., TVA, por exemplo o caso da Nuclebrás, fez-se um programa de treinamento intenso nas universidades, treinamento no exterior, vários especialistas em várias áreas, múltiplas especializações. Agora se termino uma usina e depois daqui a dez anos vou querer fazer uma próxima usina, Senador, esses homens, esses elementos que foram preparados, evidentemente, que não estarão mais na atividade. Se eu der um intervalo entre uma usina e a próxima aonde é que fica essa tecnologia? O sentido tecnologia não é o conhecimento teórico, o conhecimento científico. Não! Isso está nas universidades, no instituto de pesquisa. O que se coloca como o objetivo do programa nuclear tecnologia é criar uma capacitação nacional, e depois ela tem que ser alimentada, ela tem que trazer uma continuidade. E para isso tem que haver um mercado em que se a aplique. Se eu treinar uma equipe de engenheiros, se eu motivar uma fábrica de iniciativa privada que, para fabricar um componente da usina, ela tem que investir, tem que comprar máquinas; ela realmente não irá fazer isso, não irá se interessar para fabricar uma usina. Ou supondo que ela faça e se houver uma interrupção de cinco ou dez anos depois, essa tecnologia não irá existir.

Não sei se consigo transmitir ao Sr., mas esse que é fundamental, que é o grande programa. Se a tecnologia fosse obtida, se o objetivo fosse construir Angra 2 e 3, todo esse esquema da

Nuclebrás não teria o menor sentido. Não haveria necessidade de existir a empresa de engenharia, a Fábrica de Componentes Pesados; era comprar duas usinas e ponto final, como aliás foi o início dado para Angra 1 que foi um programa feito a partir de 1975, e o que se objetiva é realmente com um programa que leva tempo, é preciso ter muito investimento, que a médio prazo, quando a necessidade de energia termo-nuclear chegar, o País poderá atender a essa necessidade com um certo nível razoável de auto-suficiência. Essa tecnologia, por outro lado, essa auto-suficiência, poderá colocar o País em condições, inclusive, de participar do mercado internacional, conforme o fornecimento de serviços, de equipamentos da própria engenharia e nos tipos de combustível também. O Sr. falou nas Centrais. Junto com a Central Nuclear existe uma tecnologia toda específica e uma indústria que se organiza em torno desse outro aspecto, que é o suprimento do combustível. O combustível nuclear parte do minério chamado ciclo do combustível; ele tem que ser tratado. Há uma tecnologia envolvente enorme. Por exemplo, temos hoje uma fábrica que já está operando e forneceu inclusive a primeira recarga para usina Angra 1 na sua etapa de fabricação do combustível, localizada em Resende, no Estado do Rio, e é preciso que haja uma continuidade. Se uma usina que só dá uma recarga de ano em ano, não se justificaria de forma alguma ter uma fábrica para isso. É preciso que haja mercado de combustível para ser fabricado ou então, essa fábrica não irá existir.

Daí é que vem ponto fundamental, Senador. A tecnologia nesse sentido de tecnologia, como sendo aplicação — não é científico, não é na parte teórica — significa ter a indústria privada nacional investido interessada, com motivação, significa ter os quadros de engenharia, os quadros de montadores, quadros de obra civil etc., isso implica em ter um mercado de aplicação dessa tecnologia e esse mercado tem que ter uma continuidade. Daí vem essa colocação das quatro centrais, porque se paramos, por exemplo, em Angra 2 e 3 temos que desmanchar toda a tecnologia armada, o pessoal todo irá fazer outras coisas, a indústria fecha as suas instalações e se daqui à dez anos precisar-se de Central Nuclear estaremos no zero. Voltaremos a importar completamente todas as instalações e teremos uma dependência total externa. Daí por que, não há nenhuma modificação de prioridade do potencial hidrelétrico. Não; ele é prioritário e continuará sendo. A energia termo-nuclear, embora tenha um custo mais alto, é até um certo nível do aproveitamento hidrelétrico que a partir de um certo momento, feitos os melhores aproveitamentos irão custar mais caro. A tendência natural que se prevê como cenário é que as hidrelétricas irão aumentar de custo, porque estamos sempre aproveitando os menores custos, e deixamos para depois os de maiores custos. E a tendência da energia termo-nuclear é reduzir custos desde que possamos aprimorar a nossa tecnologia, dominar mais os custos e a tendência deles é ficarem mais baixos. Esse é o ponto fundamental. O País não pode esperar, esgotar completamente uma fonte de energia, para depois pensar na solução.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Mas se ele vem atacando a energia nuclear, automaticamente, embora o Ministro tenha conversado co-

migo, pessoalmente, ano passado, e dito que ele entende que a política hidrelétrica é realmente mais eficaz, necessária e o Brasil tem que partir para isso, porque tem o potencial, ele negou que a energia nuclear, que seria o ponto básico, fosse o fundamental. Essa é a preocupação. Estamos com a Angra 1 na situação que está 2 e 3 precisando de muito recurso e já se anuncia a construção de mais quatro, quando na realidade, os mananciais hidrelétricos estão todos ainda por serem explorados.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Perfeito, Senador. É importante o que o Sr. disse. Toda essa colocação feita, repetindo para o Sr. a hidrelétrica continua sendo a primeira opção? A nuclear não passa a ser básica, é uma pequena parcela do mercado, não é? Quando se fala em mais 4 centrais, Senador, estamos falando que as Centrais são de 1.200 MW não é? Isso, daqui até 2.010, com o crescimento do mercado, é algo em que — se o Sr. quiser posso dar o número tenho que consultar os meus dados — a energia nuclear fica participando com 7% de toda a geração, então seria 95, 90% feita com a hidrelétrica. Então, a eletricidade continua sendo a prioridade número um. Essas 4 Centrais que estão faladas, daqui até 2.010, não modificam o panorama nem o aproveitamento das hidrelétricas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esse valor que citamos para o Sr. de 7,8 bilhões de dólares, confere?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não fiz a conta Senador, mas é na base de 1.500 dólares/MW que é uma estimativa que se faz, hoje, na base de 1300 as 4 Centrais, então seriam 5.200.000 KW a 1.500, se o Sr. pegar o aproveitamento hidrelétrico com o custo de transmissão, e comparar energia gerada a algo abaixo de mil dólares/KW que já são excepcionais, não são muitos. No aproveitamento do Amazonas, por exemplo, vamos ter transmissão de alto custo. Uma transmissão de 2 a 3 mil quilômetros, uma tecnologia mais avançada, são aproveitamentos feitos em regiões sem nenhuma infra-estrutura. O Sr. já imaginou construir, hoje, uma assim? É bem claro que não quero dizer que não vão ou não devam ser construídas, não, são potenciais naturalmente renováveis e oferecem condições de competitividade também. Mas, apresentam dificuldades e para isso o País tem que ter alternativa, tem que continuar o seu programa, para poder atender com maior base térmica. A nossa base térmica, excelando o carvão — não podemos voltar a queimar óleo, a não ser em casos muito excepcionais — como está se pensando agora, em certos resíduos de asfalto das refinarias da Petrobrás, mas não um programa a nível nacional, queimando petróleo; no mundo inteiro ninguém está fazendo mais isso, mas temos o carvão, não temos outra opção a nível nacional. Então, a idéia é levar a um nível que dê continuidade ao trabalho, mas são parcelas pequenas do mercado. O mercado continua preponderantemente sendo atendido pela energia hidrelétrica. É uma questão de preparar, Senador. Aqui mesmo, na Região Sudeste, há certos aproveitamentos sendo questionados. Por exemplo, há o aproveitamento da usina de Ilha Grande, chamada Barragem de Ilha Grande, que fica ali perto de Sete Quedas, que está sendo questionado pelo Estado de Mato Grosso ou Paraná,

porque inunda uma área. Há uma grande questão de que essa usina provavelmente não será feita, por causa do custo, inundação, essas coisas. O Sr. sabe bem que esse programa agora é diferente. Se isso não for feito, não sei quantos megawatts, devem ser 1.200, 1.800, que não irão existir mais aqui; terão de vir de algum outro lugar. Há aproveitamentos, por exemplo, no Rio Doce que são difíceis. O Rio Doce tem a ferrovia. Tem vários aproveitamentos ainda na Região Sudeste e Sul que poderão ser adiados ou ter custos até mais altos do que a energia nuclear.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sr. Lício-nio, existe um programa para dispor dos resíduos nucleares produzidos pelas usinas? Qual a meia-vida desse resíduo? Isso aí, exatamente porque tivemos agora um acidente, em que volto a insistir, é de pequena monta, com o Césio-137, em Goiás, e, agora, quando se fala em usina nuclear esta é uma questão que preocupa a Nação.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Perfeito, Senador. Vou primeiro dizer que a atribuição legal, a responsabilidade pelo estudo desse assunto de armazenamento de rejeitos das usinas, de modo geral, não está no âmbito da Nuclebrás. É uma responsabilidade, uma tarefa que está afeta à Comissão Nacional de Energia Nuclear. Quanto às usinas nucleares, o que poderia informar ao Sr. é que, hoje, a única usina em operação que temos é Angra 1 e os rejeitos da operação estão sendo armazenados no próprio local da usina. Os rejeitos, em que há uma discussão em torno dos mesmos, são os provenientes do combustível que é utilizado na usina. A usina opera praticamente a cada ano; a cada 14 meses há uma substituição de um terço da carga de combustível. O combustível irradiado é o que apresenta índices de radioatividade mais altos e requer cuidados mais especiais. No momento, existe uma recarga de Angra 1, que já foi substituída e está sendo armazenada na própria usina. Nos projetos de Angra 1, 2 e 3 há previsão de armazenamento na própria usina, dentro da própria instalação, que permitem uma operação dessas usinas pelo prazo de seis anos cada uma. Então, não há um problema de curto prazo. A médio prazo, a Comissão Nacional de Energia Nuclear está estudando e vai determinar os locais e formas apropriadas para armazenamento. Num prazo próximo — em dezenas de anos talvez se possa confirmar isso — o que terá que ser feito é um armazenamento dos combustíveis irradiados. Para haver o problema do armazenamento dos resíduos chamados de alta atividade, só depois de entrarmos na fase do reprocessamento, ou do reaproveitamento do urânio e do plutônio como novos combustíveis é que esses resíduos vão surgir. Isso está colocado no tempo, os próximos trinta a quarenta anos, quando não haveria preocupação pelo volume de usinas que estamos prevendo. Há o problema do armazenamento dos rejeitos provenientes de outras aplicações de energia nuclear. Nisso, realmente, não tenho condições de opinar, mas acredito que são todos eles passíveis de serem armazenados, em condições de total e absoluta segurança. Para isso a Comissão Nacional de Energia Nuclear tem a necessária competência. São apenas locais que devidamente instalados e com as necessárias medidas de monitoração e proteção, podem ser instalados e operados sem qualquer risco, qualquer

inconveniente ou qualquer dano, para a população e meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — É procedente a denúncia de que Angra 1 foi construída sobre solo geologicamente inadequado? Houve aumento de custo por necessidade de reforço das fundações?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Não. Com Angra 1, especificamente, não houve aumento de custo pelas fundações. Houve uma grande polêmica; o assunto foi muito discutido, quando se construía Angra 2. Esse assunto foi exaustivamente debatido, Senador, numa comissão Parlamentar de Inquérito, aqui do Senado, aberta em novembro de 1978. Finalmente, o relatório da Comissão foi aprovado em 1985. Durante esse período todo, houve uma grande investigação, essa matéria foi muito debatida. Eu diria que esse assunto foi tratado não aqui pela Comissão Parlamentar do Senado, mas especialmente por alguns órgãos de imprensa de forma muito sensacionalista. As condições geológicas nas quais estão instaladas Angra 1 e 2 e será instalada Angra 3, estão dentro das normas e das especificações técnicas internacionais e não se justificam essas apreensões e afirmações que são feitas, em geral, por pessoal não especializado. Inclusive houve uma fase, hoje um pouco ultrapassada, chegou-se ao ponto de haver um certo tratamento jocoso da instalação, ao se tentar fazer uma tradução, do nome da praia de Itaorna. Não sei de quem se originou a tradução de que Itaorna representa "terra podre". Aparentemente não é isso. Andamos investigando isso; em tupi guarani não significa podre. Mas começou daí; foi dito que é assim, foi falado, e ficou. As condições geológicas, lá, são totalmente sob controle. Admitir ou interpretar que estejamos instalando as usinas na Central, Almirante Álvaro Alberto, em condições dessas, de inseguranças, do ponto de vista de fundações ou de qualquer outra, seria admitir que todos nós, o País inteiro, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, estariam fazendo instalações fora dos padrões que ofereçam a segurança necessária. Isto não procede, Senador. Mas houve, realmente, a instalação de Angra 2 que por ser com fundação sobre estacas, realmente, houve um certo custo adicional nas fundações. Houve dificuldades à época da construção, houve problemas de cálculo de engenharia, e realmente houve um custo adicional, em relação ao orçamento, mas as fundações foram feitas e estão dentro de todas as normas de segurança aplicáveis ao caso.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Quero fazer algumas referências, logo após concluir as minhas perguntas.

A primeira questão é a de que, em 1986, o relatório da Comissão de Alto Nível para Avaliação do Programa Nuclear, designada, em 1985, pelo Ministro Aureliano Chaves, recomendava, no item IX, entre outros pontos, dois que quero destacar: a) criar, no âmbito da Presidência da República, a Comissão Nacional de Radioproteção e Segurança Nuclear, que se encarregaria das funções normativas, licenciadoras e fiscalizadoras, atualmente exercidas pela CNEN, SIPRON e COPRON, cujo presidente seria nomeado pelo Presidente da República, com a Comissão de Senadores, do Senado Federal e com mandatos não coincidentes com os dos dirigentes do Poder Executivo;

b) criar, junto à referida Comissão, o Conselho Deliberativo, paritário, constituído de representantes do Governo e da sociedade, também nomeados pelo Presidente da República.

Ainda em 1986, a Comissão Especial, designada pelo Presidente da República, para avaliar o possível impacto do acidente de Chernobyl no programa nuclear brasileiro, reafirmou aquelas duas recomendações, acrescentando a necessidade de reformulação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro — SIPRON e da Comissão de Coordenação de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro — COPRON. O objetivo de tal reformulação seria a ampliação de participação da sociedade civil e de entidades relacionadas, direta e indiretamente com a segurança das centrais nucleares.

Considerando essas reiteradas recomendações, quero indagar quais as medidas objetivas tomadas para atender a cada uma das recomendações citadas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Sr. Senador, o que posso informar, não sei se é do conhecimento de V. S^e, e que, dessas recomendações, uma primeira medida foi adotada, a transferência da subordinação hierárquica da Comissão de Energia Nuclear do Ministério das Minas e Energia, para a Presidência da República.

Quanto às demais recomendações citadas por V. S^e, que são todas conhecidas da Nuclebrás, quero colocar a V. Ex^e que são decisões, ou são atos que dependem de decisão a nível ministerial, a nível da Presidência da República, fundamentalmente, sobre as quais a Nuclebrás não tem qualquer acompanhamento, qualquer influência, vamos dizer. Se V. Ex^e me perguntasse: os níveis seriam ou não desejáveis? Eu diria que sim, mas, por outro lado, colocaria, já, como opinião, não fundamentalmente necessária, mas que seria desejável, e, provavelmente, a sua implantação depende de alguma oportunidade ou de alguma outra motivação que não é do nosso conhecimento, porque são decisões que não estão no âmbito da Nuclebrás; são decisões a serem tomadas a nível mais alto, do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Dr. Lícino Seabra qual é a posição relativa aos outros investimentos no orçamento do Programa Nuclear Brasileiro das atividades especificadas, voltadas, primeiro, para a pesquisa de efeitos biológicos e de energia nuclear?

Segundo: e para formação de recursos humanos especializados no tratamento de possíveis vítimas, e para formação de recursos humanos e desenvolvimento de pesquisa, para proteção radiológica e de segurança nuclear?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Nobre Senador, a Nuclebrás tem uma parte nesses itens citados por V. Ex^e, embora o nosso esforço maior seja feito no sentido da pesquisa de desenvolvimento na área de segurança das instalações nucleares, não apenas para geração de energia elétrica, mas na instalação do ciclo do combustível. Não temos nenhum investimento feito especificamente, no sentido médico de proteção de radiação ionizantes. Temos um grupo de médicos que acompanha esse assunto, que se especializa nessa matéria, mas não estamos desenvolvendo nenhuma pesquisa nessa direção. O nosso esforço na área tecnológica é basicamente quanto à segurança

em instalações nucleares como usinas, para esses tipos de combustível, e também em proteção radiológica, monitoração de ambiente e, naturalmente, medidas de prevenção, em relação ao pessoal que opera nas nossas instalações.

Quanto à formação de recursos humanos, eu diria que estamos numa fase de estagnação nesse aspecto. Houve um grande esforço de preparação de pessoal e, hoje, a sua continuidade está dependendo de uma maior facilidade para continuar os nossos investimentos. Realmente, uma boa parte do pessoal treinado sabe da importância desse assunto. O grupo da Nuclebrás já perdeu, hoje, o seu grupo de pessoal treinado, especializado no exterior, representando a ordem de 40% de pessoal que se desligou para outras atividades, justamente por causa da falta de motivação, de continuidade nos programas. A situação de hoje não nos está permitindo fazer nenhuma programação de investir novamente na formação de pessoal. O pessoal disponível está sendo suficiente, para mantermos o nível reduzido para as atividades que estamos podendo fazer hoje. Certamente chegará o momento, dependendo da continuidade do programa, que a reformulação do programa e a preparação de nova mão-de-obra especializada deverá retomar. Mas, no momento, estamos investindo muito pouco no treinamento de pessoal.

O SR. ODACIR SOARES — Independentemente de o Brasil já estar desenvolvendo uma política nuclear própria, depreendi das considerações formuladas por S. S^e, que nós temos dupla necessidade de continuar desenvolvendo uma política nuclear. A primeira seria a partir do fato de que já temos praticamente duas usinas nucleares construídas, uma funcionando e a outra em construção. Em razão disso e também por questões de desenvolvimento de tecnologia própria precisaríamos, não apenas manter a primeira usina funcionando e concluir a segunda, como também, em decorrência de o Brasil, por volta do ano 2010 ter exaurido a sua capacidade de produção de energia, via os nossos recursos d'água, teremos necessidade de já estar operando outras usinas nucleares. Temos um programa em execução que, pela necessidade de se manter uma tecnologia própria em funcionamento, uma tecnologia em experiência, exercitando plenamente a sua capacidade nos diversos setores, precisaríamos também de novas usinas até porque teremos no ano 2010, segundo as estimativas do Governo, precisaríamos construir ou ter construído quatro usinas em torno de 1.500 MW cada uma, conforme o Senhor frisou.

Perguntaria a V. S^e se todos esses fatos, ou esse fato final, ou seja, o de precisarmos construir mais usinas nucleares porque o primeiro fato já é consumado, já temos uma usina e estamos construindo outra — esse fato já constitui, hoje, uma decisão de Governo?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Sr. Senador, creio que não. Não é uma decisão de Governo. É apenas um dos dados de um planejamento que, pelo que sei, está sendo preparado pela Eletrobrás e sendo submetido à aprovação do Presidente da República. Certamente, esses projetos, pelo dispositivo constitucional vigente e pelos novos dispositivos que a Constituição estabeleceu, serão submetidos à aprovação do Congresso Nacional.

Trata-se apenas de um cenário de planejamento, de um estudo que está suportado por várias razões técnicas e políticas, mas não existe decisão alguma. Nós estamos fazendo um grande esforço para podermos recuperar e terminar a construção de Angra 2 e, que já está com atraso enorme. O custo está completamente fora de qualquer expectativa. Todo o esforço que se concentra, no momento, é para acelerarmos ao máximo essa instalação. Mas toda atividade, Sr. Senador, como V. Ex^e bem sabe, tem necessidade de ter um planejamento de médio prazo. Essa colocação das 4 centrais apenas faz parte desse cenário de desenvolvimento. Não é um programa; ainda é um cenário de desenvolvimento do setor elétrico, que prevê a construção de várias centrais hidroelétricas, prevê o carvão. É um componente de um todo, mas não tem definição tomada sob condições.

O SR. ODACIR SOARES — Do ponto de vista de se ampliar a capacitação técnica do Brasil e do ponto de vista da necessidade de exauridos os mananciais hidroelétricos, quando nós terímos que partir para a geração de energia elétrica via usina nuclear, parece-me que, independentemente do fato de nós termos que aprovar esse projeto a nível de Congresso Nacional, como mandam as normas já aprovadas para a nova Constituição, isso seria irreversível?

O SR. LÍCINIO SEABRA — Sim, Sr. Senador, concordo; mas é um assunto que, como toda a argumentação, virá para o Congresso. Eu acredito que os dados serão bastante claros e deverão levar os Srs. Congressistas a realmente virem a aprovar esse programa. Não acredito que isso venha a curto prazo, porque não há sentido em nós estarmos pensando, hoje, em daqui a um mês, daqui a dois meses, fazermos uma encosta de uma nova usina, desde que nós estamos com uma 60% pronta, e não sabemos como terminar, por dificuldades sérias financeiras. Então, é um programa que deve vir a médio prazo e, pelo que eu entendo — não sei exatamente como vai ser o detalhe que a lei vai regulamentar — deverá vir como um programa global energético para que o Congresso o aprecie devidamente.

Senador, eu queria voltar a pedir licença a V. Ex^e para insistir um pouco mais. Se ficássemos com algumas usinas em operação apenas, e fizéssemos uma interrupção, estariam com uma tecnologia que vamos chamar de Operação de Usina. Mas só isto não basta porque, com a continuidade do programa vão ser necessárias outras usinas. A tecnologia não é a científico-teórica; ela significa um mercado, uma atividade industrial, através da qual, basicamente, se pretende que a iniciativa privada cada vez mais realmente participe. É preciso que haja acordo industrial, na ideia de capital e também de mão-de-obra. É preciso que os engenheiros, os especialistas — porque é uma tecnologia de ponta — se sintam motivados para formar, treinar, e vir a trabalhar numa atividade sabendo que há uma sequência, que há uma abrangência muito maior. Isto, aliás, aconteceu na hidroeletricidade. A hidroeletricidade, da qual eu participei desde o começo — eu estou no setor elétrico desde 1952, desde os primórdios da sua instalação; as primeiras usinas, aqui no Estado de Minas Gerais no tempo da CEMIG em 1952, nós importávamos os desenhos todos, im-

portávamos o parafuso de qualquer instalação e, progressivamente, com a continuidade do programa criou-se uma equipe da engenharia privada nacional, a indústria nacional e, hoje, temos um nível de independência e autonomia enorme; estamos exportando a tecnologia. Lá, a figura é a mesma, apenas tem que ser dosada de acordo com a capacidade econômico-financeira do País, de suportar o programa que seja compatível. Mas essa é a meta fundamental, como se fosse uma "reserva de mercado", que se pretende, com a parte de informática, no momento, mas uma reserva de mercado, no sentido de que seja alocada. Vamos dizer, uma participação do mercado na energia elétrica, a uma geração termoelétrica ou, no caso, nuclear, de maneira que essa indústria possa, progressivamente, sabendo que é uma opção que o País irá necessitar, a partir dos próximos anos, para outras hipóteses, que são as duas aventadas. Não vamos abandoná-las, porque a energia solar vai chegar; energia fusão estará aí, breve. Isso, então, nos parece bastante ilusório e não é o que a maioria dos países está fazendo. Basta ver os nossos vizinhos; por exemplo, a Argentina tem um programa, eu diria, até, em certos aspectos, mais avançado do que o nosso, tem hidroelétrica, tem petróleo, tem gás; no entanto desenvolve um programa nuclear; tem duas usinas em operação, uma terceira em construção e planejam, em seguida, fazer uma outra, dentro desse objetivo de domínio da tecnologia.

O SR. ODACIR SOARES — O fato é o seguinte: o Brasil, realmente, para se tornar, ou para ser uma potência nuclear — parece-me, até, que isso não é uma questão propriamente de segurança nacional, mas de soberania — o Brasil teria que desenvolver uma política contínua no setor, com uma visão ampla, que envolveria todos os segmentos que, necessariamente, se agregam a isso, inclusive segmentos industriais, a mão-de-obra, a indústria, a pequena e a grande peça, a usina.

Parece-me — e isso está muito claro hoje, inclusive em relação à Angra 2 — que um projeto desse porte e que, a meu ver, considerando os objetivos do Brasil seria irreversível. Hoje ou amanhã, teríamos que tornar um programa desse tipo praticamente rotineiro no País, como já acontece em outros países — parece-me que, para que esse programa seja desenvolvido, inclusive com bastante autonomia, é imprescindível que o Brasil domine totalmente o ciclo do urânio. Porque ficaríamos fora, como aconteceu nesse acordo Brasil-Alemanha, em que foi estabelecida a transferência de determinada tecnologia, chegou o momento adequado, os alemães se negaram a transferir e ficamos, de certa forma, impossibilitados, pelo menos, em determinado momento.

Perguntaria ao Sr. o seguinte: na sua visão, como cientista, com a responsabilidade que tem como Presidente da Nuclebrás, em que prazo, a seu ver, teríamos esse domínio do ciclo do urânio, de modo a que pudéssemos ter numa escala industrial, que se agregasse a essa questão da soberania, que pudéssemos ser autônomos nesse campo?

O SR. LÍCINIO SEABRA — Senador, a primeira colocação que queria fazer na sua questão era, talvez, fazermos, a título de esclarecimento e de informação, sobre o acordo com a Alemanha em

transferir as tecnologias. As coisas, como realmente se processaram, Senador, é que não houve recusa alguma dos alemães, no acordo com a Alemanha, na transferência de tecnologia. Especificamente no caso a que V. Ex^e se referiu, ao processo de enriquecimento, na ocasião em que se discutiu o acordo — estou informando isso por informações de terceiros, porque não participei dessa fase toda, mas são documentos de pessoas que trabalharam nessa fase — na realidade, quando se discutiu o acordo com a Alemanha — a intenção da autonomia de ciclo de combustível é válida. V. Ex^e tem toda razão, não basta ter as centrais e ficar numa dependência externa do combustível, pois criariamos uma situação de uma OPEP, se dependéssemos do combustível importado, com tecnologia externa.

Mas, na ocasião em que se discutiu o acordo com a República Federal da Alemanha, houve uma fase em que realmente o País pleiteou a transferência do processo de ultracentrifugação. Mas, antes desse acordo ser assinado, quando finalmente foi assinado, ficou claro que a República Federal da Alemanha não detinha essa tecnologia isoladamente, mas em conjunto com mais três países, como o Sr. sabe.

Portanto, não houve o compromisso de transferir e, depois, o rompimento desse compromisso, (?) visto que não havia, então, essa possibilidade de transferência do acordo da Alemanha e de nenhum outro processo para ser usado como transferência de tecnologia. Na época, as razões que ditaram essa decisão foi feita uma opção de, num investimento num empreendimento, de risco, junto com empresas alemãs, se proceder ao desenvolvimento do processo jato-centrifugo, que era um processo em fase de desenvolvimento tecnológico, não era um processo simplesmente teórico. Nessa fase, em 1975, esse processo já estava em desenvolvimento em laboratórios, em experiência, na Alemanha, há mais de dez anos, de dez a quinze anos.

Então, houve uma opção, que foi espontânea, foi voluntária, talvez como a única que existia na ocasião, de se acelerar esse desenvolvimento juntamente com os alemães, o jato-centrifugo.

Esse estudo foi feito, esse desenvolvimento feito, por uma questão de se afirmar que realmente a parte dos alemães foi cumprida, o processo desenvolveu-se bastante. Hoje é um processo que tecnologicamente não há nenhuma dúvida. Falta complementar alguns dados com a primeira casca em Rezende. Da parte da Nuclebrás não há a menor dúvida de que o processo é operacional, está desenvolvido e vai enriquecer urânio. Não há dúvida sobre isso. O que se discute, ainda, é uma questão de custo em relação a outros processos alternativos.

Em paralelo, fatos subsequentes, depois, levaram a Comissão Nacional de Energia Nuclear, junto com a Marinha, como, hoje, todo mundo sabe, a procurar o desenvolvimento autônomo da ultracentrifugação, que é um processo que não é disponível para transferência de tecnologia.

Esse desenvolvimento também já atingiu um bom nível de sucesso e, hoje, os dois processos estão sendo complementados, o trabalho continua nos dois processos, a Marinha continuando a desenvolver o seu. Precisamos terminar a instalação da primeira cascata em Rezende, para, em seguida, o País avaliar. Vamos estar em uma situa-

ção até de um certo privilégio. Vamos dispor, pelo que a Nuclebrás entende, de dois processos, de duas tecnologias: uma de jato-centrífugo, que é uma tecnologia que, no ponto de vista da Nuclebrás, não há mais dúvidas, porque ela a opera e não há dificuldade tecnológica nenhuma para funcionamento; e da ultracentrifugação. Depois, o País terá a opção de continuar ou de industrializar algum outro processo.

V. Ex^a me perguntou sobre o tempo. Respondendo à sua questão principal, eu diria, Senador, é difícil avaliar exatamente, mas, voltando um pouco ao ponto fundamental que abordei aqui, significando autonomia tecnológica, temos uma auto-sustentação industrial do processamento, porque conhecimento teórico, conhecimento científico, não há dúvida nenhuma de que hoje dispomos. Não tem dúvida nenhuma de que os nossos técnicos, os nossos especialistas, hoje, dominam completamente, sabem de tudo o que acontece nos ciclos dos combustíveis, centrais, etc.

Então, ter autonomia tecnológica, nesse sentido, significa já termos uma indústria auto-sustentada que possa trabalhar nessas fases todas de combustível. E, para isso, Senador, no meu entender, é preciso haver uma condição industrial, uma condição econômica que venha justificar a industrialização desse processo.

Diria que — não tenho dados para afirmar com exatidão, mas, inclusive, constitui base do programa feito em 1975, que, talvez, na época, foi bastante ambicioso — quando atingirmos um nível mínimo de quatro centrais e, talvez, um nível de 8 a 10 centrais nucleares, nessa fase estaremos atingindo aquelas condições econômicas que, inclusive, venham a justificar termos essa tecnologia desenvolvida e dominada, inclusive, no sentido até de exportação. Vai depender do progresso e da instalação de usinas nucleares, voltando ao mesmo assunto: mercado. Porque, por exemplo, enriquecimento. Vamos, provavelmente até o final do ano que vem, meados do ano que vem, poder avaliar os dois processos. Agora, daí, partirmos para instalar uma indústria para enriquecimento de urânio para centrais nucleares, certamente, vai pesar o aspecto das habilidades econômico-financeiras. Nós que dispomos da tecnologia e se por outro lado não a aplicarmos dentro de certo tempo vamos perder uma boa parte do interesse da indústria, etc. Mas a instalação vai depender do mercado. Qual é o mercado? Vamos fazer uma indústria de algumas milhares de unidades de separação. Mas para atender a que mercado? É hoje uma das grandes dificuldades, problemas, que a Nuclebrás enfrenta. Temos uma fábrica de componentes pesados, como V. Ex^a conhece, a fábrica de componentes pesados e centrais nucleares lá em Itaguaí. Agora, lutamos com uma grande dificuldade porque não temos mercado; estamos lutando para conseguir o mercado internacional, que também está difícil. Então, essa fábrica tem dificuldades. Então, intalamos uma usina de enriquecimento, instalamos uma usina de reprocessamento, mesmo uma usina de conversão, que é uma etapa do ciclo, a tecnologia estando disponível, vai depender do mercado consumidor, para dar um suporte. Agora, essa continuidade, quero me permitir fazer um comentário que está ligado a Goiânia, acho que é interessante observar esse detalhe. Se imaginássemos o programa nuclear não ter se desenvolvido, se não

houvesse Angra 1, se não houvesse esse empuxo dado com a própria Nuclebrás, certamente estariam tendo atividades da área da Medicina de Energia Nuclear. Em outras palavras, esse acidente de Goiânia provavelmente teria ocorrido nas mesmas condições, e se não houvesse essa atividade da energia nuclear, os recursos tecnológicos disponíveis para combate ao efeito do acidente, a coisa seria muito mais grave. Se o País estivesse unicamente usando a energia nuclear para fins médicos, uma hipótese, esse acidente poderia ter ocorrido da mesma maneira. E o que foi possível ser feito, com um grande trabalho, que merece todo o nosso aplauso e a nossa admiração, da Comissão Nacional de Energia Nuclear com o seu próprio pessoal, com o auxílio que pudemos dar, com o auxílio que Furnas deu, enfim, todo pessoal que está basicamente treinado ou está envolvido numa atividade fora da área médica. Então, esse efeito multiplicador da tecnologia e de apoio de um modo geral para a sociedade também tem um significado bastante importante. Dando um outro exemplo desse efeito multiplicador, a Nuclebrás através da Nuclep está trabalhando numa encomenda que recebeu da Marinha, na construção de cascos resistentes de submarinos nucleares, submarinos não nucleares, submarinos tradicionais. Essa tecnologia de construção do casco está sendo totalmente desenvolvida lá pela Nuclep, mas ela é possível e viável porque existe já uma base do controle da qualidade, da especialização, de solda e de máquinas que foram implantados para o programa nuclear.

O SR. RELATOR (Odacir Soares) — Esse programa que o Governo brasileiro pretende desenvolver, que hoje se poderia chamar de um estudo, considerando que parte dele precisaria ser aprovado pelo Congresso Nacional, referente à parte nuclear, ele deve considerar, nas suas projeções, o desenvolvimento econômico do País, se subtraindo dentro disso o desenvolvimento industrial, o desenvolvimento demográfico, essa coisa toda, o que termina sendo inexorável, porque termina acontecendo, quer dizer, a demanda de energia elétrica, no ano 2010, deve estar dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Governo para a construção das hidrelétricas e para a construção também das usinas nucleares. Todos nós sabemos que a Nuclebrás estaria vivendo momentos de dificuldades relativamente aos recursos necessários à viabilização dos seus cronogramas da construção de Angra 2. Eu perguntaria a V. S^a duas coisas: primeiro, se essa carência de poupança interna, de recursos, não terminaria por inabilitar esse programa do Governo para o ano 2010, quer dizer, nesse quadro aí até o ano 2010, o que indiscutivelmente terminaria trazendo problemas gravíssimos para o próprio País, uma vez que parte considerável do seu território terminaria não recebendo a energia necessária ao seu pleno desenvolvimento.

E, por outro lado, eu queria perguntar a V. S^a, o seguinte: quais são as dificuldades que a Nuclebrás vem tendo, neste momento, do ponto de vista financeiro, para a execução na forma do seu cronograma das obras de Angra 2?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Bom, Senador, está certa a sua colocação. Eu diria o seguinte: que deverá haver um esquema, como V. Ex^a colocou; se a economia vai crescer, o País vai se desen-

volver em população, indústria e etc. O suprimento de energia elétrica no devido tempo, no espaço, no tempo, é um pré-requisito fundamental para que isso ocorra. Sem a energia elétrica hoje é muito difícil de se prever um desenvolvimento. Então, para essa finalidade deverão ser construídas novas usinas, sistemas de transmissão e distribuição; um esquema financeiro, um modelo financeiro, tem que existir de maneira a que haja recursos para essas usinas e essas linhas sejam construídas. E nós entendemos que a colocação da usina nuclear nesse esquema deverá levar em consideração essa necessidade de uma capacitação do País para atender uma necessidade a médio prazo, ter um desenvolvimento tecnológico e que de uma forma ou de outra, então, um certo custo adicional depois dessa implantação teria que ser absorvido por um esquema através dos consumidores de energia elétrica ou suprimento de recursos, a fundo perdido, pelo Tesouro, enfim, um esquema que teria que ser armado para que isso possa ter seqüência. Naturalmente é totalmente diferente, ela é específica e é particular; a principal atividade da Nuclebrás, hoje, decorre de um esquema que foi montado há anos atrás, através do qual se previu que a Nuclebrás poderia ser transformada numa empresa, que no caso particular de construção de centrais, seria uma construtora de usinas nucleares, na base de uma empreitada global, e, ao mesmo tempo, a Nuclebrás se colocou na posição de financiadora integral das obras perante o setor elétrico, Furnas, particularmente, que é a proprietária e será operadora de Angra 2 e 3. Esse esquema foi baseado numa hipótese armada em mil novecentos e oitenta e pouco, em que fundamentalmente era suportado por recursos do Tesouro Nacional. A idéia, o modelo que se visualizou à época foi um aporte de recursos do Tesouro Nacional, complementado por financiamento, de forma que as primeiras usinas seriam construídas e depois, com o retorno dessas primeiras usinas, se faria um Fundo e poderia continuar o programa. Isso não se verificou na prática. A partir de 82, 83, fundamentalmente, houve mudanças radicais na situação econômica de um modo geral e os recursos do Tesouro Nacional não foram mais disponíveis. Então, daí para a frente houve uma sucessiva dilatação de prazos, esforços em se conseguir empréstimo em moeda externa etc. Esse é, então, o problema que ainda hoje aflige a administração da Nuclebrás. Este ano, por exemplo, temos uma solicitação orçamentária, que para continuar a implantação dessa usina dependemos de recursos do Tesouro e há uma situação de combate ao déficit público. Não conhecemos ainda qual é o número, mas certamente não temos esperanças de termos os recursos que permitam colocar essa obra no ritmo em que deveria estar. Nós ainda vamos ter um ano bastante difícil e não temos nenhuma perspectiva de solução para regularizar a construção da Central.

O que está sendo discutido é uma reformulação desse modelo junto com o setor elétrico, de forma que o setor elétrico — a Eletrobrás — volte realmente à sua condição de proprietária e de operadora e passe a incluir nos seus orçamentos, nos seus financiamentos, os recursos necessários para a construção de centrais nucleares. Esse é um estudo que está sendo feito.

Mas, neste ano, a situação é difícil. Agora, não é uma situação que discrimine a Nuclebrás. É público e notório — os Srs. Senadores conhecem bem o problema — que o próprio setor elétrico vive hoje situações muito difíceis de investimento.

Então, estamos nesse mesmo conjunto e num grande esforço para equacionarmos uma forma de obtenção de recursos, de maneira que essa obra possa ter prosseguimento e possamos realmente entrar com essa usina em operação no menor prazo possível. Essa é uma grande preocupação.

Apenas para fazer uma comparação: Angra 1 foi terminada e entrou em operação, em 83, final de 84, quando começou a operação comercial, mas ela levou 12 anos para ser construída. Foi realmente objeto de uma grande campanha, principalmente da imprensa. Esse fato recebeu comentários, tais como: "Usina que bateu recorde mundial", etc., etc...

Bom, com relação a Angra 2, Sr. Senador, já estamos hoje com prazo de construção de 18 anos, devido a dificuldades financeiras. E vamos, se não houver uma reação, se não pudermos recuperar essa parte financeira, vamos acabar a construção dessa usina em 20 anos! O que é um absurdo. Não pode continuar assim.

Quer dizer, todas as consequências disso serão, evidentemente, ônus que terão que ser absorvidos e vão se constituir em argumentos contrários.

Então, essa usina hoje custa muito mais do que o normal. Só os custos financeiros crescem de maneira exponencial, como é conhecido. É fato que isso aconteça. Há preocupações com o armazenamento de equipamentos, há preocupações com o pessoal de um modo geral, com os técnicos, e como anda a indústria nacional, como relatei aqui.

Temos tido oportunidade de, em encontros, em conversas com vários empresários nacionais da indústria de bens de capital ter a manifestação de interesse desses empresários em simplesmente cancelar os contratos e tratar da vida de outra forma porque o programa realmente não anda.

Então, todos esses problemas são do conhecimento do Governo Federal; há um grande esforço sendo feito para vencer esses problemas, mas há uma dificuldade geral: faltam recursos para todas as prioridades. Nós estamos dentro desse mesmo conjunto. Mas, precisamos fazer um grande esforço para encontrar uma saída para terminar a nossa instalação e preservar essa tecnologia.

V. Ex^r colocou a seguinte questão: h o risco de dificuldade de recursos? Eu diria que sim, mas se o País tem que construir usinas para atender o seu mercado era preciso ser incluída espontaneamente, conscientemente, a prioridade de construção de centrais nucleares para viabilizar toda essa autonomia que V. S^r citou e que vai depender basicamente de ter essa indústria auto-sustentada por um nível de continuidade determinado.

O SR. RELATOR (Odacir Soares) — O Sr. estima quantos milhões de dólares seriam necessários para se fazer funcionar Angra 2?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Para Angra 2 o nosso orçamento hoje indica que estamos precisando de verbas da ordem de 1 bilhão, 1 bilhão e 200 milhões de dólares.

O valor para terminar Angra 2 e 3, num prazo que será de aproximadamente, mais cinco anos pela frente, não é tudo de imediato, é da ordem de 2 bilhões, 2 bilhões e 200 milhões de dólares para as duas usinas. Inclusive toda a parte de serviços de bens importados tem financiamento, quer dizer, já existem recursos assegurados para praticamente 35% do necessário.

Então, o que falta realmente são os recursos para financiamento dos custos locais. O orçamento para terminar as duas usinas é dessa ordem: 2 bilhões, 2 bilhões e meio se os custos não forem se agravando daqui para a frente.

A previsão para Angra 2, se tivermos recursos a partir do ano que vem, regularizando realmente o aporte de recursos, Angra 2 não poderá operar; é fisicamente impraticável se pensar numa operação antes do final de 93. Nós já estamos no final de 93, Angra 3 está prevista para o final de 95, e, são prazos bastante dilatados.

Há um aspecto, Senador, que eu queria aproveitar também, sempre é interessante e gosto de repetir, principalmente para lembrar e chamar a atenção: é uma característica importante e que muitas vezes não é bem destacada do fato da energia elétrica, a importância da energia elétrica no desenvolvimento, na sociedade como um todo eu acho que é um assunto reconhecido. É uma forma de energia que não se pode armazenar, não é uma energia armazenável. Portanto, na falta da energia elétrica, há que, depois, se aguardar um determinado tempo, que é o tempo necessário para se construir uma fonte de geração e, dependendo do tipo de geração, é uma faixa aí de cinco a dez anos. Não é um insumo, vamos dizer, para o desenvolvimento que se possa resolver, dispondo de recursos, por exemplo, de uma importação. Importa-se o ferro, importa-se o alimento, mas energia elétrica não é passível de ter esse tratamento. Portanto, isso é muito importante porque a falta de energia elétrica, ou a falta de decisão para um investimento com a devida antecedência vai levar a uma situação de racionamento ou de recessão ao consumo, ou, então, a impedir que o desenvolvimento se processe.

Outro aspecto muito importante, é que a energia elétrica pesa no custo dos produtos industriais, de um modo geral, na faixa de 3 a 4%. A falta desse insumo, que onera, ou que influencia no produto 3 a 4% deixa realmente de produzir um efeito econômico enorme. E não é muito difícil imaginar o que poderia ser um racionamento de energia, no nosso País hoje, na região central, aqui, do Rio de Janeiro, São Paulo. Aliás o Nordeste sofreu, há pouco tempo, esse racionamento. Um racionamento de 10%, hoje, em metrópoles do Brasil, as consequências disso seriam, realmente, altamente prejudiciais ao País, do ponto de vista econômico e inclusive social.

Então, a energia elétrica tem realmente essa característica especial: é preciso haver decisões e investimentos no devido tempo; se ela é gerada simultaneamente com o consumo, e não havendo a disponibilidade da energia elétrica, não há recurso a ser adotado, a não ser reduzir o consumo ou evitar que esse consumo cresça.

O SR. RELATOR (Odacir Soares) — É. O fato fundamental neste momento é que há uma defasagem muito grande entre os investimentos necessários e os investimentos que estão sendo efetivamente realizados no setor elétrico em geral.

Agora, lá no caso de Angra 2 e Angra 3, no caso da Nuclebrás, qual é, para 88, a sua previsão orçamentária? Qual seria, aliás, a sua efetiva necessidade? A sua previsão orçamentária e aquilo que, efetivamente, vem sendo repassado para a Nuclebrás, para ser aplicado nas duas usinas?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Bom, Senador, vou lhe dar um resumo para lhe mostrar a situação realmente como é.

Nós, no final do ano passado, 1987, na época apropriada de preparar os orçamentos de todas as empresas estatais — nós também preparamos o nosso orçamento — e previa uma execução normal do nosso programa, dentro das prioridades que estavam no ano passado, na Nuclebrás. Foi feito um orçamento, que naquela época as instruções eram para fazermos um orçamento na base de 60% de inflação para 88, era a época que se vivia. Bom, fizemos esse orçamento, no qual as nossas necessidades estariam cobertas como uma necessidade de recursos do Tesouro Nacional, que complementariam a nossa receita própria e a parte de bens e serviços importados, que são financiados. Também, admitindo uma rolagem praticamente integral dos serviços da dívida da Nuclebrás, havia uma necessidade de recursos do Tesouro, que equivalia, para dar uma referência de moeda estável, dólares da época, na base de 60%, equivalia, na época, a 25 bilhões de cruzados.

Bom, no primeiro exame feito pela Sest, dentro dos níveis gerais de investimento que deveriam ser feitos, foi alocado, então, no orçamento da União, o equivalente a 300 milhões de dólares que, na época, eram 20 bilhões de cruzados. Essa proposta veio ao Congresso, foi aprovada, mas em seguida nós tivemos essa retomada inflacionária bastante acelerada, vamos dizer, então, a partir de janeiro, fevereiro, essa nova situação foi identificada e passamos a estimar a inflação em níveis diferentes. Hoje está sendo estimada em 6 ou 8%, portanto, 10 vezes mais alta, mas a nível de hoje a nossa previsão, que está no orçamento da União, são aqueles mesmos 20 bilhões. Então, aqueles 300 milhões de dólares da época, em valor real, hoje, representam um teto de 90, 80 milhões de dólares apenas.

Já estamos no meio do ano, num período de absoluta contenção geral de despesas até agora, e estamos discutindo e fornecendo dados à Sest, ao Ministério da Fazenda e à Seplan e estamos aguardando, agora, a revisão orçamentária da União, do orçamento da União, que está para ser feito, e aguardamos algo em torno de 20 bilhões de cruzados, mais ou menos, 20 ou 25 que seria uma espécie de mínimo para mantermos os programas em andamento, embora já com novos atrasos. A manutenção simplesmente do recurso orçamentário previsto de 20 bilhões de cruzados originais, valor histórico, significará que teremos de interromper todos os contratos, porque serão insuficientes.

Essa é a perspectiva para 1988.

Creio que para 1989 há ainda uma perspectiva, não sabem ainda como vai ser, vai depender desse entendimento com o setor elétrico, fundamentalmente, e estamos chegando a uma conclusão que é válida de que, realmente, uma obra do porte de Angra 1 ou 2, construções de usinas, não podem depender fundamentalmente, como é hoje, de recursos do Tesouro. O País tem várias priori-

dades e o orçamento, como é natural, o orçamento da União não tem esquema de uma programação plurianual. Parece que a nova Constituição pretende estabelecer orçamentos plurianuais. Então, cada ano é um orçamento específico.

Agora, já no novo governo, desde 1985, estamos em 1988, tem sido assim estes últimos 3 anos. Realmente, saiu um pouco de dinheiro, um certo recurso no princípio do ano, aguarda, aguarda para ver como é que vai ficar. Daí a pouco sai mais um tanto no final do ano. E uma obra dessa, plurianual, não pode ter sequência dessa forma. Então, há grande prejuízo.

A ordem de grandeza é essa, nobre Senador. Traduzido em dólares, seria um programa de 300 milhões de dólares e estariam com praticamente, 150. Em relação às necessidades que originalmente tínhamos, desde o início do ano, para colocar o programa na sua forma de execução normal, representa uma redução da ordem de, pelo menos, 50% do ritmo desejável. Mas, é o realista, é o viável, estamos conscientes disso, dentro de um esforço geral que está sendo feito, vamos fazer o máximo para equilibrar a situação e, para o ano que vem, termos uma perspectiva melhor.

O SR. RELATOR (Odacir Soares) — Essa previsão de conclusão de Angra 2 e 3 para 1993 e 1995, levando em consideração...

O SR. LICÍNIO SEABRA — Já com a redução deste ano e numa hipótese de que a partir de 1989, no início de 1989, haja um fluxo regular de recursos. É uma hipótese. Estamos lutando muito para a conscientização geral da importância de haver isso, porque como o Ministro costuma dizer: "Obras inacabadas são altamente inflacionárias". É uma grande verdade e essa é uma delas. Nós estamos com 65% e há ainda muito o que fazer. É uma exploração produtiva, nós estamos falando de 1 milhão de kw. Uma tecnologia totalmente diferente da aplicada em Angra 1, temos a participação direta, a garantia técnica do pessoal da Alemanha e as usinas construídas, em operação, com essa tecnologia estão aí mostrando uma performance, realmente, muito boa.

O SR. RELATOR (Odacir Soares) — Esse acordo Brasil-Alemanha ele vem sofrendo, já há bastante tempo, uma campanha muito grande, inclusive de setores expressivos da opinião pública e essa coisa toda. O que o Sr. destacaria de positivo e de negativo nesse acordo e, particularmente, na sua execução? O Sr. acha que esse acordo poderia ser repetido com outros países ou ele precisaria sofrer modificações substanciais?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Senador, isso daí é uma variação quase abaixo do valor, quer dizer, do acordo feito com os alemães, em que o objetivo fundamental foi um programa de transferência de tecnologia, como uma etapa de se procurar o desenvolvimento próprio, enfim, um certo nível de autonomia tecnológica que foi a partida.

Então, basicamente, ele estabeleceu que a tecnologia seria transferida para nós dentro de acordos que foram assinados depois, acordos comerciais e contratos comerciais negociados com empresas alemãs. Então, de um modo geral, a apreciação que faço é que foi uma medida realmente acertada e que é uma maneira de acelerar, vamos dizer, o desenvolvimento tecnológico nessa área.

Acho que por dever de justiça a gente deve dizer que se os resultados que foram programados no acordo são reduzidos, porque as usinas não terminaram, a única coisa positiva ou real que se obteve até agora foi que a Nuclebrás já fez a sua entrega da primeira recarga de Angra 1, como mencionei aqui, com a tecnologia dos alemães; foi um produto já entregue e faturado comercialmente, então com uma fase concluída.

Agora, a principal responsabilidade, a principal dificuldade para esses atrasos decorrem não da cooperação dos alemães, mas dos problemas nossos, dos problemas domésticos e, fundamentalmente, problemas financeiros. Quer dizer, a contrapartida que precisamos colocar, o problema Angra 2 é típico, o atraso na primeira cascata de enriquecimento também é típico. Apenas não temos tido, não tem sido possível devido às dificuldades gerais e financeiras, não tem havido a contrapartida de custos locais de nossa parte. Então isso tem atrasado sistematicamente todos esses empreendimentos.

Naturalmente, houve uma conotação comercial evidentemente de parte da tecnologia a nível de laboratório, a nível científico, como já está acontecendo no acordo com a Alemanha. Temos o nosso Centro de Desenvolvimento Tecnológico, em Belo Horizonte, temos vários contatos e temos convênios na área de pesquisa científica, que é feita sem nenhum ônus, quer dizer, não há nenhum propósito comercial. Apenas, o nosso pessoal quando vai à Alemanha tem as despesas custeadas por nós, e quando o pessoal da Alemanha vem aqui, a gente tem uma pequena participação na despesa da viagem, mas fora isso há um livre intercâmbio e há uma cooperação a nível científico.

Naturalmente, que na fase de transferência de **know how**, de projetos, de desenhos e informações técnicas, porque isso exige uma condição comercial, que foi negociada na época, e está se pagando por isso, com essa transferência. O acordo tem sido também criticado, às vezes, pela forma como foi dada a participação dos alemães nas empresas como sócios ou como capital de risco.

Pelo que estou informado, são argumentos já vistos, a **posteriori**, não participei das negociações, isso foi também uma exigência do Governo brasileiro, que tem sua razão, tem sua explicação. Nem programa de transferência de tecnologia estaria muito mais resguardado ou teria mais chance de ter bons resultados, se além da transferência em si, negociada de uma forma comercial, as empresas alemãs também fizessem parte do capital de risco e participassem dos resultados, etc. Isso também foi uma parte que foi exigida pelo Governo brasileiro.

De maneira que, eu diria de um modo geral, há, naturalmente, algumas outras pequenas alterações ou pequenas modificações que poderiam ser feitas, mas o modelo é útil, tanto que ele foi praticamente — não vou dizer copiado — mas ele tem uma semelhança muito grande, é um acordo que foi feito com os argentinos, a Argentina fez um acordo semelhante, através do qual há uma empresa de engenharia, há um desenvolvimento feito por transferência de tecnologia.

Há uma outra grande discussão, Senador. Vamos fazer o nosso desenvolvimento próprio, a União vai transferir a tecnologia. Aí é uma discussão

são mais ampla, onde a tecnologia é disponível, é um processo de se avançar e tentar adquirir essa tecnologia ao invés de tentarmos um desenvolvimento próprio. Os países mais desenvolvidos têm feito isso na área nuclear, como é o caso da França, é o caso do Japão. Essa tecnologia de centrais nucleares, a França, por exemplo, começou, definiu, finalmente, eles tinham naturalmente toda a competência para desenvolver os seus próprios projetos, mas a opção para o desenvolvimento do programa francês, quando entrou em ritmo mais industrial, mais definitivo, foi por uma associação e compra de tecnologia por uma empresa americana. O japonês está fazendo a mesma coisa, é o mesmo tipo de trabalho. Então, a transferência de tecnologia é, também, um instrumento válido, ela tem que ser bem feita, bem negociada e há áreas justamente onde essa transferência não está à venda, não se consegue, vamos dizer, transferi-la. Aí, não há outra opção a não ser, realmente, o desenvolvimento próprio.

De maneira que, de um modo geral, Senador, eu diria que uma coisa tem o seu lado positivo. Houve, na época, um motivo que deve ter levado a isso, que foi muito ambicioso e, então, com isso, a gente previa uma situação de 8 centrais e um programa acelerado e, depois, se provou realmente inviável, por razões de fato. Algumas coisas ficaram construídas um pouco na frente; a fábrica de componentes pesados é o exemplo típico. Ela foi construída dentro de uma hipótese de ter outras centrais. Se as outras centrais não puderam ser construídas, então, temos uma fábrica, hoje, que estamos tentando ver qual é o processo de manter essa tecnologia.

Houve, realmente, mudanças no programa que está, colocado numa revisão completa para um programa mínimo. Eu diria que, em Minas Gerais o esquema de transferência de tecnologia, o acordo com os alemães, eu diria que ele não é vantajoso para o Brasil, eu digo, ele foi um bom acordo com benefícios e com vantagens para os dois lados.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Eu queria agradecer ao Senhor pela exposição brilhante que fez e as respostas que acaba de oferecer ao Relator e, também, ao Presidente.

Vamos dar continuidade, posteriormente, ao nosso trabalho mas, de certa forma a exposição que o Senhor acaba de fazer, aqui, foi muito proveitosa e eu queria agradecer.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Pois é, Senador, eu não só me coloco à disposição da Comissão, para qualquer outro dado e a equipe da Nuclebrás, Senhor Senador, se pudermos ser úteis para prestar qualquer esclarecimento ou qualquer outra informação, queria que o Sr. se sentisse completamente à vontade para nos contactar e será um prazer podermos cooperar com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Dr. Licínio, antes de encerrar eu pretendia fazer uma última indagação.

O SR. LICÍNIO SEABRA — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Ela se prende mais ao próprio sensacionalismo que se vem dando, através da imprensa, por todos esses atos e fatos, ligados à exploração da energia nuclear no Brasil. E, uma pergunta que me fora feita por um jornalista, há dias atrás, para que

sempre reiterasse às autoridades — e nada melhor do que V. Ex^r que preside a Nuclebrás — para nos responder, por que as grandes nações, principalmente as nações desenvolvidas, na pesquisa e, também na exploração nuclear, estão abandonando os grandes reatores, e o Brasil, agora, principalmente ao anunciar — embora quando o Senador Odacyr indagou a V. Ex^r foi muito preciso — de que não se trata de determinação de Governo, já, a construção de mais 4 ou 5 usinas nucleares, por que é que estão abandonando, e o Brasil, de repente, ainda, com um potencial hidrelétrico enorme — apesar da previsão depois do ano 2000 de já não terem as mesmas condições — por que é que nós insistimos ainda em manter a política de exploração de usinas nucleares?

O SR. LICÍNIO SEABRA — Bom, Senador, a colocação que o Senhor está fazendo é a de que os grandes países industrializados estariam abandonando os grandes projetos nucleares.

Gostaria de dizer o seguinte: a França não está abandonando, continua a Rússia, plenamente consciente dos projetos nucleares, o Japão está num programa intenso, colocando a nível mundial algumas situações muito particulares, é o caso da Suécia, por exemplo, que teria feito uma opção por um **referendum** popular de não continuar, paralisar as usinas nucleares. É uma definição tomada a título de **referendum**, não sei o que o governo sueco vai fazer, mas, há um investimento enorme que ela tinha enfrentado para substituir uma fonte de alternativa de geração que ainda não existe.

A Alemanha continua, não tem nenhuma definição de abandonar a questão nuclear, a Inglaterra está agora retomando, ela tem um programa intenso, de energia nuclear; os Estados Unidos são um caso particular. Eu diria que a Alemanha está com um sistema mais lento. De um modo geral, salvo casos como o da Áustria, por exemplo é outro caso excepcional em que houve **referendum** popular de uma usina pronta, deixou de ser operada, sem nenhuma conotação de crítica, evidentemente, uma autonomia total, uma soberania total do povo austriaco, mas que passaram a importar energia nuclear do país vizinho que, sob o ponto de vista de risco é a mesma coisa, a energia nuclear em risco não tem fronteira, então criando uma dependência, uma situação um pouco estranha, realmente.

De um modo geral, esses países como os Estados Unidos, a Alemanha, o que está se verificando, na nossa interpretação, é que estes países estão com as suas economias crescendo menos e com os programas que foram feitos de conservação de energia, eles estão com mais tempo para prosseguir na instalação de novas centrais de geração.

E, essa constatação é que, se o mundo, como um todo, para se desenvolver, vai continuar precisando de energia elétrica, passando pelas fases todas de conservação, não há opção. Quer dizer, carvão é uma opção e com todos os inconvenientes de meio ambiente etc, etc., investimentos mais altos, tão fora da fissão nuclear, quer dizer, ou queimam combustível fóssil ou vão na fissão nuclear, não há outra opção, não existem outras hipóteses.

Então, são países que podem se dar a esta posição de adiar projetos nucleares, porque, inclusive, eles têm o domínio total dessa tecnologia, têm a indústria toda desenvolvida, eles podem diminuir e retomar à hora que quiserem, não há problema nenhum.

De maneira que eu diria, em primeiro lugar, que talvez essa afirmativa ou essa indicação de que grandes países desenvolvidos estão abandonado, não estão mais desenvolvendo energia nuclear pelos reatores, grandes projetos nucleares, ela é muito específica para poucos países, quer dizer alguns países com condições muito específicas; A Suécia é um caso, a Áustria é um caso. Recentemente houve um problema na Itália, não me recordo bem como está a situação na Itália.

De maneira que, a grande maioria dos países, e eu citaria apenas: Inglaterra, França, Japão, Bélgica, Rússia e aqui na América Latina, Cuba está para entrar com energia nuclear; México tem uma usina pronta para operar daqui a pouco; Argentina continua no mesmo programa, no nosso programa; na Ásia, a China está entrando para valer; Índia já tem desenvolvimento nuclear, tem várias usinas e está programando fazer mais.

Então, eu diria que não há opção, acho que existe um esforço de aprimoramento da tecnologia para reatores que venham a ter níveis de segurança maiores. Mas, não há opção. Eu diria que a opção para gerar energia elétrica, hoje, em escala nacional, a não ser de diversidade o carvão, assim de uma maneira geral, a nível nacional, a única opção de tecnologia desenvolvida é a fissão, irracional, as outras estão ainda longe, e são tecnologias muito mais sofisticadas. Quer dizer, interropermos qualquer esforço, agora, de tecnologia, vai ficar obsoleta daqui a 20 anos. Vamos esperar a fissão nuclear que vem por aí. É uma ilusão, no nosso entendimento, achamos que o País pode ficar à margem dessa tecnologia que está ai hoje para aguardar uma tecnologia que vai ser, certamente, muito mais sofisticada e, certamente, vai ser mais cara, e a base tecnológica é o caminho natural que os outros países estão seguindo.

Então, posso lhe colocar dessa maneira, não tenho aqui um detalhe. Eu poderia, talvez, depois

com o pessoal técnico da empresa, fazer assim um levantamento mais a nível mundial, talvez mandar para o pessoal uma informação melhor do que a que está se colocando. Mas não é a nossa sensibilidade, nas informações de que dispomos não existe essa decisão de nível mundial de se abandonar; nos países desenvolvidos, eles estão com um retardamento nos seus programas, Os Estados Unidos são um caso típico, que vêm usando a sua reserva de potência instalada, um programa de conservação de energia, mas não está longe a época em que os Estados Unidos vão ter que retornar a energia nuclear, eles não têm outra opção. Ou então vão ter que sacrificar o desenvolvimento, vão ter que segurar o seu consumo de energia elétrica de uma forma ou de outra. Esta é a nossa visão.

Posso tentar, Senador, nós devemos ter informações mais completas, com dados mais objetivos; eu prometo levantar esses dados e mandar uma cópia como suporte, aqui, para os Senhores poderem avaliar essa situação a nível mundial.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Comissão Parlamentar de Inquérito agradece a presença do Sr. Licínio Marcelo Seabra e a forma com que ele se conduziu, de maneira que, nós recebemos informações importantes, que ilustraram o relatório do Exm^r Relator. E pode ter certeza, Dr. Licínio, a sua fala, nesta manhã, trouxe motivações para que convoquemos outras autoridades. E nós solicitáramos, e V. S^r já colocou à nossa disposição os seus arquivos e mesmo o seu quadro técnico na Nuclebrás, nós necessitaremos de todos os documentos possíveis, aguardaremos, porque esta Comissão, além de levantar as questões ligadas com o acidente do Césio-137, está também preocupada com o expansionismo nuclear brasileiro, então precisaremos de todos esses informes e nos sentiremos profundamente gratos a partir do momento em que V. S^r nos enviar esses dados.

A sua atenção merece o nosso respeito, os seus esclarecimentos foram ilustrativos e só nos resta agradecer a forma lhana com que nos tratou e espero que esta manhã tenha sido realmente de grande proveito para o Brasil, com relação aos assuntos nucleares. E nós vamos levar avante todas as questões e todos os dados que V. S^r for levantando; no tempo em que esta Comissão estiver aberta, ela estará aberta a receber os informes.

Muito obrigado pela sua presença e pela forma que se comportou neste depoimento. Muito obrigado.

O SR. LICÍNIO MARCELO SEABRA — muito Obrigado, Senador.

(Encerra-se a reunião às)

MESA

Presidente
Humberto Lucena — PMDB-PB

1º-Vice-Presidente
José Ignácio Ferreira — PMDB-ES

2º-Vice-Presidente
Lourival Baptista — PFL-SE

1º-Secretário
Jutahy Magalhães — PMDB-BA

2º-Secretário
Odacir Soares — PFL-RO

3º-Secretário
Dirceu Carneiro — PMDB-SC

4º-Secretário
João Castelo — PDS-MA

Suplentes de Secretário
Aluízio Bezerra — PMDB-AC
Francisco Rollemberg — PMDB-SE
João Lobo — PFL-PI
Wilson Martins — PMDB-MS

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder
Rachid Saldanha Derzi

Vice-Líderes
João Menezes
Leopoldo Peres
Edison Lobão
João Calmon
Carlos Alberto

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Fernando Henrique Cardoso

Vice-Líderes
Leopoldo Peres
João Calmon
José Fogaça
Mauro Bénevides
Olavo Pires
Raimundo Lira
Severo Gomes
Nelson Wedekin
Ronaldo Aragão
Cid Sabóia de Carvalho

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Marcondes Gadelha

Vice-Líderes
Edison Lobão

LIDERANÇA DO PDS

Líder
Jarbas Passarinho

Vice-Líderes

Roberto Campos
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Maurício Corrêa

LIDERANÇA DO PSB

Líder
Jamil Haddad

LIDERANÇA DO PMB

Líder
Ney Maranhão

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Affonso Camargo

Vice-Líder
Carlos Alberto

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Luiz Viana
1º-Vice-Presidente: Vago
2º-Vice-Presidente: Nelson Wedekin
PMDB

Titulares

Albano Franco
Francisco Rollemberg
Irapuan Costa Júnior
Leite Chaves
Luiz Viana
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Saldanha Derzi
Severo Gomes

Suplentes

Aluizio Bezerra
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Vago
João Calmon
Ruy Bacelar

PFL

Marco Maciel
João Lobo
José Agripino

Divaldo Surugay
Édison Lobão

PDS

Jarbas Passarinho
Lavoisier Maia

PL

Jamar Franco

PSB

Jamil Haddad

Assistente: Marcos Santos Parente Filho — Ramal: 3497

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Nilo Coelho

— Anexo das Comissões — Ramal: 3254

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (DF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Meira Filho
Vice-Presidente: Édison Lobão
PMDB

Titulares

Pompeu de Sousa
Meira Filho
Mauro Benevides
Saldanha Derzi
Albano Franco
Iram Saraiwa
Chagas Rodrigues

Suplentes

Ronan Tito
Aluizio Bezerra
Francisco Rollemberg
Mansueto de Lavor

PFL

Alexandre Costa
Édison Lobão

João Menezes

PDT

Mauricio Corrêa

Lavoisier Maia

PDS

Mauro Borges

PDC

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal: 4064

Reuniões: Terças-feiras, às 19:00 horas

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4065

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Alfredo Campos
1º-Vice-Presidente: Guilherme Palmeira
2º-Vice-Presidente: Chagas Rodrigues
PMDB

Titulares

Alfredo Campos
Chagas Rodrigues
Ronaldo Aragão
Lourenberg Nunes Rocha
Wilson Martins
José Paulo Bisol
Cid Sabóia de Carvalho
Aluizio Bezerra
Iram Saraiwa

Suplentes

Nelson Carneiro
Leite Chaves
Mauro Benevides
Márcio Lacerda
Raimundo Lyra
Nelson Wedekin

PFL

Marco Maciel
Afonso Arinos
Guilherme Palmeira

João Menezes
Marcondes Gadelha

PDS

Roberto Campos

PMB

Vago

PDT

Mauricio Corrêa

PTB

Carlos Alberto

Assistente: Vera Lúcia Nunes — Ramal: 3972 e 3987

Reuniões:

Local: Sala da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4315

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE — (CFC)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Chiarelli
Vice-Presidente: Nelson Wedekin
PMDB

Titulares

Aimir Gabriel
José Paulo Bisol
Mendes Canale
Nelson Wedekin
Ruy Bacelar
Ronan Tito
Mauro Benevides
Leite Chaves
Wilson Martins
João Calmon

Suplentes

Márcio Lacerda
Severo Gomes
Iram Saraiwa
Albano Franco
Luiz Viana
Nabor Júnior

PFL

Afonso Arinos
José Agripino
Guilherme Palmeira
Carlos Chiarelli

Odacir Soares
Divaldo Surugay

PEQUENOS PARTIDOS

Roberto Campos
Virgílio Távora
Carlos Alberto

Mário Maia
Affonso Camargo

Assistente: Goitacaz Brasônio P. de Albuquerque — Ramal: 4026

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa

— Anexo das Comissões — Ramal: 4344